RELATÓRIO DE GESTÃO 2021

TRE-SP

Tribunal Regional Eleitoral
do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE ... 3

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

QUEM SOMOS ... 4
COMO CUMPRIMOS NOSSA MISSÃO ... 5
COMO VOCÊ PODE FALAR COM A GENTE ... 6
MEMBROS DA CORTE ... 7
PRINCIPAIS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS ... 7
ORGANOGRAMA ... 8
MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL ... 9
O TRIBUNAL EM NÚMEROS ... 10
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO ... 11
A ESTRATÉGIA DO TRE-SP E AS INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA ... 14
NOSSO MODELO DE NEGÓCIOS ... 15
CADEIA DE VALOR ... 16
GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS ... 17
LINHAS DE DEFESA ... 18
RISCOS ESPECÍFICOS ... 19
TEMAS RELEVANTES ... 20

RESULTADOS DA GESTÃO

O CICLO 2021-2026 DA ESTRATÉGIA ... 23
MACRODESAFIOS – PROJETOS FUTUROS E RESULTADOS DE 2021: ... 23
O SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO - SIP ... 39
CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS ... 40

ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA ... 41
ORÇAMENTO ORDINÁRIO ... 41
DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS AO TRE-SP ... 45
CONTINGENCIAMENTO ... 47
ORÇAMENTO IMPOSITIVO ... 47
IMPACTOS ORÇAMENTÁRIOS DA PANDEMIA DE COVID-19 EM 2021 ... 47
GESTÃO DE PESSOAS ... 49
AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO ... 49
ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS ... 51
PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS ... 51
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA ... 51
AVALIAÇÃO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO ... 51
DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL ... 55
EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL ... 55
GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ... 58
GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA ... 61
PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL (INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS), AVALIAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE AR-CONDICIONADO – SEDE II ... 62
ELABORAÇÃO DE TR PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA - VOIP ... 62
DESFAZIMENTO DE ATIVOS ... 62
LOCAÇÕES DE IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS ... 63
MUDANÇAS E DESMOBILIZAÇÕES RELEVANTES ... 63
PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS ... 63
ALOCAÇÃO DE RECURSOS – SOLUÇÕES DE TIC ... 64
DECLARAÇÃO DO TITULAR DA STI ... 64
GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO ... 64
CONFORMIDADE LEGAL ... 64
MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC DO TRE-SP ... 64
O MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC TEM COMO INSTÂNCIAS: ... 65
RELATÓRIOS DE ANÁLISE DE RISCOS DE NÍVEIS DE SERVIÇO, DE CAPACIDADE, DE DISPONIBILIDADE, MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TIC ... 66
VALORES EMPENHADOS (R$ MILHÕES) POR TIPO DE DESPESA ... 66
GASTOS DE TIC EM 2021 POR NATUREZA DA DESPESA ... 66
SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO DAS URNAS ELETRÔNICAS ... 66
CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TIC (R$) ... 67
PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS NA ÁREA DE TIC GOVERNANÇA E GESTÃO DE TIC ... 68
INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E SERVIÇOS EM NUVEM ... 68
PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) ... 68
BENS MÓVEIS E DE OUTRAS NATUREZAS ... 73
INFRAESTRUTURA ... 73
GESTÃO ADMINISTRATIVA ... 73
GESTÃO DA FROTA ... 73
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL ... 75
CORREGEDORIA REGIONAL ... 79
CORREIÇÕES E INSPEÇÕES ... 80
CORREIÇÕES ORDINÁRIAS ... 80
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS E ACÓRDÃOS DO TCU, CONTEMPLANDO AS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES ATENDIDAS E PENDENTES DE CUMPRIMENTO ... 84

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

APRESENTAÇÃO ... 88
DECLARAÇÃO DO CONTADOR ... 88
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ... 89
BALANÇO PATRIMONIAL ... 89
QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES ... 90
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL ... 90
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS ... 90
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ... 91
BALANÇO FINANCEIRO ... 91
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA ... 92
NOTAS EXPLICATIVAS ... 92
BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS ... 92
RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS ... 92
ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS CONTÁBEIS ... 94
NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL ... 94
BENS MÓVEIS - DEPRECIAÇÃO ACUMULADA ... 97
BENS IMÓVEIS ... 98
DEPRECIAÇÃO BENS IMÓVEIS ... 98
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ... 101
NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS ... 102
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS ... 102
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS ... 103
NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ... 103
NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO ... 105
OUTRAS INFORMAÇÕES: ... 106

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Prestar contas é um dos deveres do administrador público, conforme os princípios constitucionais da publicidade e moralidade, com o objetivo de dar transparência à aplicação dos recursos, a fim de que os órgãos controladores e a sociedade em geral possam exercer o devido controle externo.

Dessa forma, em atendimento à Instrução Normativa nº 84, de 22/04/2020, e da Decisão Normativa nº 187, de 09/09/2020, ambos do Tribunal de Contas da União (TCU), apresento o Relatório de Gestão 2021, do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo. No período, exerci o cargo de vice-presidente e corregedor regional eleitoral sob a Presidência do desembargador Waldir Sebastião de Nuevo Campos Junior.

Em 2021, ainda subsistiram os desafios enfrentados pela pandemia, causada pela Covid19. As medidas de distanciamento social para a preservação da saúde de todos os colaboradores (as) da Justiça Eleitoral paulista foram imprescindíveis e inviabilizaram a retomada do trabalho presencial, resultando num ano cercado de incertezas como em 2020. No entanto, muitas lições aprendidas possibilitaram que o Tribunal inovasse e evoluísse sempre norteado pela sua missão, visão e valores.

Nesse sentido, foi aprovado em junho o Planejamento Estratégico 2021-2026, por meio da Resolução 546/2021, que trouxe como macro desafios o aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas, Gestão Orçamentária e Financeira e Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) e de Proteção de Dados, dentre outros de grande significância para orientação do TRE na busca de uma gestão profícua e transparente.

Alinhado a essa diretriz, foi aprovado o segundo Planejamento Estratégico de Pessoas do TRE-SP 2021-2026, por meio da Resolução 569/2021, cujo objetivo é atingir o macro desafio Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas, que envolve inúmeras variáveis para o desenvolvimento do corpo funcional do TRE.

Entre as ações promovidas nessa área, destaco a regulamentação do Teletrabalho em 2021, que será concretizado agora em 2022. Devido à pandemia, iniciada em 2020, o trabalho remoto foi implantado de forma célere e eficiente na Justiça Eleitoral, demonstrando a possibilidade de avançarmos para uma nova forma de trabalho, que trouxesse ao mesmo tempo eficiência na prestação dos serviços eleitorais e proporcionasse melhor qualidade de vida para os servidores.

A transformação digital e a segurança cibernética foram outros campos de grande atuação do TRE-SP. Em abril, foi disponibilizado o Balcão Virtual, uma plataforma de videoconferência que possibilita o contato direto de partes e advogados para tirar dúvidas e obter informações relativas a processos judiciais, virtuais ou físicos, tanto na 1ª como na 2ª instância.

Houve também um incremento da Segurança da Informação com a criação ou reformulação de processos internos. Apesar dos grandes desafios, o TRE conseguiu manter o nível de excelência alcançado em 2020 no Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD), atingindo no ano passado o terceiro lugar entre os tribunais eleitorais do país.

Essas e outras ações serão expostas detalhadamente ao longo do presente relatório, organizado com a participação de todas as áreas da administração do Tribunal, para que seja um relevante instrumento de prestação de contas à sociedade.

Paulo Sérgio Brant de Carvalho Galizia
Presidente

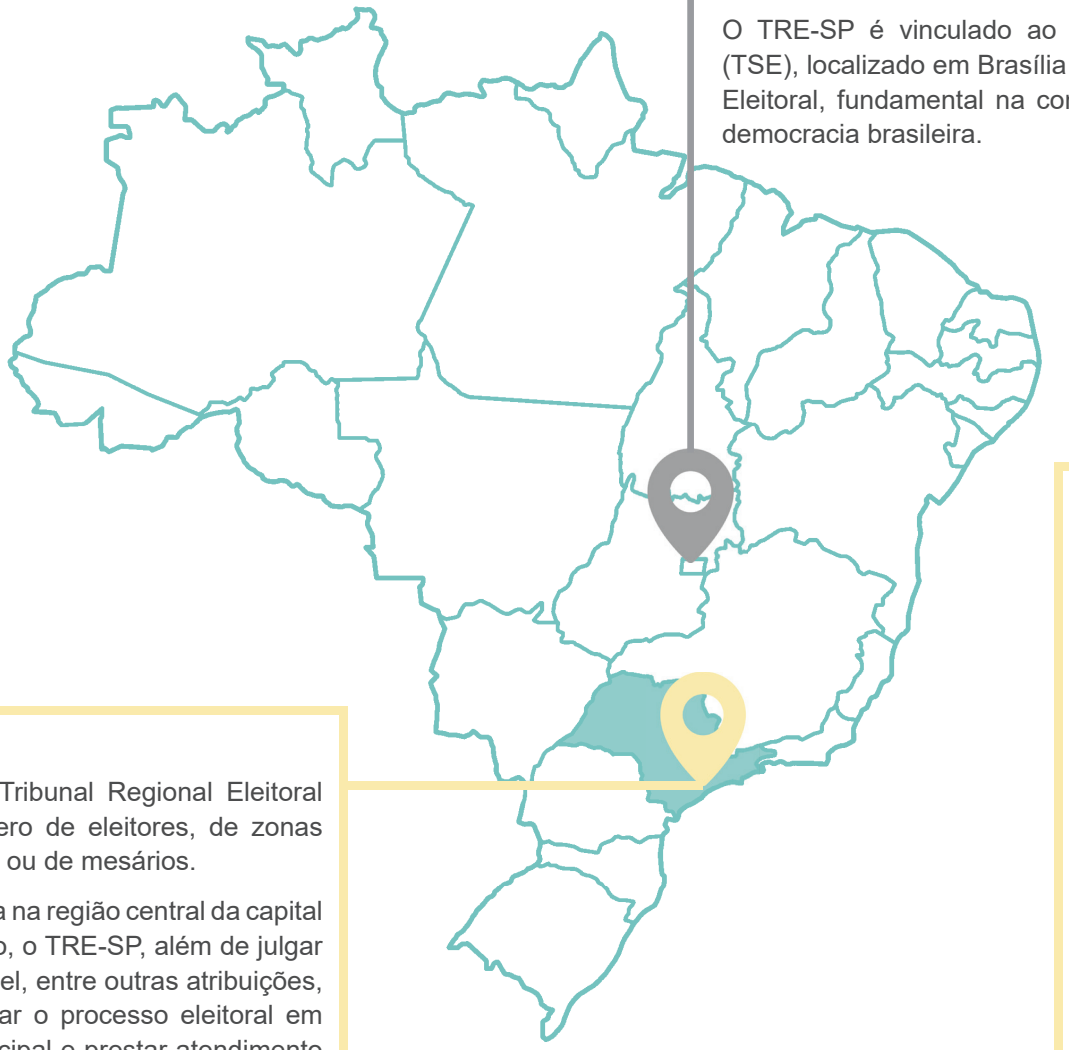
QUEM SOMOS

O TRE-SP é o órgão do Poder Judiciário Federal responsável pela organização das eleições no Estado de São Paulo.

TRE-SP

O TRE-SP é o maior Tribunal Regional Eleitoral do país, seja em número de eleitores, de zonas eleitorais, de servidores ou de mesários.

Com sede administrativa na região central da capital do Estado de São Paulo, o TRE-SP, além de julgar processos, é responsável, entre outras atribuições, por planejar e coordenar o processo eleitoral em âmbito estadual e municipal e prestar atendimento aos eleitores.



TSE

O TRE-SP é vinculado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), localizado em Brasília e órgão máximo da Justiça Eleitoral, fundamental na construção e no exercício da democracia brasileira.

MISSÃO

Garantir a legitimidade do processo eleitoral.

VISÃO

Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, em especial quanto à transparência, segurança e efetividade, bem como ser reconhecido como um tribunal inovador e sustentável

VALORES

- Acessibilidade
- Credibilidade
- Comprometimento
- Eficiência
- Ética
- Imparcialidade
- Inovação

COMO CUMPRIMOS NOSSA MISSÃO

Para garantir a legitimidade do processo eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo acumula funções administrativas, decorrentes da administração do pleito e de suas atividades internas, e jurisdicionais, vinculadas ao processo eleitoral, com o julgamento de matérias afetas a ele.

O gráfico apresentado nesta página fornece um panorama de como o Tribunal se organiza utilizando ferramentas de gestão e governança para fornecer valor à sociedade.

O TRIBUNAL EM NÚMEROS

Nesta seção, apresentamos os principais números do TRE-SP.

CADEIA DE VALOR

Nesta seção são apresentados os principais processos realizados pela organização que geram valor para a sociedade.

ESTRATÉGIA

Para o cumprimento de sua missão, o TRE-SP sistematizou, por meio de seu Plano Estratégico, uma série de atividades e iniciativas para impulsionar o alcance de seus objetivos. Veja nesta seção quais são elas.

MODELO DE NEGÓCIOS

O modelo de negócios representa os principais recursos utilizados pelo TRE-SP, bem como os produtos e serviços oferecidos e seus resultados.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura hierárquica administrativa do TRE-SP é definida pelo Regulamento Interno da Secretaria. Conheça o organograma do Tribunal nesta seção.

GOVERNANÇA

O modelo de governança do TRE-SP sistematiza as diversas relações e interações entre a Justiça Eleitoral e clientes externos e internos para direcionar e gerir a organização estrategicamente, cumprindo, assim, a missão, visão e valores institucionais.

MEMBROS E INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS

Esta seção apresenta os membros da Corte e os principais gestores administrativos.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Apresentação das principais medidas para fortalecimento dos controles internos e contribuições para que o TRE-SP atinja seus objetivos estratégicos.

AMBIENTE EXTERNO

Principais fatores e variáveis externos à Justiça Eleitoral que podem afetar, de maneira positiva ou negativa, o cumprimento de sua missão.

COMO VOCÊ PODE FALAR COM A GENTE

PORTAL DA JUSTIÇA ELEITORAL

https://www.tre-sp.jus.br/

Acesso a:
Sistema de agendamento
Certidões
Dados sobre eleições
Serviços Judiciais

Consulta a:
Título e locais de votação
Andamento processual
Portal da Transparência
Perguntas frequentes

NÚCLEO DE ATENDIMENTO AO ELEITOR (NATE)

Colocado à disposição do público para prestar esclarecimentos sobre o serviço eleitoral.

Disque 148
(serviço tarifado)

107.916

atendimento 01/01/2021 a 31/12/2021

ATENDIMENTO

Realizado pelos 393 cartórios eleitorais do Estado de SP

974.839
Total de atendimentos em 2021

REDES SOCIAIS

/trespjusbr
15.306

/tresp.oficial
106.851
seguidores

atendimentos Facebook e Instagram **2.363**

@trespjusbr
14.096
seguidores

/trespjusbr
12.845
inscritos

CARTA DE SERVIÇOS AO USUÁRIO

58.515
Visualizações de 01/01/2021 a 31/12/2021

Informa a sociedade sobre os serviços prestados pela Justiça Eleitoral Paulista e a forma de obtê-los.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (NIC)

1.442
Total de atendimentos em 2021

Atende pedidos de informação em conformidade com a Lei 12.527/2011

OUVIDORIA

Total de atendimentos em 2021

1.951

Atende demandas relativas a reclamações, denúncias, sugestões e elogios e atua na defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos, em conformidade com a Lei 13.460/2017

MEMBROS DA CORTE

DESEMBARGADORES

Presidente
Paulo Sérgio Brant de Carvalho Galizia

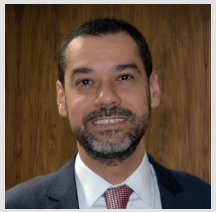
Vice-Presidente e Corregedor
Silmar Fernandes

JUÍZES DE DIREITO

Maurício Fiorito

Afonso Celso da Silva

JURISTA



Marcelo Vieira de Campos

JUIZ DO TRF

Sérgio do Nascimento

Denise Indig Pinheiro
Juíza Assessora da Presidência

Fernanda Mendes Simões Colombini
Juíza Assessora da Corregedoria

PRINCIPAIS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS

Claucio Corrêa
Diretor-Geral

Regina Rufino
Assessora-Chefe de Planejamento Estratégico e de Eleições

Frederyk Arantes
Secretário de Controle Interno

Alessandro Dintof
Secretário de Administração de Material

André Pavim
Secretário da Corregedoria

José Luiz Simião
Secretário de Gestão de Serviços

Patrícia Scheifer
Secretária Judiciária

Eliana Passarelli
Coordenadora de Comunicação Social

Paula Helena Batista
Secretária de Gestão de Pessoas

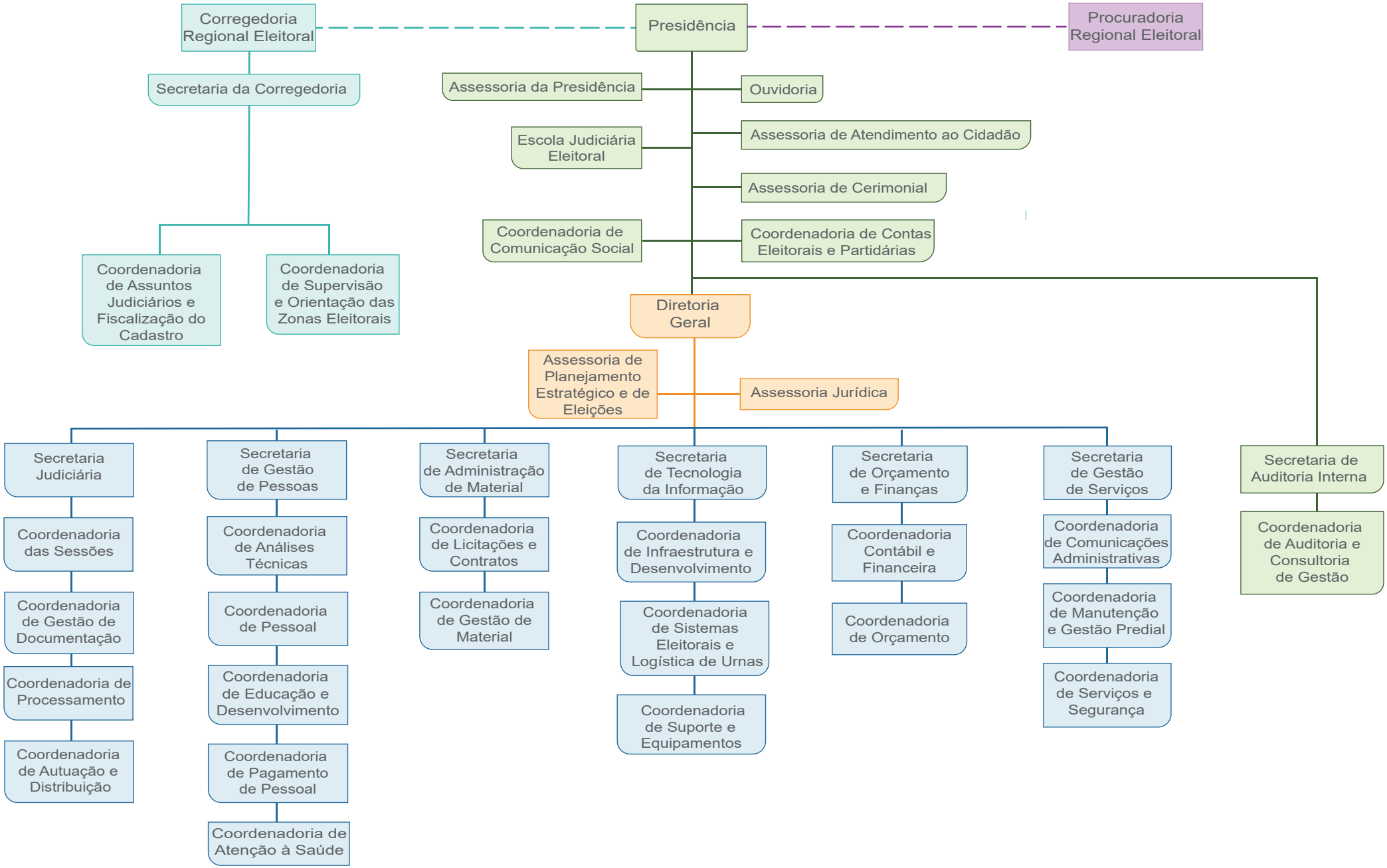
Daniel Forlivesi
Secretário de Tecnologia da Informação

Carlos Fujimoto
Secretário de Orçamento e Finanças

Denise Lira
Assessora-Chefe da Presidência

Silvia De Marchi
Assessora-Chefe da Assessoria Jurídica

ORGANOGRAMA



MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

O ano de 2021 foi um período com muitas apreensões em razão das nuances provocadas pela pandemia, mas também de muitas oportunidades. Em anos não eleitorais, os ímpares, é quando a Justiça Eleitoral pode voltar-se completamente para os seus planejamentos, tanto internos como para as eleições que se avizinham.

Devido à continuidade da pandemia, causada pela Covid19, as cautelas sanitárias para preservar a saúde dos servidores (as), magistrados (as), estagiários (as), terceirizados (as), advogados (as), além de usuários em geral do TRE-SP, foram uma preocupação constante da administração do Tribunal em 2021.

Em vários momentos, o retorno gradual para as atividades presenciais foi interrompido em decorrência do recrudescimento da pandemia, causando uma oscilação indesejada na forma de atendimento ao público da Justiça Eleitoral de São Paulo.

Contudo, esse cenário foi importante no sentido de desencadear de forma célere o planejamento da implantação do teletrabalho em toda a Justiça Eleitoral, tanto nos cartórios eleitorais como também na Secretaria. Foi instituída a Comissão de Estudos do Teletrabalho (CET), que realizou reuniões com outros tribunais eleitorais, bem como promoveu consultas a outros órgãos federais, para análise de normativos já existentes sobre o assunto.

Após intensas pesquisas e sempre imbuídos em proporcionar uma prestação de serviços com excelência, o Tribunal aprovou a resolução nº 567/2021, que instituiu o regime de teletrabalho, observando as diretrizes fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Muitos esforços também foram direcionados para a reorganização dos cartórios eleitorais. Por meio de uma gestão participativa, a Secretaria se debruçou sobre várias questões pertinentes às rotinas cartorárias com o intuito de otimizar recursos na área de pessoal, orçamentária, bem como na própria gestão daquelas unidades.

Além disso, houve estudos no sentido de definição da assunção gradativa, pela Secretaria, das despesas que hoje são de responsabilidade dos cartórios eleitorais, com o objetivo de proporcionar uma gestão mais ágil e eficiente por parte dessas unidades, que são a porta de entrada da Justiça Eleitoral.

Outra iniciativa que merece destaque foi a aprovação pelo Congresso Nacional da lei nº 14.234/21, que criou 225 cargos efetivos para o TRE-SP, sendo 96 de Analista Judiciário e 129 de Técnico Judiciário, assim como 24 cargos em comissão e 121 funções comissionadas. As despesas decorrentes da nova lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo.

O relatório a seguir, elaborado em atendimento às normas constitucionais e do Tribunal de contas da União (TCU), apresenta um panorama de todas as atividades realizadas pela administração do TRE-SP em 2021.

Boa leitura!

Claucio Cristiano Abreu Corrêa

Diretor-Geral

O TRIBUNAL EM NÚMEROS

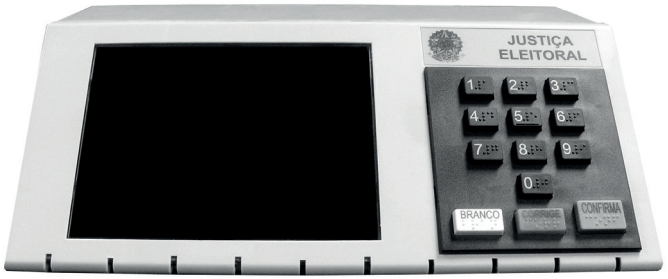
A Justiça Eleitoral paulista desempenha funções essenciais para garantir os direitos da cidadania e o exercício da democracia, sendo responsável pela gestão do processo eleitoral nos 645 municípios do Estado de São Paulo e pela administração do maior colégio eleitoral do país, com cerca de 32 milhões de eleitores cadastrados, o que representa 22% do eleitorado brasileiro.

BRASIL		SÃO PAULO
5.570	MUNICÍPIOS*	645
2.637	ZONAS ELEITORAIS	393
95.120	LOCAIS DE VOTAÇÃO**	10.797
493.421	SEÇÕES ELEITORAIS**	101.021

*5.570= 5.568 municípios + Distrito Federal + Distrito Estadual de Fernando de Noronha

**Período de referência: 31/12/2021(Locais de votação e Seções do Brasil: 01/02/2022)

Fonte: TSE



Para concretizar essa missão, conta com uma infraestrutura administrativa que abrange, além dos prédios-sede, mais 393 unidades de atendimento ao público, denominadas zonas eleitorais, sendo 58 localizadas na capital e 335 distribuídas pelo interior do Estado, além de outros pontos de atendimento itinerantes, e um corpo funcional de quase 5 mil pessoas, entre servidores, terceirizados e estagiários.

ORÇAMENTO

R$ 869.118.853,00

PROCESSOS

1º grau

5.032
processos novos no ano

36.984
processos pendentes em 31/12/21

82.173
processos baixados[1] no ano

[1] Processos baixados: remetidos para outros órgãos judiciais competentes, remetidos à instância superior ou arquivados.

2º grau

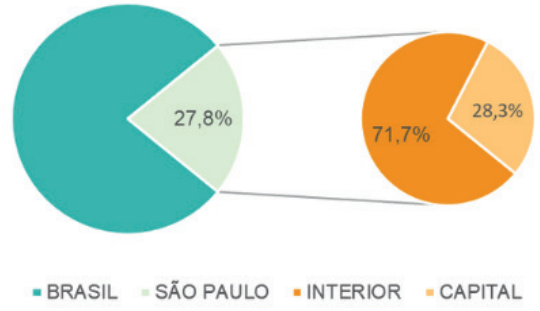
3.030
processos novos no ano

4.129
processos pendentes em 31/12/21

2.467
processos baixados no ano

Fonte: Sistema Atena, extração de dados em 16/02/2022.

ELEITORADO



BRASIL	SÃO PAULO	INTERIOR	CAPITAL
146.765.823*	31.965.957	22.911.104	9.054.853

*O TOTAL DO BRASIL INCLUI ELEITORES REGISTRADOS NO EXTERIOR

FONTE: TSE

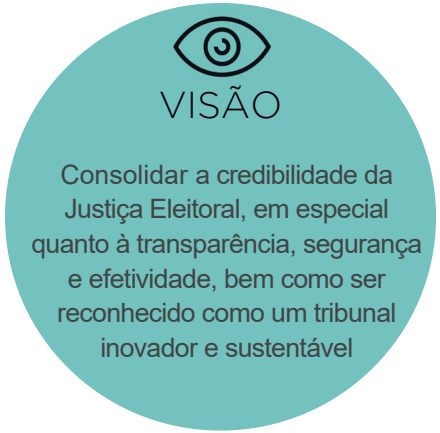
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico é o principal instrumento de gestão de longo prazo de uma instituição. Essa ferramenta auxilia a organização a atingir sua visão de futuro, sem esquecer de sua missão (a razão de sua existência) e de seus valores (os direcionadores éticos de que não abre mão). A esse conjunto de três declarações denominamos Direcionadores Estratégicos.

Essa busca é desdobrada em uma série de grandes objetivos que, se superados, nos levam a atingir a visão de futuro delineada.

Durante o primeiro semestre de 2021, o TRE-SP concluiu a construção do ciclo 2021-2026 do seu Plano Estratégico, culminando na edição da Res. TRE-SP 546/2021, de 15 de junho de 2021, que estabeleceu todos os elementos que constituem a Estratégia de nossa Organização. Por meio dela, definiu-se que nossa **Missão** permanece sendo

Para a **visão**, ou seja, a perspectiva de futuro que temos para nosso Tribunal, estabeleceu-se:



E os **valores** determinados para os próximos seis anos são:

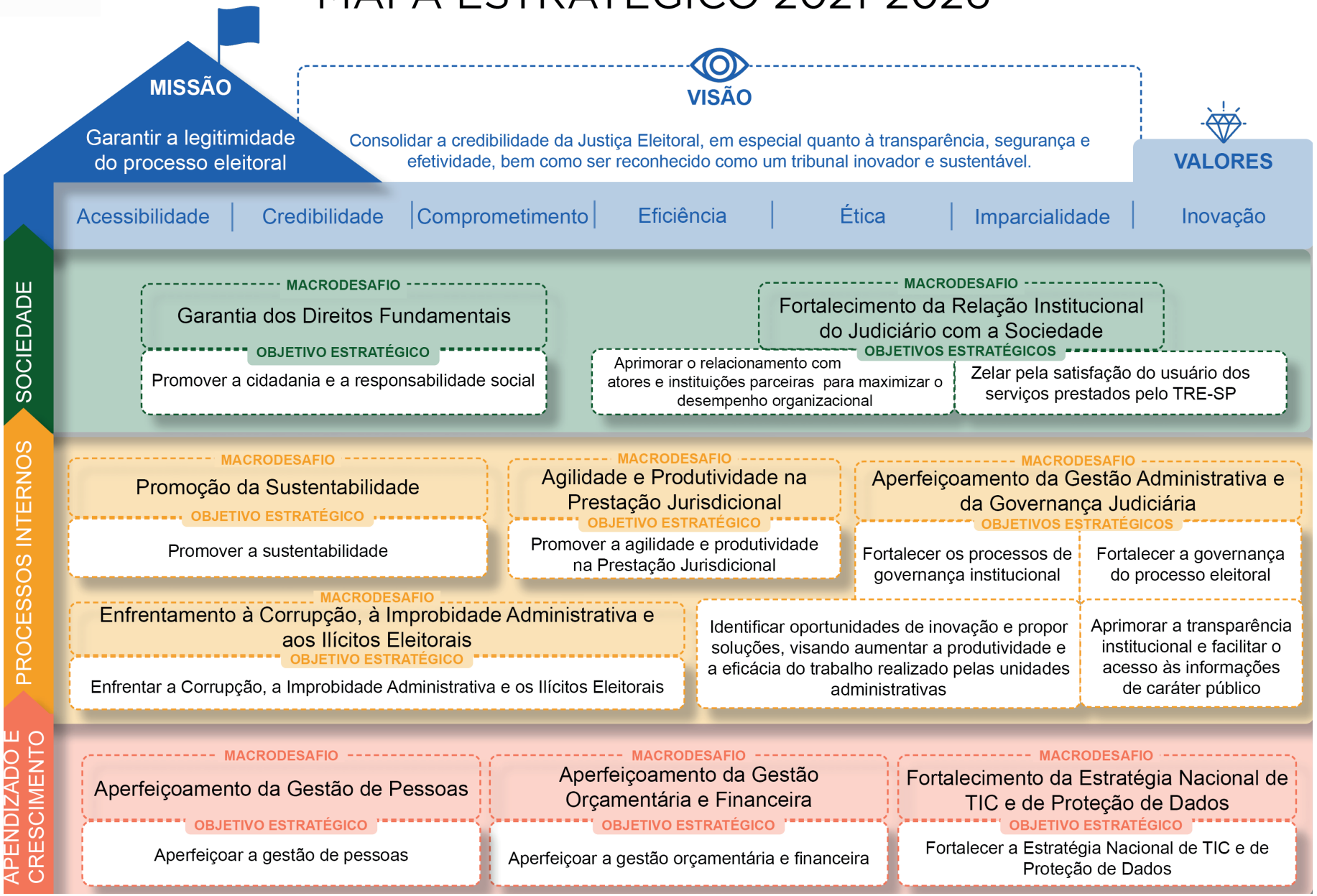
A partir dos direcionadores estratégicos estabelecidos, é possível notar a profunda preocupação deste Tribunal com a construção da democracia por meio do voto e da importância que se dá à busca por soluções inovadoras para os complexos desafios que nos são apresentados, ao mesmo tempo em que se busca colaborar com a construção de uma sociedade cada vez mais sustentável e plena de acessibilidade.

Os grandes objetivos de longo prazo do TRE-SP na busca pelo atingimento de sua visão, que denominamos **macrodesafios**, foram divididos em três perspectivas: Sociedade, Processos Internos e Aprendizagem e Crescimento. É importante apontar que alguns macrodesafios ainda são amplos o suficiente para que sejam desdobrados em um ou mais objetivos. A esses desdobramentos dos macrodesafios denominamos **Objetivos Estratégicos**.

Todo esse planejamento de longo prazo pode ser resumido em um **Mapa Estratégico**, que apresentamos abaixo. Por meio dele, os colaboradores e colaboradoras, bem como toda a sociedade, podem compreender melhor as expectativas e objetivos do TRE-SP para o período 2021-2026.

Para que se consiga atingir todo esse planejamento, há uma série de instâncias de governança e práticas de gestão que conduzem a uma administração cada vez mais eficiente, sendo o planejamento estratégico excelente ferramenta para orientar as ações e atividades administrativas e/ou jurisdicionais, bem como para avaliar, direcionar e monitorar a gestão.

MAPA ESTRATÉGICO 2021-2026



Sendo acessibilidade e sustentabilidade dois de nossos principais pontos de atenção, o Plano Estratégico não poderia deixar de refletir nossa contribuição a esses temas. Assim, foi elaborada uma versão alternativa do Mapa Estratégico revelando a contribuição do TRE-SP à agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU:

A ESTRATÉGIA DO TRE-SP E AS INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA

A governança é o conjunto de regras e instâncias internas ou externas a uma organização que dão previsibilidade e transparência ao processo decisório. Por meio dessa estrutura, todas as partes interessadas podem saber de antemão quais trâmites são adotados na condução estratégica do TRE-SP, fornecendo maior agilidade e transparência à gestão.

As unidades que compõem a Gestão Estratégica e a Gestão Tática são as responsáveis pelas tomadas de decisão do Tribunal.

Nossa estrutura de governança foi definida pela Resolução TRE-SP nº 421/2017.

O Sistema de Governança implementado permite a legitimação das decisões das instâncias internas de governança por todas as partes interessadas na gestão da instituição, o gerenciamento dos riscos estratégicos e dos conflitos internos, além de propiciar a promoção do accountability, da eficiência e da transparência no Regional.

NOSSO MODELO DE NEGÓCIOS

Entre as várias ferramentas que demonstram a maneira pela qual uma determinada organização entrega valor a seu público, trazemos o modelo CANVAS[1], que demonstra, por meio de alguns itens gráficos, quais são os principais valores entregues e quais os meios utilizados para tanto, sem esquecer de listar todos os envolvidos no trabalho do TRE.

Abaixo, nosso modelo de negócios, em que evidenciamos a centralidade da sociedade em nossa proposta de entrega de valor.

PROPOSTA DE VALOR

Garantir o exercício da cidadania

Garantir a lisura e a transparência do processo de votação e apuração da votação

Garantir o direito de votar e ser votado

ATIVIDADES-CHAVE

Prestação Jurisdicional
Relacionamento com a sociedade
Preparação, Realização e Apuração das Eleições
Administração do Cadastro Eleitoral
Administração do Cadastro Partidário

PARCERIAS-CHAVE

Estado
Prefeituras
Polícia Militar
Ministério Público
Tribunal de Justiça
Tribunal Superior Eleitoral
Imprensa
Polícia Federal

RECURSOS-CHAVE

Colaboradores

(mesários, apoios logísticos, membros das juntas apuradoras, servidores requisitados, estagiários)

Magistrados
Servidores
Recursos orçamentários
Recursos de TIC
Infraestrutura

CANAIS

Portal (site)
Redes sociais
Central telefônica
Serviços digitais
Ouvidoria
Núcleo de Informação ao Cidadão
Atendimento presencial
Aplicativos de mensagens instantâneas

SEGMENTOS DE MERCADO

Sociedade
Eleitores
Partidos
Candidatos
Advogados
Jornalistas

ESTRUTURA DE CUSTOS

Recursos Humanos
Infraestrutura de TIC
Infraestrutura Predial

ESTRUTURA DE RECEITAS

Orçamento público

RELAÇÕES COM OS CLIENTES

Transparência
Agilidade na Prestação de Informações
Interatividade
Atendimento presencial descentralizado
Atendimento Virtual
Proteção de Dados

[1] Business Model Canvas (BMC), ferramenta de gestão criada por Alexander Osterwalder.

CADEIA DE VALOR

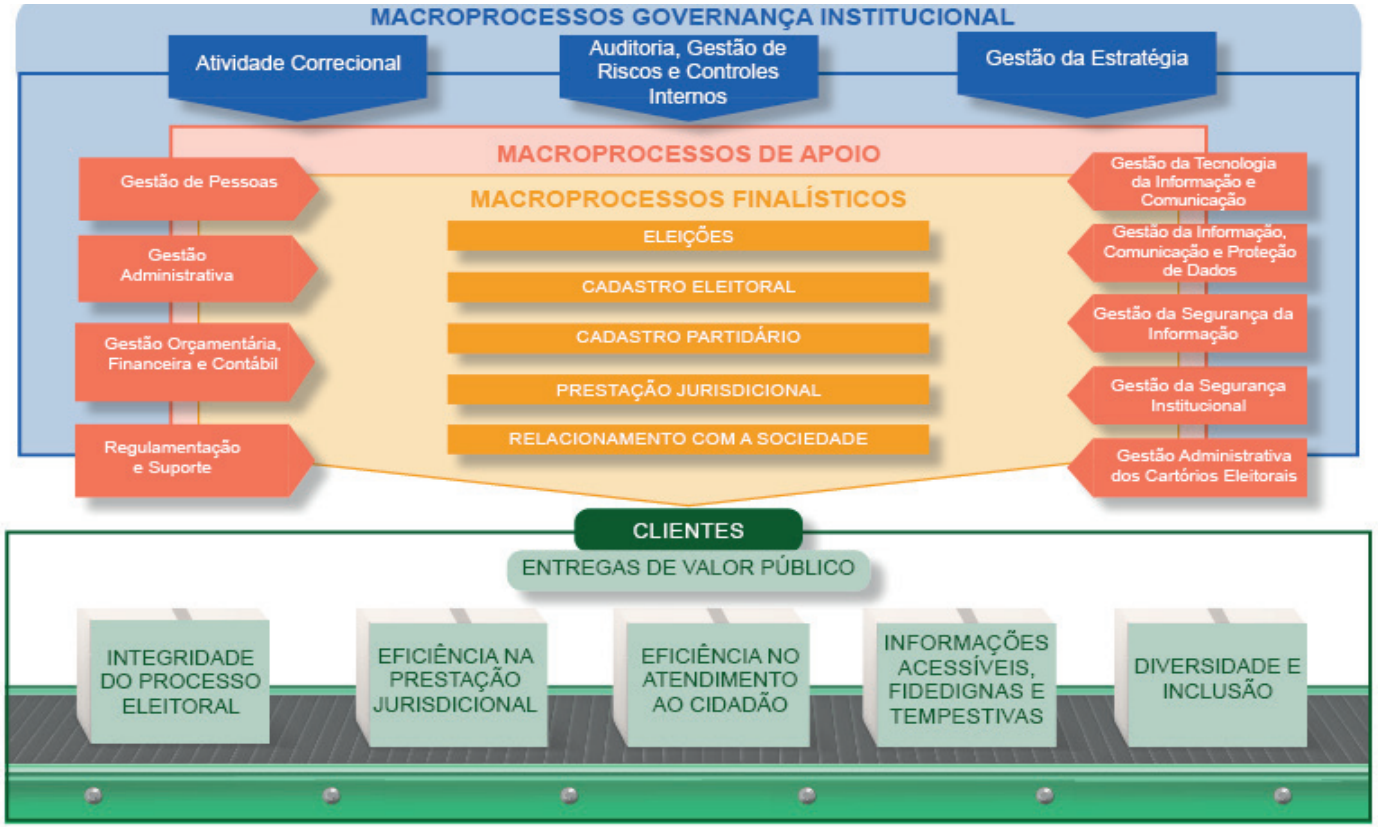
O TRE-SP, assim como todas as organizações, entrega seus resultados por meio da execução de processos de trabalho. Podemos definir processo de trabalho como o conjunto de atividades inter-relacionadas que transformam insumos (ou matéria-prima) em produtos.

Desde a mais simples rotina de trabalho até a mais complexa atividade de prestação jurisdicional podem ser entendidas como um processo de trabalho.

Por isso, muitas organizações demonstram de forma gráfica seus grandes processos de trabalho (ou macroprocessos), como o mapa que está abaixo, que chamamos de Cadeia de Valor.

A Cadeia de Valor do TRE-SP divide os macroprocessos em três grandes grupos: **Finalísticos**, **de Apoio** e **de Governança Institucional.**

Os macroprocessos finalísticos são aqueles diretamente ligados à Missão do TRE-SP. Para dar suporte a essas atividades, fornecer estrutura e recursos, temos os macroprocessos de apoio. Por último, os macroprocessos de governança institucional são aqueles que garantem que as atividades finalísticas e de apoio ocorram segundo as melhores práticas de governança e gestão, além de buscar aprimoramento contínuo e sustentabilidade no negócio.



GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A Gestão de riscos no Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo iniciou-se em 2018, guiada pela Política de Gestão de Riscos instituída por meio da Resolução TRE-SP nº 452/2018, seguindo as orientações do Tribunal de Contas da União – TCU. Busca-se, ao fazer gestão de riscos, compreender o horizonte futuro de uma organização e os eventos que podem impactar a realização de suas atividades e o cumprimento de sua missão. Assim, ao conhecer e classificar tais eventos, pode-se atuar na atenuação da probabilidade de que ocorram ou no impacto que possam causar. O TRE-SP vem ganhando maturidade em Gestão de Riscos, o que leva ao aperfeiçoamento contínuo da Política e dos meios de implementação dessa área de conhecimento. Como consequência, em 2021, foram realizadas sugestões de aperfeiçoamento na Política de Gestão de Riscos, na metodologia de implementação, bem como a elaboração de um sistema auxiliar à Gestão de Riscos do TRE-SP.

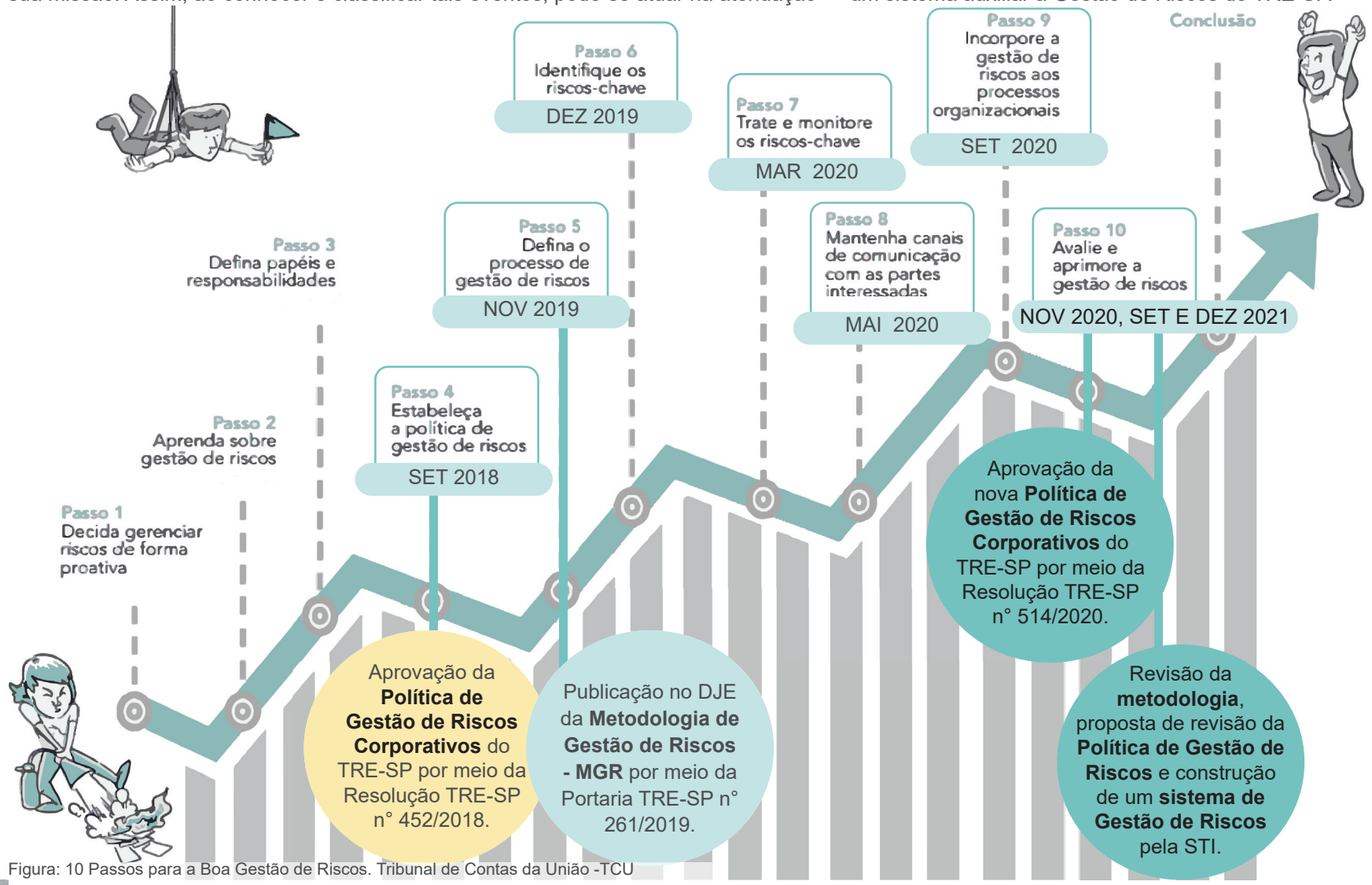


Figura: 10 Passos para a Boa Gestão de Riscos. Tribunal de Contas da União -TCU

RESULTADOS

92
GESTORES TREINADOS

149
PROCESSOS MAPEADOS

703
RISCOS ENCONTRADOS

LINHAS DE DEFESA

A Política de Gestão de Riscos, aprovada por meio da Resolução TRE-SP n° 514/2020, adotou o modelo das três linhas de defesa no gerenciamento de riscos adotando a Declaração de Posicionamento do IIA -The Institute of Internal Auditors*, que consiste na atuação coordenada de três camadas com responsabilidades e funções específicas.

Representada pela unidade de auditoria interna, responsável por avaliar as atividades da 1ª e 2ª linhas de defesa no que tange à eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, mediante a prestação de serviços de avaliação e de consultoria com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade.

3ª LINHA DE DEFESA

Composta pela unidade de Auditoria Interna.

Contempla os controles situados ao nível da gestão e objetivam assegurar que as atividades realizadas pela 1ª linha de defesa sejam desenvolvidas e executadas de forma apropriada

2ª LINHA DE DEFESA

Composta pelos órgãos de governança, a exemplo do Comitê Gestor da Estratégia (CoGEst) e do Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação e Comunicação (CDTIC), bem como pela Assessoria de Planejamento Estratégico e de Eleições

1ª LINHA DE DEFESA

Composta pelos gestores de riscos.

Contempla os controles primários, que devem ser instituídos e mantidos pelos gestores de riscos durante a execução de atividades e tarefas, no âmbito de seus macroprocessos finalísticos e de apoio

* Criado em 1941, The Institute of Internal Auditors (IIA) é uma associação profissional internacional, com sede global em Altamonte Springs, Flórida, EUA. O IIA é o líder reconhecido, principal defensor e educador em auditoria interna. Declarações de Posicionamento fazem parte da Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (IPPF) do IIA, a estrutura conceitual que organiza as orientações oficiais promulgadas pelo IIA. Órgão global confiável, fonte de orientação, o IIA fornece aos profissionais de auditoria interna no mundo todo orientações oficiais organizadas na IPPF como obrigatórias e fortemente recomendadas. As Declarações fazem parte da categoria "fortemente recomendadas" – a conformidade não é obrigatória, mas é fortemente recomendada - e as orientações são reforçadas pelo IIA por meio de processos formais de revisão e aprovação

RISCOS ESPECÍFICOS

Durante a implementação da gestão de riscos, foram identificados pelos gestores de riscos eventos que poderiam impactar nas entregas de valor público. Entre os principais riscos encontrados destacamos:

VALOR PÚBLICO	RISCO	TRATAMENTO
INTEGRIDADE DO PROCESSO ELEITORAL	Erros e incorreções nos trabalhos dos cartórios eleitorais e ausência de padronização nos procedimentos. Comprometimento da confiabilidade da urna eletrônica e do processo eleitoral pela disseminação de desinformação. Falhas técnicas nos sistemas eleitorais.	Implementação do Núcleo de Atendimento aos cartórios eleitorais - NACAN - grupo multidisciplinar de suporte e monitoramento dos processos de trabalho eleitorais / Elaboração do Portal Eleições 2020 destinado aos cartórios eleitorais. Promoção de ações para o combate à desinformação por meio de palestras e divulgação de materiais informativos / Implementação do Núcleo de Combate à Desinformação. Realização de testes de desempenho, testes exaustivos e simulados com a participação dos cartórios eleitorais
EFICIÊNCIA NA PRESTAÇÃO JU-RISDICIONAL	Erros e inconsistências no Processo Judicial Eletrônico - PJe por erro humano. Não cumprimento do prazo de julgamento dos processos de registro de candidaturas.	Implementação de metodologias de conferência, fluxogramas de trabalho / Estabelecimento de conferências semanais / acompanhamento dos processos por meio do Power BI / Instrução e treinamento dos servidores. Composição de força-tarefa para auxílio aos cartórios eleitorais / Acompanhamento e monitoramento dos processos de registro de candidatos.
EFICIÊNCIA NO ATENDIMENTO AO CIDADÃO	Ausência de mesários devido à pandemia de Covid-19. Prejuízo no atendimento ao público devido à pandemia de Covid-19.	Campanhas para alistamento de mesários voluntários / Envio das convocações por meio eletrônico conferindo agilidade nas nomeações Implementação do atendimento ao eleitor por meio do Título NET / Implementação de ferramentas de atendimento ao público de forma remota / Implementação do trabalho remoto e soluções de VPN
INFORMAÇÕES ACESSÍVEIS, FIDEDIGNAS E TEMPESTIVAS	Desconhecimento dos serviços prestados pela organização. Perecimento de direitos por falta de acesso à informação.	Atualização periódica e publicação da carta de serviços ao usuário e da cartilha da Ouvidoria Criação do sistema Editais para publicação de atos gerais do processo eleitoral nos cartórios eleitorais / Criação e disponibilização do Sistema Diplomas. Publicações constantes no site e redes sociais, envio de material informativo à imprensa e concessão de entrevistas
DIVERSIDADE E INCLUSÃO	Dificuldade ou impedimento do exercício de voto de eleitores surdos, cegos e/ou com deficiência. Baixa diversidade de gênero e raça no processo eleitoral.	Solicitação aos proprietários dos prédios utilizados como locais de votação de adaptação às normas de acessibilidade / Adequação dos prédios da Justiça Eleitoral / Adequação das páginas do Tribunal às normas de acessibilidade. Fomento da participação feminina através de palestras e eventos sobre o tema / Criação do Comitê Gestor da Equidade de Gênero, Raça e Diversidade. Publicações constantes no site e redes sociais, envio de material informativo à imprensa e concessão de entrevistas

TEMAS RELEVANTES

ADEQUAÇÃO DO TRE-SP À LEI Nº 13.709/2018, LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD):

- Designação do juiz assessor da Presidência como encarregado pelo tratamento de dados pessoais do Tribunal mediante a portaria TRE-SP nº 74/2021.
- Instituição da Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRE-SP mediante a portaria TRE-SP nº 65/2021.
- Criação do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais mediante a portaria TRE-SP nº 65/2021.
- Elaboração de plano de ação (e sucessivas atualizações) com vistas à adequação do TRE-SP à lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).
- Instituição de programa de conscientização sobre a LGPD, com realização de treinamentos de níveis básico e avançado aos gestores e servidores do Tribunal, webinário "LGPD na Justiça Eleitoral", elaboração da Cartilha LGPD do TRE-SP, divulgação de orientações e criação de página específica na Intranet.
- Criação de página no site do Tribunal com informações sobre a aplicação da LGPD, incluindo os requisitos para o tratamento legítimo de dados, as obrigações dos controladores e os direitos dos titulares, bem como as informações sobre o encarregado.
- Elaboração de fluxo para atendimento aos direitos dos titulares de dados pessoais, requisições e reclamações apresentadas, desde o seu ingresso até o fornecimento da respectiva resposta.
- Disponibilização de formulário eletrônico para atendimento das requisições e reclamações apresentadas por parte dos titulares dos dados pessoais.
- Início da ação de mapeamento das atividades de tratamento de dados pessoais do Tribunal, com vistas à formação do Inventário de Dados Pessoais (IDP).
- Estudo para aplicação da recomendação CNJ nº 73/2020 e das resoluções CNJ nº 363/2021 e TSE nº 23.650/2021.

Secretaria de Tecnologia da Informação

BALCÃO VIRTUAL

Implantado no TRE-SP em abril, o "Balcão Virtual" é uma plataforma de videoconferência que possibilita o contato direto de partes e advogados para tirar dúvidas e obter informações relativas a processos judiciais, virtuais ou físicos, tanto na 1ª como na 2ª instância. Sua disponibilidade é de segunda a sexta-feira, das 12h00 às 17h00, sem a necessidade de agendamento, observada a ordem de entrada na sala de espera do sistema. A ferramenta possibilitou a realização de 6634 atendimentos e veio ao encontro dos anseios da sociedade como resposta às mudanças introduzidas nas relações e nos processos de trabalho em virtude do fenômeno da transformação digital. A ação também se relaciona diretamente aos dois objetivos da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) na perspectiva "Sociedade": Objetivo 1 - aumentar a satisfação dos usuários do sistema judiciário e objetivo 2 - promover a transformação digital, conforme a resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 370/2021.

INCREMENTO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Houve a criação e a reformulação de processos internos como o gerenciamento de LOGs, de vulnerabilidades e de incidentes de segurança cibernéticos, protocolos de prevenção de incidentes cibernéticos, de gerenciamento de crises cibernéticas, de investigação de ilícitos cibernéticos, além da criação do Comitê de Crises Cibernéticas e do Núcleo de Segurança Cibernética. Como resultado, o Conselho Nacional de Justiça apurou que o TRE-SP atingiu pontuação máxima no tema "Riscos, Segurança da Informação e Proteção de Dados" conforme diagnóstico para aferir o nível de cumprimento dos quesitos viabilizadores de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação constantes na Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário vigente, o iGovTIC-JUD 2021.

Secretaria de Gestão de Pessoas

TELETRABALHO

Recentemente o TRE-SP editou a resolução nº 567/2021, que institui o regime de teletrabalho e dispõe sobre o regime cem por cento presencial. Esse normativo observa as diretrizes fixadas na resolução CNJ nº 227/2016, a qual regulamenta o teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário da União.

Os estudos no TRE-SP iniciaram-se em 2020, a partir da instituição da Comissão de Estudos do Teletrabalho (CET). A equipe formada realizou reuniões com outros Tribunais Eleitorais e consultas a outros órgãos federais, com análise de vários normativos já expedidos por outras instituições. Com a pandemia do novo coronavírus, os estudos foram inevitavelmente intensificados e os órgãos públicos se depararam com uma nova realidade: a necessidade da adoção rápida de alternativas, sobretudo tecnológicas, para a continuidade da prestação dos serviços com excelência, inclusive na Justiça Eleitoral, que tinha como desafio ainda maior a preparação nacional e a realização das Eleições 2020.

Nesse cenário de incertezas e de imprescindíveis cautelas sanitárias, o trabalho remoto foi, de modo célere e eficiente, introduzido no TRE-SP, com manutenção de algumas atividades necessariamente presenciais. Dessa forma, o êxito obtido com as medidas adotadas, mesmo diante dos inúmeros desafios, indicou ao TRE-SP a possibilidade da implantação no teletrabalho no âmbito eleitoral.

Assim, o novo regime entra em vigor e uma nova fase se inicia. O foco é o presente, mas o olhar já está no futuro.

RETORNO GRADUAL

Os desafios enfrentados com a pandemia da Covid-19 em 2020 subsistiram durante o ano de 2021.

A necessidade da continuidade das medidas de distanciamento social para a preservação da saúde de magistradas e magistrados, servidoras e servidores, estagiárias e estagiários, terceirizadas e terceirizados, advogadas e advogados e usuárias e usuários em geral do TRE-SP inviabilizou a retomada total do expediente presencial, exigindo sua adaptação às fases da crise sanitária no Estado de São Paulo.

Contudo, as atividades essenciais presenciais, como as eleições suplementares, a manutenção das urnas eletrônicas e o atendimento ao público excluído digitalmente foram realizadas.

Todas as normas expedidas pelo TRE-SP, relativas ao retorno das atividades presenciais, foram propostas pelo Gabinete de Crise, instituído pela portaria nº 175, de 15 de abril de 2020, e pautadas nas recomendações dos órgãos sanitários nacionais, estaduais e municipais, nas decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal e nas avaliações de especialistas sobre a atenuação ou o recrudescimento da pandemia e o avanço do calendário de vacinação.

Em 2 de agosto de 2021 foi retomado o plano de retorno gradual, garantindo-se a abertura dos cartórios eleitorais com o mínimo necessário de servidores para as atividades presenciais.

A partir de outubro de 2021, com o avanço do calendário vacinal no Estado de São Paulo e considerando a vacinação contra a Covid-19 medida essencial para a preservação da saúde de todos, passou-se a exigir para a entrada nos prédios do TRE-SP a apresentação de certificado ou carteira de vacinação, digital ou impresso, ou, ainda, em casos pontuais, relatórios médicos com contraindicação da vacina.

A exigência considerou a prevalência absoluta do interesse público sobre o interesse particular, especialmente em período de grave ameaça à saúde e à vida, e as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 6586 e nº 6587 e no Recurso Extraordinário com Agravo nº 1267879.

Em 1º de dezembro de 2021 iniciou-se o plano de retorno para as atividades presenciais, de forma progressiva, com previsão de retomada integral em março de 2022.

AÇÕES DA COORDENADORIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

A Secretaria de Gestão de Pessoas, por meio da Coordenadoria de Atenção à Saúde, promoveu diversas ações relacionadas à saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho, visando ao bem-estar das colaboradoras e dos colaboradores, com o objetivo de minimizar os impactos causados pela pandemia e a mudança brusca de rotina pela imposição do trabalho remoto e, posteriormente, pelo retorno gradativo ao trabalho presencial. Foram criadas as seguintes ações:

- Criação e elaboração de protocolos de segurança em saúde para magistradas e magistrados, servidoras e servidores, prevenindo a contaminação pelo SARS-CoV-2;
- Teleatendimento à distância em Psicologia Clínica oferecido na modalidade de psicoterapia para servidoras e servidores de todo o Estado de São Paulo em situação de sofrimento emocional causado pelas mudanças impostas pela pandemia;
- Acompanhamento e orientação pelo Serviço Social para servidoras e servidores e seus familiares durante a pandemia, seja por necessidades médicas ou sociais;
- Teleatendimento médico psiquiátrico para servidoras e servidores de todo Estado de São Paulo e prescrição de medicação (quando necessário) via emissão de receita digital com assinatura eletrônica;
- Realização de webinários educativos abertos para servidoras e servidores, realizados pelos médicos clínicos e psiquiatras, abordando aspectos de saúde relacionados à prevenção e infecção pela Covid-19 e orientações acerca do impacto em saúde mental;
- Orientação médica presencial, via e-mail e telefone, acolhendo dúvidas de servidoras e servidores relacionadas à saúde;

- Pronto atendimento em enfermagem para servidoras e servidores em trabalho presencial;
- Aquisição de vacinação contra Influenza para servidoras e servidores com lotação na capital e solicitação de vacinação à Secretaria do Estado da Saúde de São Paulo a todo contingente lotado no interior;
- Orientações de saúde pública via publicação em Linha Direta e em outros canais de comunicação interna, reforçando medidas sanitárias e de prevenção;
- Assessoria à Presidência e Diretoria-Geral sobre dados de saúde pública e contexto da pandemia para tomada de decisões administrativas;
- Acolhimento, acompanhamento e tratamento de servidoras e servidores com dificuldades emocionais no retorno presencial.

Coordenadoria de Comunicação Social

CAMPANHA 25 ANOS DA URNA

A campanha abarcou ações voltadas para o público interno e externo do Tribunal, buscando engajar e educar sobre o sistema eletrônico de votação. A Seção de Jornalismo se encarregou de 30 matérias sobre o tema, que receberam mais de 7400 visualizações. O podcast Papo Eleitoral teve 3 episódios sobre a urna escutados cerca de 700 vezes, e o jornal Notícias do TRE publicou 9 histórias escritas por servidores como parte da ação “personagens da urna”. A Seção de Mídias e Campanhas coordenou 18 publicações nas redes sociais abordando diferentes aspectos da urna eletrônica, que alcançaram mais de 275 mil pessoas. O concurso “Por que a urna é segura?” estimulou o envio de material produzido por servidores em defesa da urna, com inscrição de 30 trabalhos em vídeo, imagem e texto. Foi produzido também o webinário “Por dentro da urna”, que educou 531 servidores sobre os aspectos técnicos da urna. Dentre as ações, destacam-se também a enquete “Você conhece a urna eletrônica?” - um quiz para testar conhecimento -, e o canal “Tire suas dúvidas”, que contaram com a participação de quase 600 servidores conjuntamente. A campanha foi concluída em dezembro com um e-book comemorativo que compilou todas as ações.

POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO TRE-SP

Em 21 de setembro a corte do TRE-SP aprovou a resolução nº 559/2021, instituindo a Política de Comunicação Social do TRE-SP. O documento inédito no âmbito da Justiça Eleitoral estabelece um direcionamento estratégico dos esforços de comunicação social, sintetizado por meio de sua missão de “promover uma comunicação pública de excelência, criando e difundindo conteúdos que contribuam para a atuação cidadã, promovendo um relacionamento transparente com os veículos de comunicação e estimulando a disseminação de conhecimento e maior engajamento entre os profissionais do Tribunal”. Além da Missão, a norma formaliza Visão; Valores; Diretrizes; Objetivos; Competências; Mapeamento de Públicos; entre outros recursos e definições de comunicação social. O trabalho abrange o Planejamento Estratégico Institucional 2021-2026 do TRE-SP, resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Conselho Nacional da Justiça (CNJ), a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como outros dispositivos normativos que influenciam a atividade de comunicação social.

O CICLO 2021-2026 DA ESTRATÉGIA

O primeiro semestre de 2021 ficou marcado pela construção do novo ciclo de Planejamento Estratégico do TRE-SP. Como resultado do ganho de maturidade de nosso Tribunal em assuntos de planejamento, foi possível conduzir a construção de todo o Plano com ampla participação de todos os atores envolvidos, como a sociedade, os magistrados e magistradas e o corpo de colaboradores e colaboradoras da Organização. Entre os instrumentos utilizados para essa construção, citamos:

• Pesquisa junto à sociedade, magistrados e magistradas, colaboradores e colaboradoras para a definição das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças do novo ciclo, bem como para a obtenção dos temas desafiadores a que a Justiça Eleitoral Paulista estará submetida;

• Consulta às servidoras e servidores acerca da definição de indicadores e projetos, com ampla oferta de webinários sobre os temas objetos de consulta;

• Realização de reuniões setoriais envolvendo as diversas áreas para debate dos temas levantados em pesquisa e elaboração de propostas para a Estratégia;

• Definição, junto ao Comitê Gestor da Estratégia, dos itens do Plano Estratégico a serem submetidos ao Pleno.

MACRODESAFIOS – PROJETOS FUTUROS E RESULTADOS DE 2021:

Os indicadores de desempenho são a principal ferramenta para mensurar o sucesso da Estratégia. Por meio da comparação entre os valores obtidos e as metas estipuladas, podemos verificar se as atividades desenvolvidas estão, de fato, conduzindo a Organização rumo à concretização de sua visão de futuro.
Em nosso Plano Estratégico, os indicadores de desempenho são sempre vinculados a um objetivo estratégico ou macrodesafio, e são divididos em dois tipos:

1) Indicadores de Resultado: Mostram de forma mais direta se os objetivos estão sendo atingidos;
2) Indicadores de Esforço: Demonstram as causas do atingimento ou não atingimento de um dado objetivo. Enquanto indicadores de resultado mostram o sucesso ou insucesso na busca de um objetivo, os indicadores de esforço revelam os motivos pelos quais esse sucesso ou insucesso ocorre;
Como consequência da comparação entre indicadores e metas, podemos conhecer o grau de cumprimento de cada macrodesafio. Abaixo, uma breve descrição da metodologia utilizada para o cálculo dos graus de atingimento dos macrodesafios:

1) O grau de atingimento de um macrodesafio será a média do Percentual de Atingimento dos Objetivos Estratégicos que o compõem. Caso um macrodesafio possua apenas um Objetivo Estratégico, o grau de atingimento desse objetivo será o próprio grau de atingimento do macrodesafio;

2) O grau de atingimento de um Objetivo Estratégico será a média dos Percentuais de Atingimento da Meta dos indicadores de resultado a ele atrelados que possuírem metas definidas para o exercício em análise;

a. Serão desconsiderados do cálculo os indicadores de resultado não mensurados ou para os quais não houve meta definida, nos termos dos arts. 15 e 16 da Res. TRE-SP nº 546/2021;
b. Serão também desconsiderados do cálculo os indicadores que por algum motivo não puderam ser mensurados para o exercício em análise, em especial o indicador constante do §3º do art. 11 da Res. TRE-SP nº 546/2021;
c. Caso um Objetivo Estratégico não possua indicadores de resultado com meta definida para o período, o grau de atingimento do objetivo será considerado não calculado. Neste caso, o respectivo gráfico não conterá a linha de meta.

MACRODESAFIO	VALOR
Garantia dos Direitos Fundamentais	Não mensurado
Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade	63%
Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	87%
Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais	100%
Promoção da Sustentabilidade	44%
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária	87%
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	99%
Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	99%
Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados	98%

Passamos a apresentar, separadamente, os resultados de cada macrodesafio:

MACRODESAFIO 1: GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

A prestação jurisdicional não encerra as atividades do Poder Judiciário. É fundamental garantir que os cidadãos e as cidadãs tenham condições de acessar os serviços prestados pelos órgãos públicos, com acessibilidade e inclusão, bem como garantir que, internamente, os preceitos de respeito às pessoas sejam preservados. Os projetos a serem encampados para o atingimento desse macrodesafio serão:

1.1.1.1 – Implantação da Central de Serviços de Acessibilidade

1.1.2.1 – Educação Eleitoral e alistamento do jovem eleitor

1.1.2.2 – Parceria Cidadã

1.1.2.3 – Ampliação da oferta de publicações em formatos alternativos acessíveis.

1.1.3.1 – Cadastro Nacional de Peritas e Peritos e de Intérpretes Especializados em Linguagem Indígena

1.1.3.2 – Implementação de texto alternativo no conteúdo não textual do sítio do TRE-SP

1.1.3.3 – Regulamentação da assistência jurídica voluntária no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo.

1.1.3.4 – Relação de contraste mínimo de 7:1 na apresentação visual do texto e imagens de texto

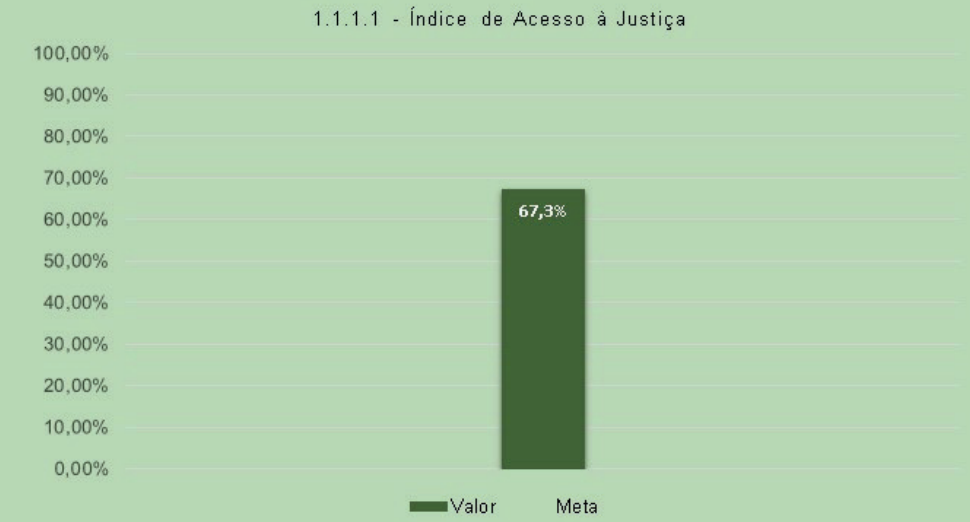
1.1.3.5 – Sinalização de entradas e saídas acessíveis

1.1.3.6 – Sinalização de vaga reservada acessível ou de idosa e idoso para veículo

Seguem, agora, os resultados obtidos em 2021:

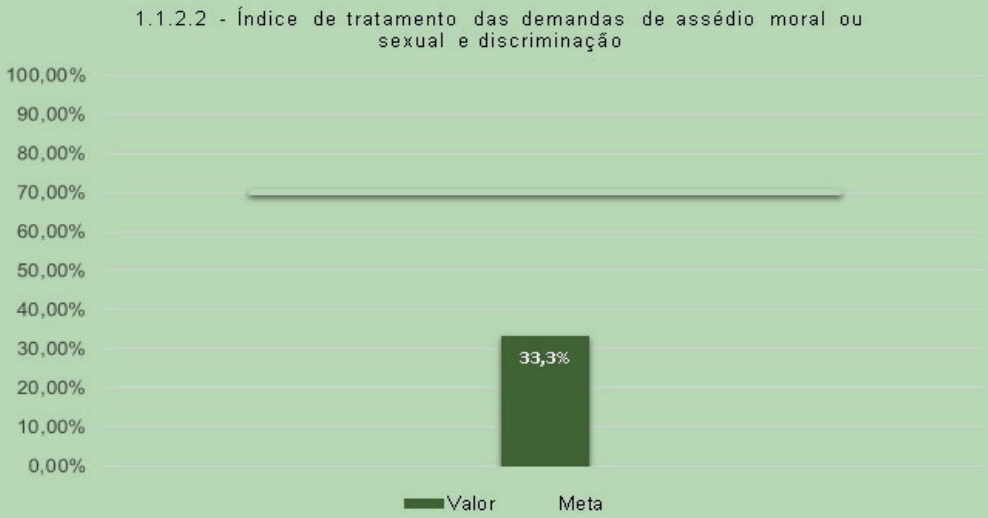
Objetivo Estratégico: Promover a cidadania e a responsabilidade social

INDICADOR DE RESULTADO



O índice de acesso à Justiça é calculado pelo Conselho Nacional de Justiça, conforme Res. CNJ 325/2020.

INDICADORES DE ESFORÇO



MACRODESAFIO 2: FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

Aproximar-se da sociedade é elemento-chave na construção do que se convencionou chamar de *accountability*, ou em outras palavras, a prestação de contas ao público em geral. A construção dessa relação institucional forte com a sociedade e também com entidades parceiras permite melhores resultados e maior transparência, gerando maiores possibilidades de controle social.

Objetivo Estratégico: Aprimorar o relacionamento com atores e instituições parceiras para maximizar o desempenho organizacional

INDICADORES DE RESULTADO

Objetivo Estratégico: Zelar pela satisfação do usuário dos serviços prestados pelo TRE-SP

INDICADORES DE ESFORÇO

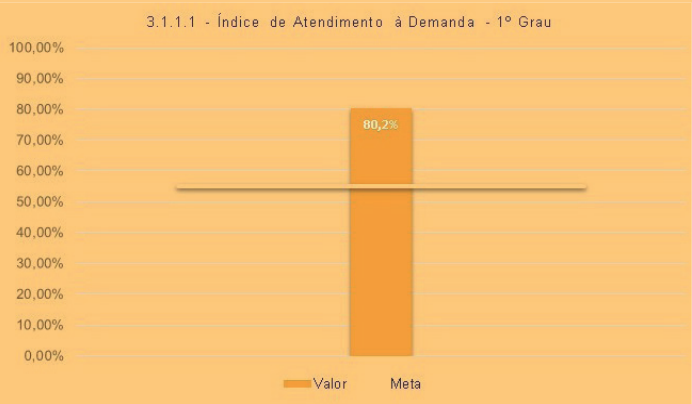
MACRODESAFIO 3: AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

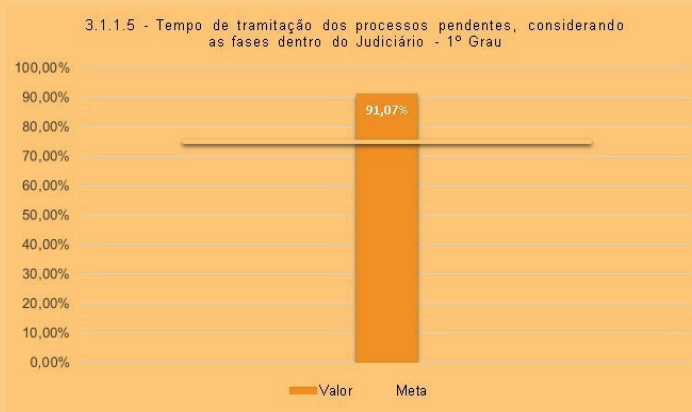
A prestação jurisdicional representa a solução de demandas. Julgar com efetividade, mas também fazê-lo de forma tempestiva e com otimização de recursos. Eis o grande desafio aqui apresentado. Para atingi-lo, os projetos implantados serão:

3.1.1.1 – Cartório Virtual Unificado
3.1.1.2 – Desenvolvimento de ferramentas para extração de relatórios estatísticos do PJe
3.1.2.1 – Consolidação do LIODS como instrumento de fomento à inovação
3.1.2.2 – Implantação de Inteligência Artificial para processamento das demandas da Ouvidoria
3.1.2.3 – R-356 (automação de processos por robôs)

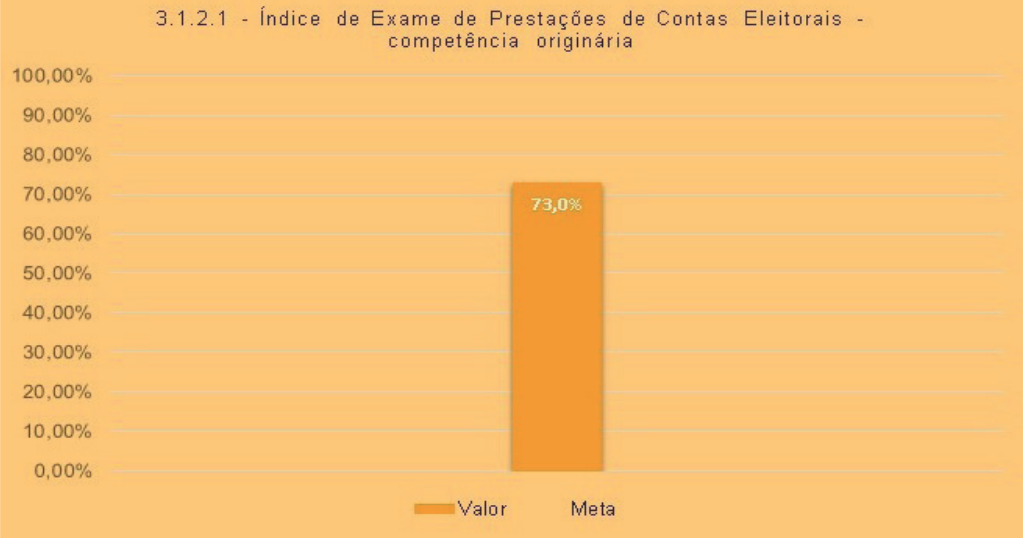
Seguem os resultados obtidos em 2021:

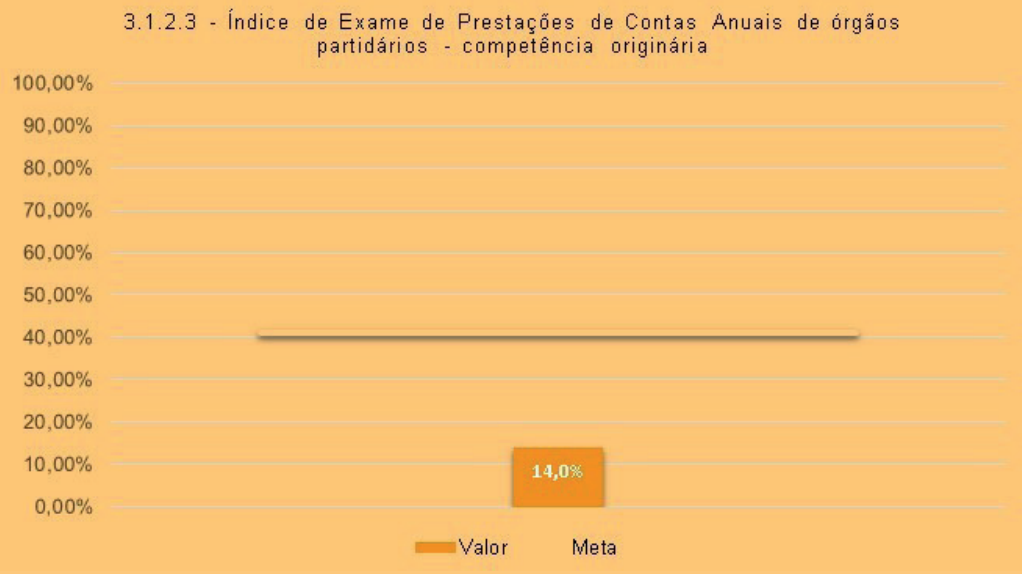
INDICADORES DE RESULTADO

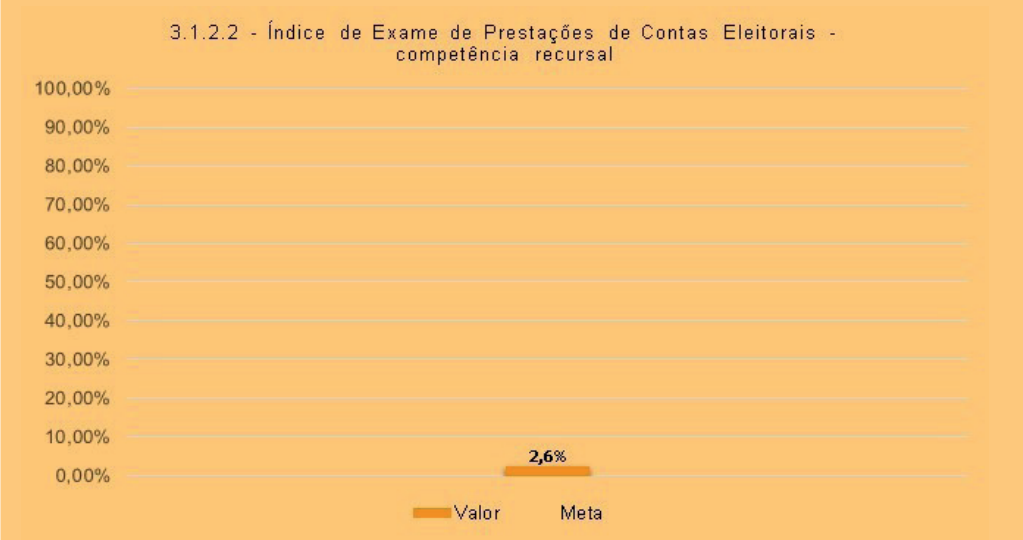


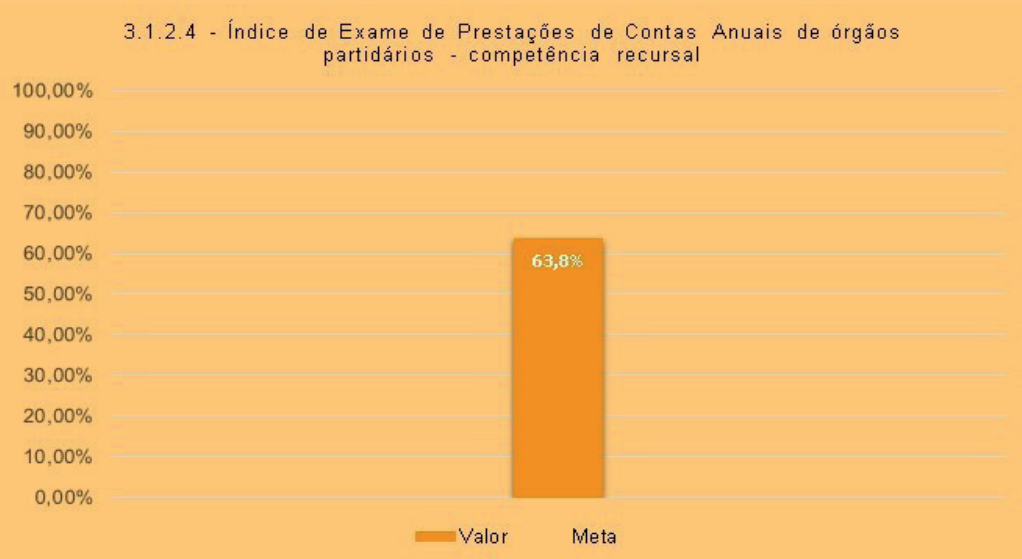


INDICADORES DE ESFORÇO





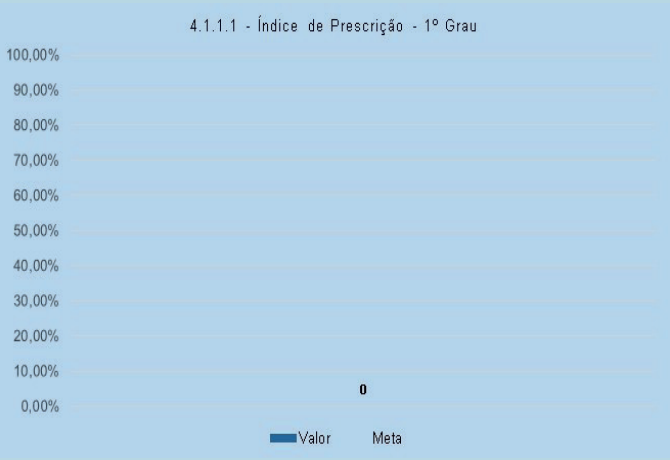


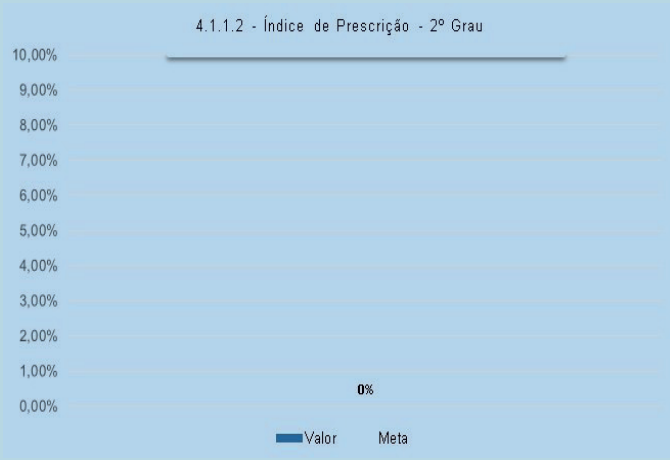


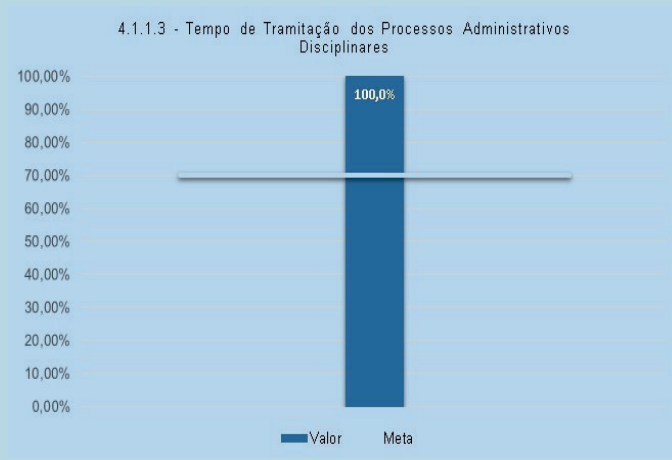
MACRODESAFIO 4:
ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS

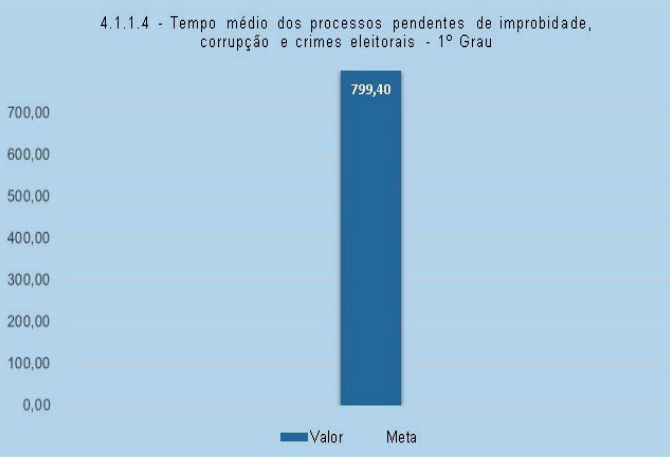
O combate à corrupção, em nossa Estratégia, ocorre em duas frentes: por meio da prestação jurisdicional e pelos trabalhos de apuração de desvios disciplinares. Com o objetivo de superar esse macrodesafio, foi incluído no Plano Estratégico Institucional o projeto **4.1.2.4** – Implantação do Programa de Integridade e *compliance* do TRE-SP.

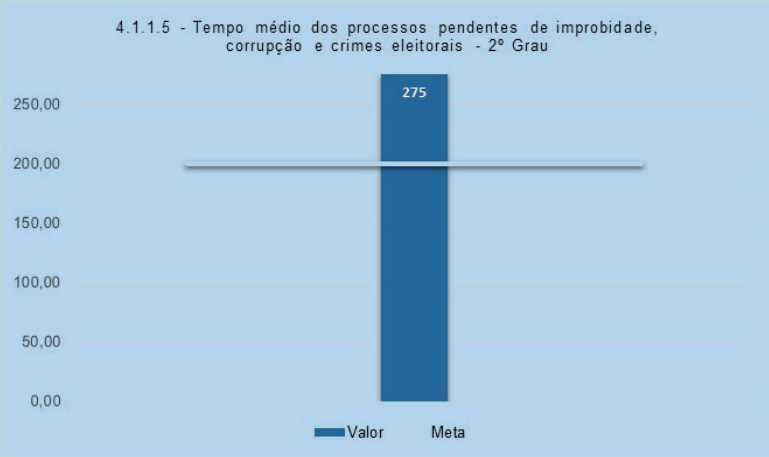
Abaixo, os resultados de 2021:









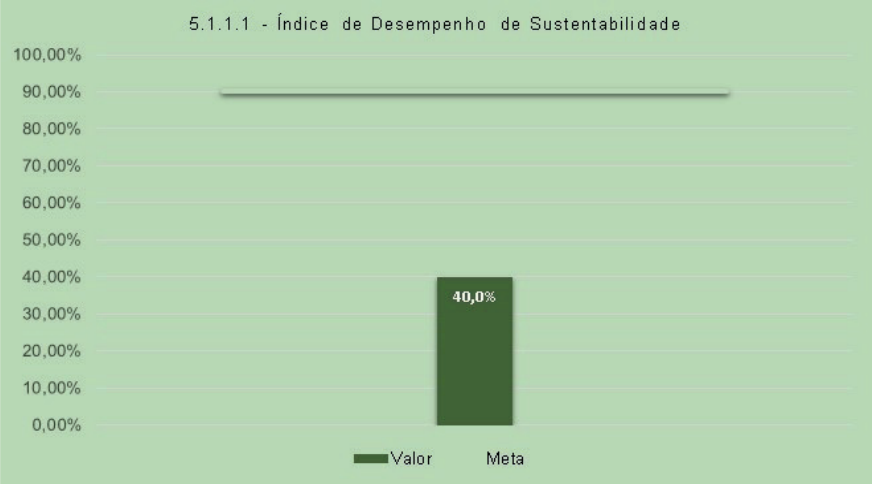


O compromisso com a sociedade passa também pelo apoio a inciativas de construção de um mundo mais justo e pleno de igualdade. Assim, o TRE-SP, ao incluir a promoção da sustentabilidade entre seus macrodesafios, alia-se aos esforços coletivos rumo à concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável defendidos pela Organização das Nações Unidas. Para tanto, foram incluídos os seguintes projetos na Estratégia:

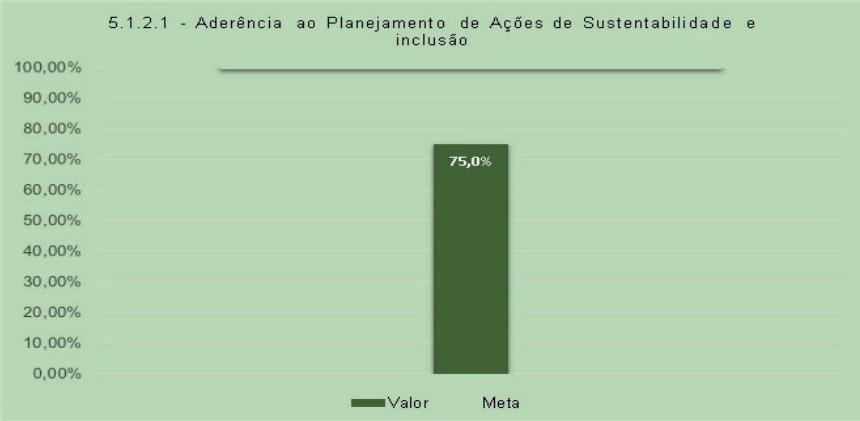
5.1.2.1 – Adesão do TRE-SP ao Pacto Global da ONU
5.1.2.2 – Estudos para a implantação de energia solar no TRE-SP
5.1.2.3 – Zerar o consumo de copos plásticos descartáveis

Os resultados obtidos foram:

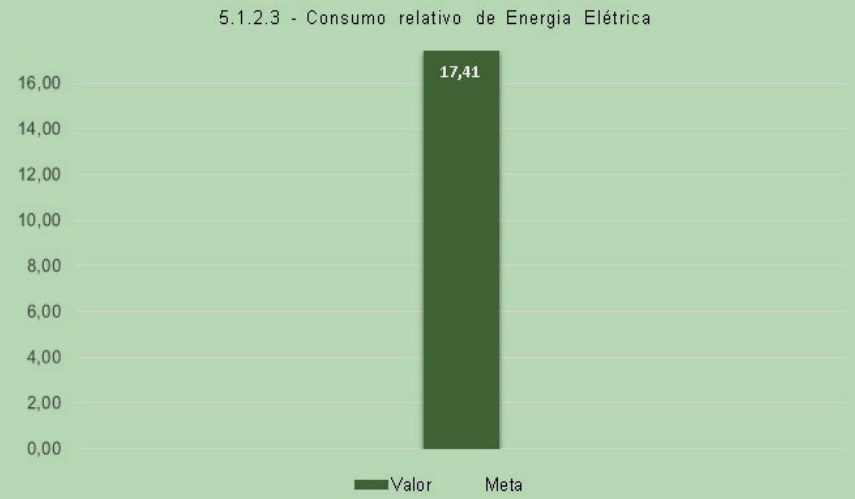
INDICADORES DE RESULTADO



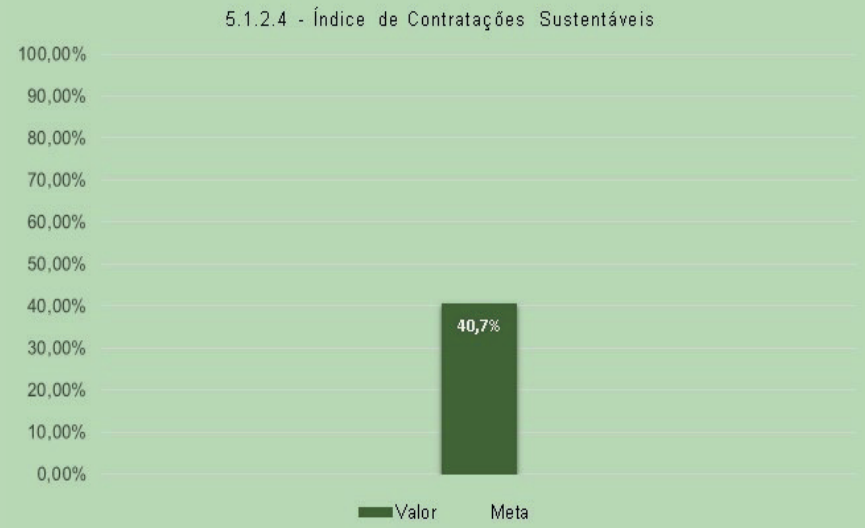
INDICADORES DE ESFORÇO

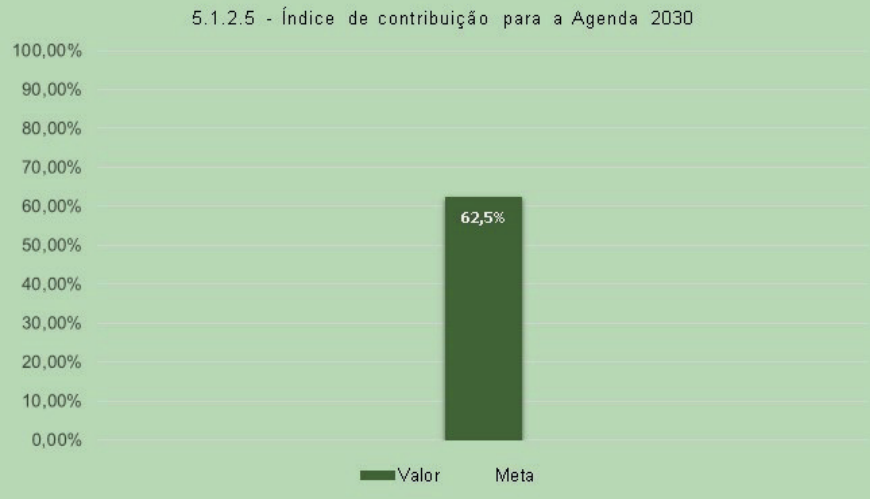


Consumo relativo de água é medido em m3/m2, ou seja, a quantidade consumida de água em relação à área das edificações.



Consumo relativo de energia elétrica é medido em Kwh/m2, ou seja, a quantidade consumida de energia elétrica em relação à área das edificações.





Mensurado em Kg.

MACRODESAFIO 6:
APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

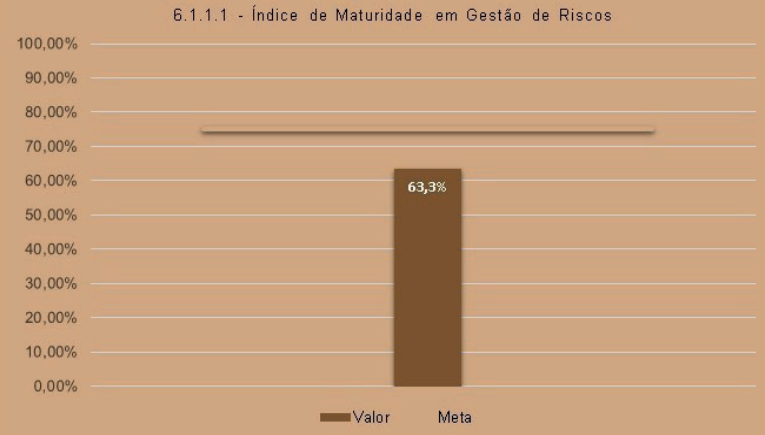
Aprimorar as técnicas de Gestão traz grandes benefícios em médio e longo prazos. Busca-se um modelo de governança mais efetivo e transparente, e meios de gestão que tornem a Organização mais eficiente, por meio da implantação dos seguintes projetos:

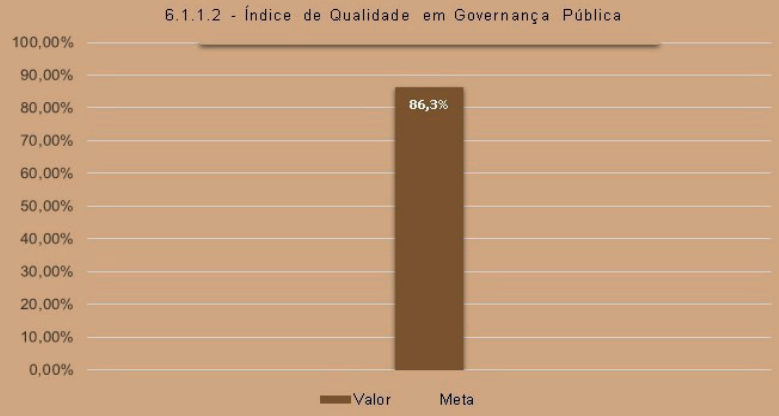
6.1.1.1 – Implantação do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM) no âmbito da auditoria interna
6.1.1.2 – Implantação do Sistema de Gestão da Continuidade do Negócio
6.1.1.3 – Sistema Integrado de Planejamento
6.1.1.4 – Implantação do sistema informatizado para Gestão de Riscos
6.1.3.1 – Atualização do Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo - TRE-SP
6.2.1.1 – Elaboração e implementação do Plano Integrado de Eleições 2022
6.2.1.2 – Elaboração e implementação do Plano Integrado de Eleições 2024
6.2.2.1 – Acompanhamento do Fluxo da Votação - ACOMPVOT 2022
6.2.3.1 – Implantação do Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos (Infodip) Nacional
6.4.2.1 – Publicidade externa dos fluxos e serviços da Secretaria Judiciária

Os resultados obtidos em 2021 foram:

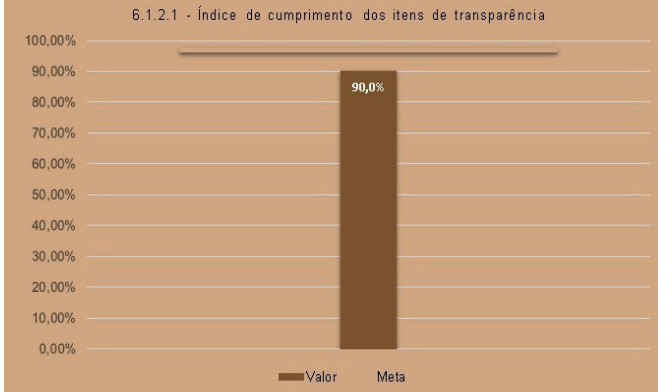
Objetivo Estratégico: Fortalecer os processos de governança institucional

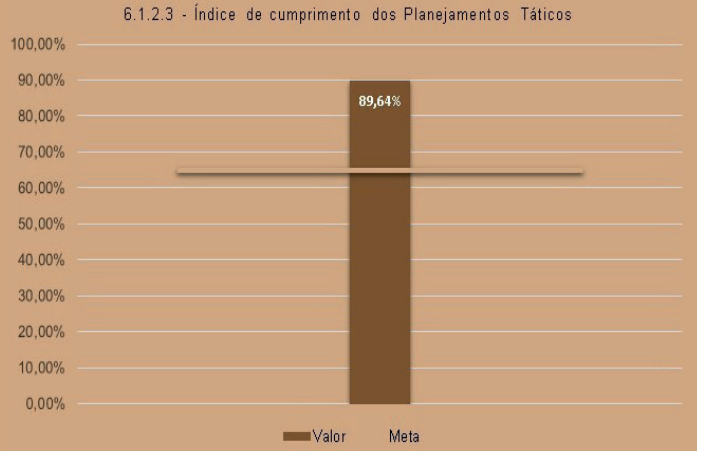
INDICADORES DE RESULTADO

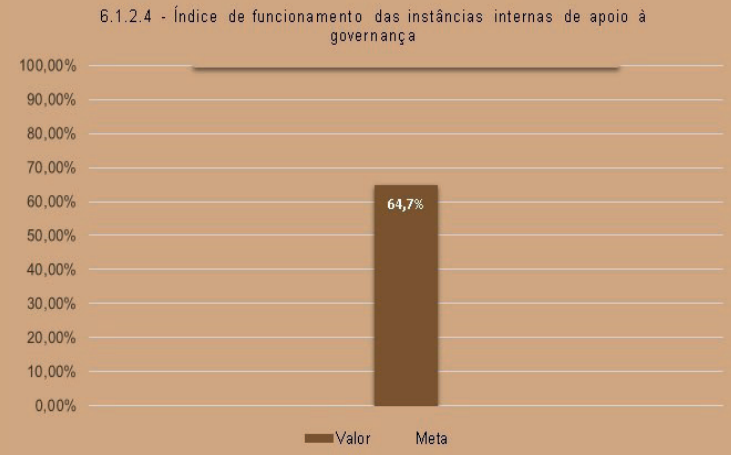


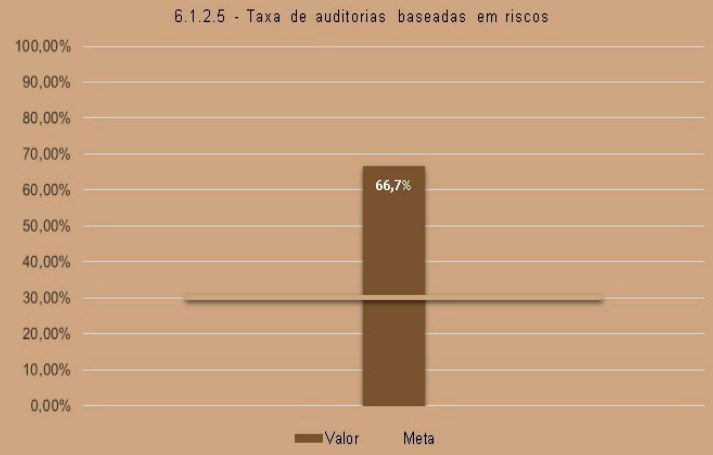


INDICADORES DE ESFORÇO



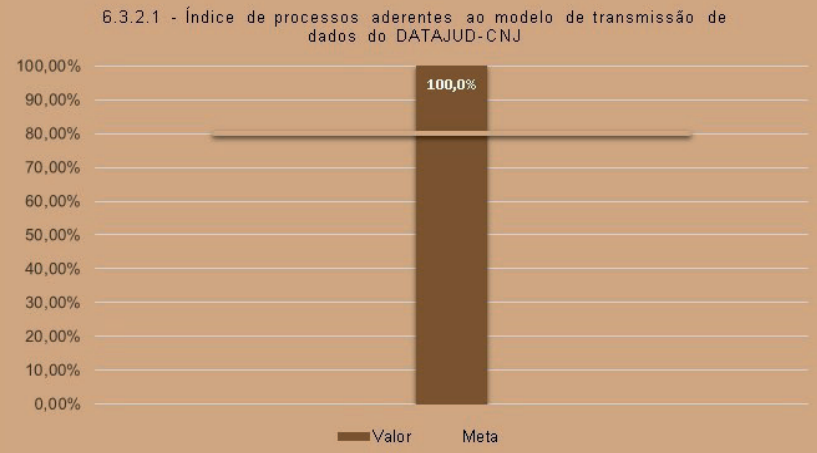


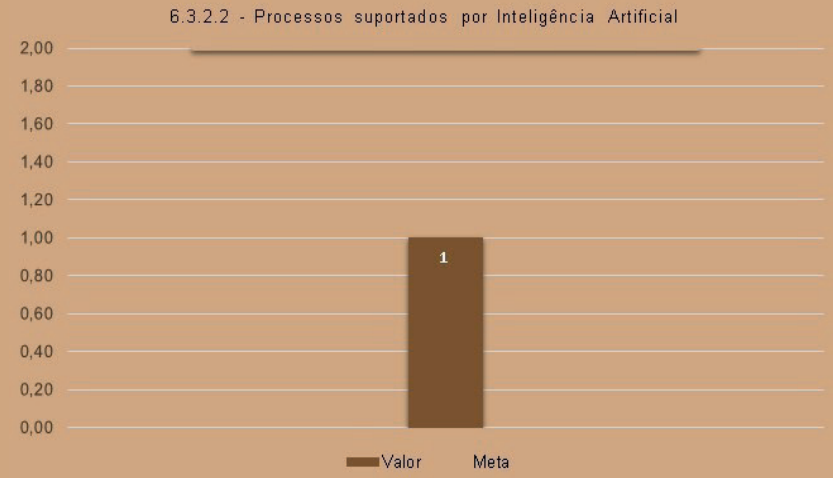


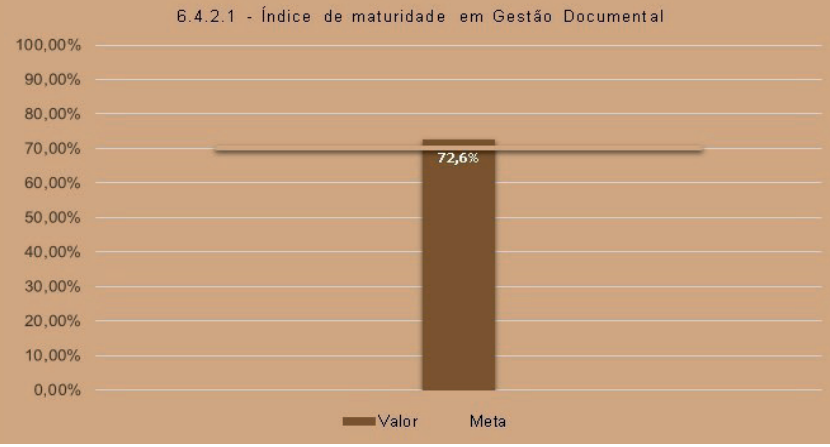


Objetivo Estratégico: Identificar oportunidades de inovação e propor soluções, visando aumentar a produtividade e a eficácia do trabalho realizado pelas unidades administrativas

INDICADORES DE ESFORÇO







MACRODESAFIO 7: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

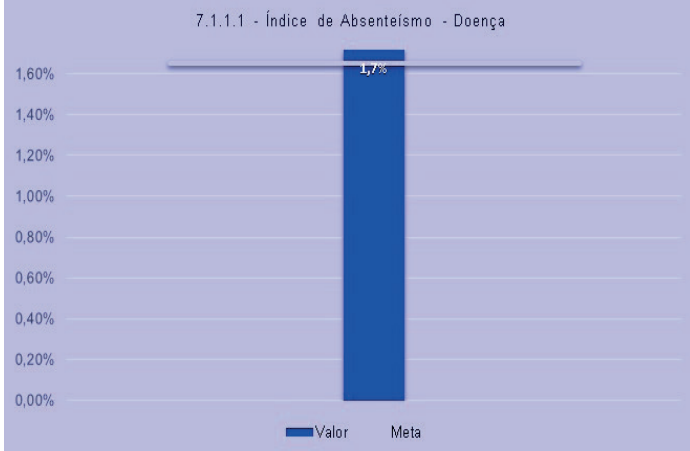
Uma organização realiza sua missão por meio das pessoas que nela atuam. Sem o aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas, não há possibilidade de a organização manter-se de forma sustentável. Para superar tal macrodesafio, haverá a implantação dos seguintes projetos:

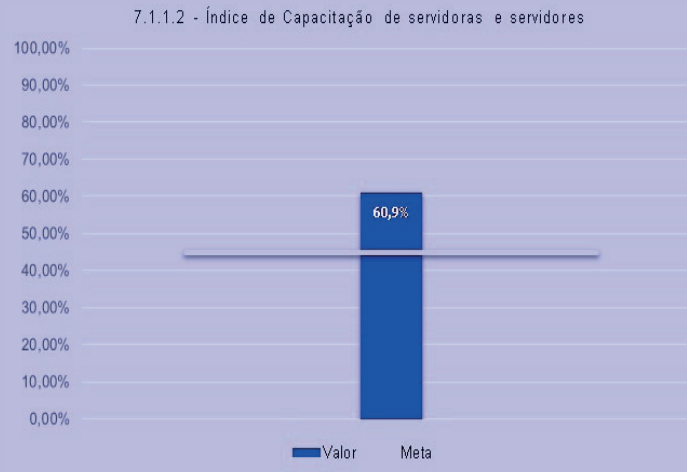
7.1.1.1 – Identificação e Exclusão de Ocupações Críticas
7.1.1.2 – Implantação do modelo de Avaliação de Desempenho por Competências
7.1.1.2 – Vídeos institucionais a serem divulgados a Servidores (as), Mesários (as) e Apoios Logisticos - “Curtas 2022”
7.1.1.3 – Capacitação e preparação das servidoras e servidores para as novas realidades do trabalho digital
7.1.3.2 – Capacitação em Feitos Eleitorais

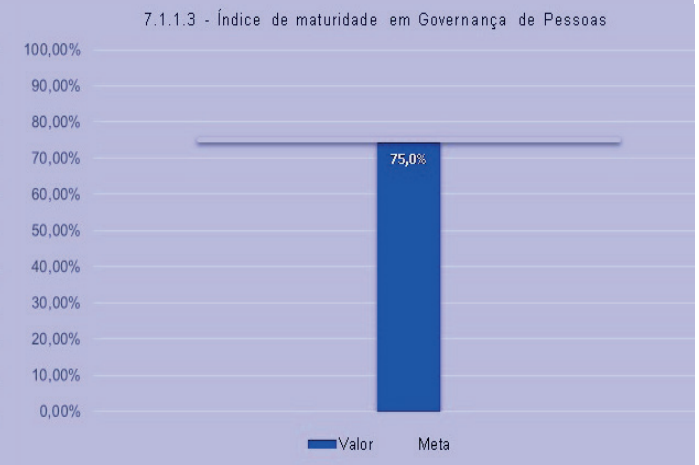
Além dos projetos constantes do Plano Estratégico, será implantado dashboard com dados de gestão de pessoas para permitir que as decisões relacionadas a esse macrodesafio sejam conduzidas com base em dados.

Os resultados de 2021 foram:

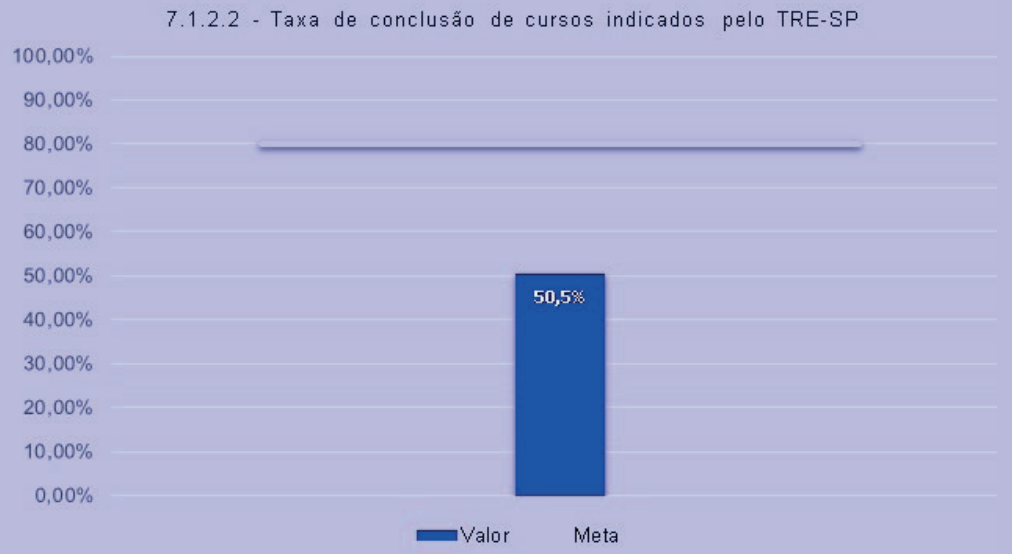
INDICADORES DE RESULTADO







INDICADORES DE ESFORÇO

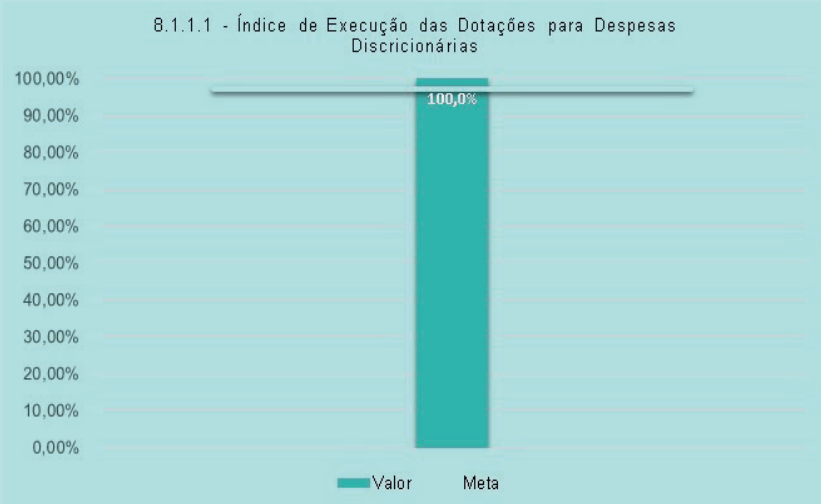


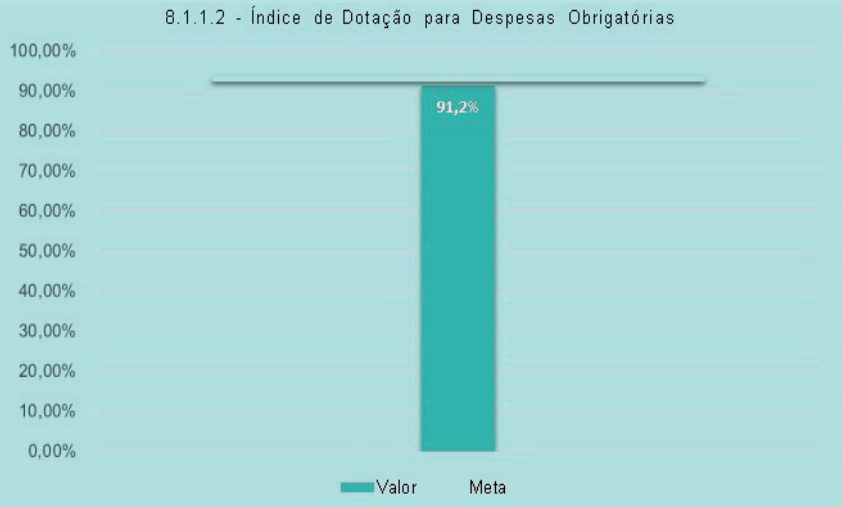
MACRODESAFIO 8: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

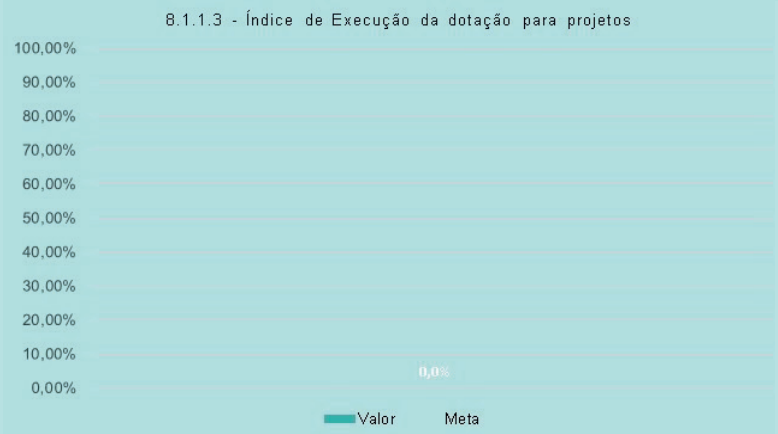
O bom uso do dinheiro público é não apenas uma meta do TRE, mas um compromisso de todo o seu corpo de magistrados e servidores. Para atingir o presente macrodesafio, a Administração fez incluir em seu Plano Estratégico o projeto **8.1.3.1** – Implantação do conceito de *business intelligence* na divulgação de informações.

Quanto a 2021, foram obtidos os seguintes resultados:

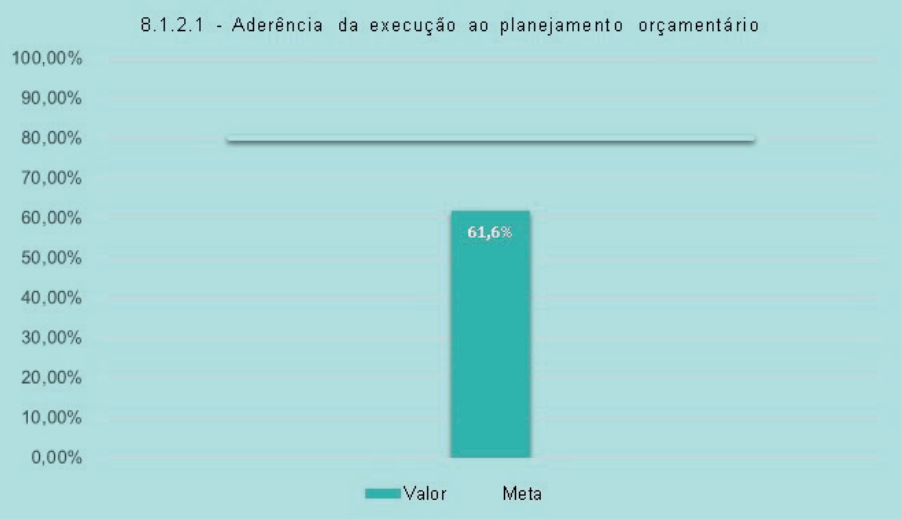
INDICADORES DE RESULTADO







INDICADORES DE ESFORÇO



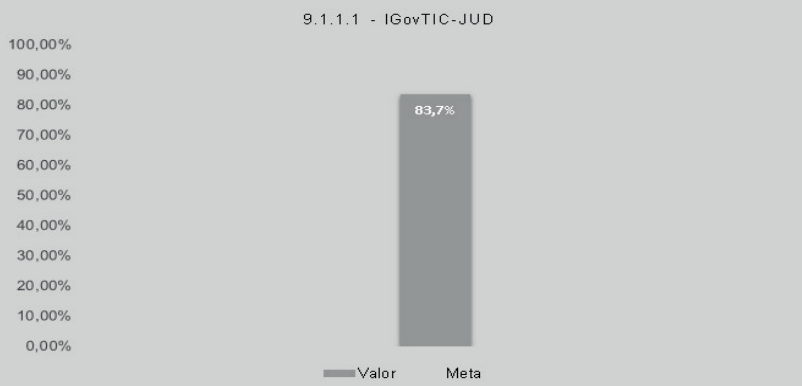
MACRODESAFIO 9:
FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

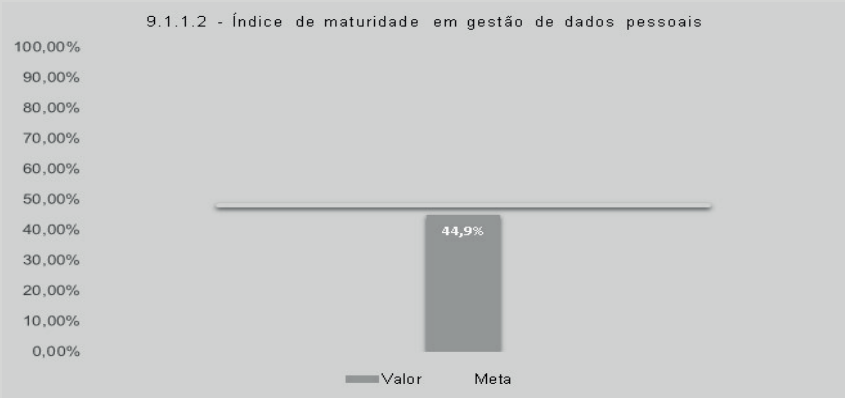
A Justiça Eleitoral é conhecida pela Urna Eletrônica, elemento essencial à realização das Eleições. Mas o cuidado com a Estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação vai muito além da própria Urna, passando por todos os equipamentos e sistemas internos. Também engloba a preservação dos dados institucionais e pessoais sob a guarda da instituição. Para apoiar o atingimento desse macrodesafio, foram selecionados os seguintes projetos:

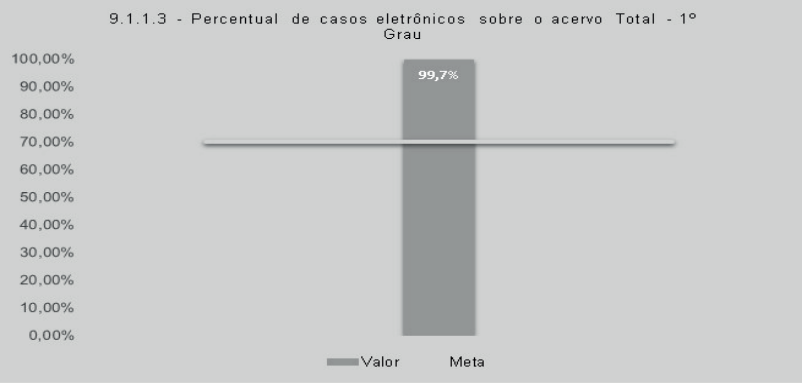
9.1.1.1 - Evolução IGOVTIC-JUD
9.1.1.2 - Implantação e monitoramento da LGPD
9.1.1.3 - Plano de Transformação Digital
9.1.1.4 - Programa de ampliação da segurança cibernética

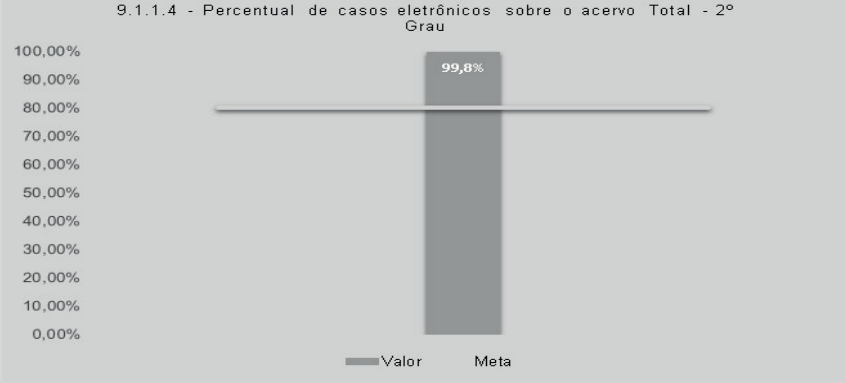
Em 2021, obtiveram-se os seguintes resultados:

INDICADORES DE RESULTADO





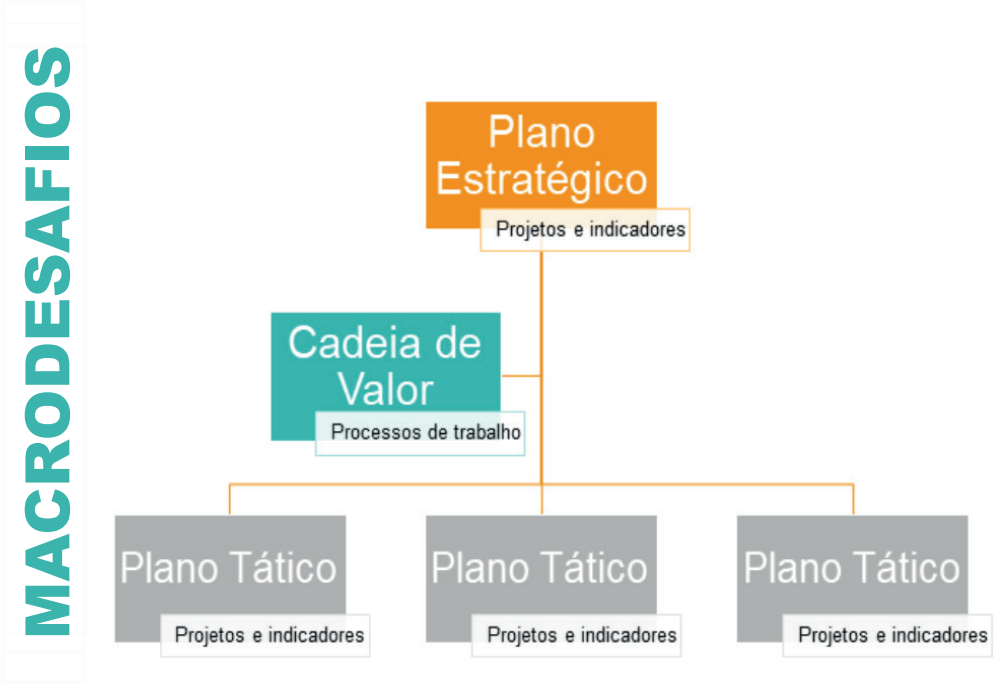




O SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO - SIP

O ganho de maturidade em planejamento, para além da possibilidade de uma construção colaborativa do Plano Estratégico Institucional, permitiu que o TRE-SP ampliasse seus esforços no aperfeiçoamento de sua gestão. Para tanto, foi incluído no Plano Estratégico o Projeto 6.1.1.3 – Sistema Integrado de Planejamento, que teve seu início com a edição da Portaria TRE-SP nº 143/2021.

Como primeira ação, foram elaborados 10 planos táticos para diversas áreas da Secretaria, de forma que essas Unidades possam compreender e mensurar sua contribuição para o atingimento da Estratégia. Cada Plano Tático possui indicadores e projetos a serem encampados no horizonte de dois anos, sempre atrelados aos macrodesafios da Estratégia:



Como resultado, temos um grande sistema de indicadores e projetos interligados pelos macrodesafios. Os números são expressivos:

78 indicadores

totalizando

236 variáveis

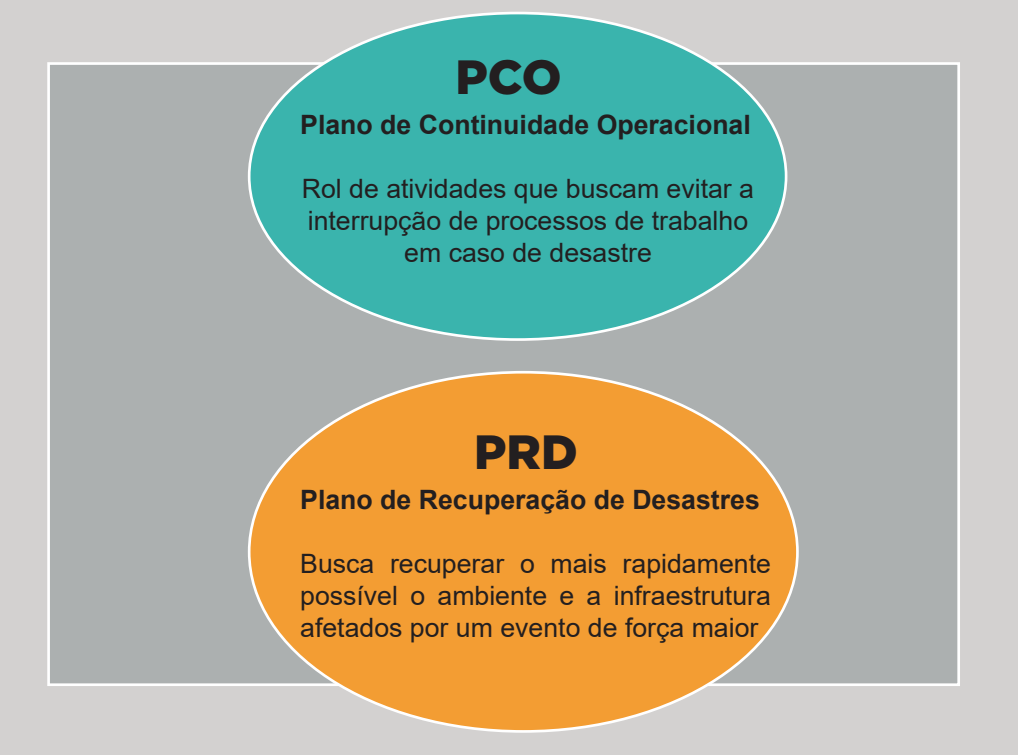
45 projetos e iniciativas

A adoção de um sistema integrado de planejamento traz ainda a possibilidade de maior convergência entre os vários instrumentos de planejamento e gestão de uma organização. Apenas em 2021, primeiro ano de implantação do SIP, já foi possível:

- A construção dos planejamentos táticos baseados nos macrodesafios;
- A adoção dos processos da arquitetura de processos na metodologia de gestão de riscos;
- A adoção das categorias de impacto da metodologia de gestão de riscos para a priorização dos processos de trabalho no contexto da elaboração do Plano de Continuidade de Negócios;
- Priorização dos processos da arquitetura de processos no contexto da construção do Plano de Continuidade de Negócios, a ser concluída em 2022.

CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS

Toda organização está sujeita a eventos que tenham o potencial de interromper o andamento de seus trabalhos, por maiores que sejam os seus esforços de Gestão de Riscos. Com o TRE-SP não é diferente! Porém, com o aperfeiçoamento da gestão, torna-se importante direcionar esforços para que determinados serviços não sejam interrompidos, mesmo em caso de desastres. Para atingir esse objetivo, foi incluído no Plano Estratégico o Projeto Estratégico 6.1.1.2 - Implantação do Sistema de Gestão da Continuidade do Negócio. Como consequência, iniciou-se no ano de 2021 a construção do **Plano de Continuidade de Negócios – PCN**. Este instrumento é composto de dois subplanos: O Plano de Continuidade Operacional – PCO e o Plano de Recuperação de Desastres – PRD:



A construção do Plano de Continuidade de Negócios é dividida em duas fases, sendo que a primeira – **BIA**, do inglês Business impact analysis, ou Análise de Impacto no Negócio -, que consiste em classificar os processos de trabalho segundo o impacto que sua interrupção não programada pode causar à Administração, já foi concluída.

Os processos de trabalho considerados mais críticos para a continuidade no TRE-SP foram:

- **PF 1.5** – Preparação de Mesas Receptoras;
- **PF 1.8** – Votação, apuração e totalização;
- **PF 4.1** – Autuação;
- **PF 4.2** – Processamento de ações e recursos judiciais eleitorais;
- **PA 1.3** – Suporte Operacional;
- **PA 8.3** – Segurança da Informação;
- **PA 5.2** - Gestão da infraestrutura física – Secretaria;
- **PA 9.4** – Gestão da infraestrutura física – Cartórios.

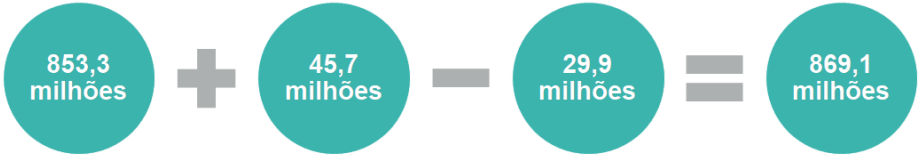
No primeiro trimestre de 2022 será encerrada a segunda fase de construção do PCN, que vem a ser a definição das atividades preventivas e reativas referentes aos processos selecionados.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

ORÇAMENTO ORDINÁRIO

Dotação autorizada

A lei nº 14.144/2021 (LOA/2021) consignou ao TRE-SP a dotação inicial de R$ 853,3 milhões para o orçamento ordinário. No decorrer do exercício, alterações orçamentárias da ordem de R$ 15,8 milhões elevaram a dotação autorizada para R$ 869,1 milhões.



Em R$

AÇÃO	GND	Dotação inicial	Acréscimos	Decréscimos	Dotação autorizada
Servidores ativos	1	460.729.584	22.653.254	0	483.382.838
Aposentadorias e pensões	1	183.833.039	1.386.650	-4.886.650	180.333.039
Contribuição patronal	1	89.719.695	2.226.782	-300.000	91.646.477
Auxílio-alimentação	3	21.809.158	988.760	0	22.797.918
Assistência médica	3	17.819.132	332.467	0	18.151.599
Assistência pré-escolar	3	3.126.030	19.010	0	3.145.040
Auxílio-transporte	3	857.280	0	-540.000	317.280
Aux. natalidade e funeral	3	573.999	0	0	573.999
Julgamento de causas e gestão adm.	3	74.477.002	0	-24.110.964	50.366.038
Julgamento de causas e gestão adm.	4	327.712	18.076.913	0	18.404.625
TOTAL		853.272.631	45.683.836	-29.837.614	869.118.853

O acréscimo de R$ 45,7 milhões destinou-se, principalmente, à complementação de recursos para despesas com servidores ativos, contribuição patronal, auxílio-alimentação e assistência médica, decorrentes de novos provimentos, além do remanejamento de sobras na rubrica de custeio para emprego em investimentos.

O decréscimo de R$ 29,8 milhões corresponde ao cancelamento de sobras apuradas ao final do exercício, nas dotações destinadas a aposentadorias, contribuição patronal e auxílio-transporte. Houve, ainda, redução considerável na ação "Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral", GND 3 - Outras Despesas Correntes, destinada à manutenção da infraestrutura física do órgão, no montante de R$ 24,1 milhões. A diminuição foi decorrente do adiamento da reforma do anexo III do edifício-sede do TRE-SP, bem como de economia obtida em contratos de serviços de T.I., serviços terceirizados e estagiários, entre outros, além dos impactos decorrentes da pandemia da Covid-19, que obrigou a adoção do trabalho remoto e fechamento temporário da Secretaria e cartórios eleitorais do Estado durante o exercício. Parte das sobras foi remanejada para a rubrica de investimentos do Tribunal e o restante direcionado ao Tribunal Superior Eleitoral, para aquisição de urnas eletrônicas.

Alocação orçamentária - Finalidade dos recursos

Execução

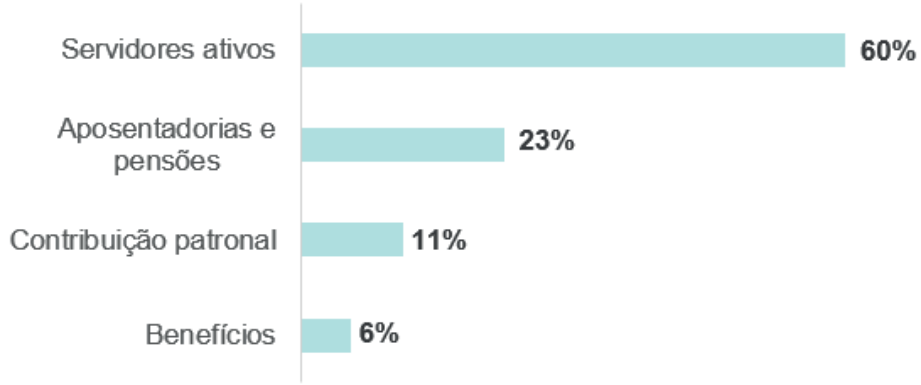
Da dotação autorizada de R$ 869,1 milhões:

Desde 2017 o TRE-SP vem envidando esforços para cumprir rigorosamente os limites impostos pela Emenda Constitucional nº 95/2016 ("teto de gastos"), mantendo a qualidade dos serviços prestados à sociedade. Para isso, as demandas são priorizadas levando-se em conta os recursos disponíveis, com a adoção de práticas que objetivam redução de custos, aperfeiçoamento dos processos de trabalho e novas formas de atendimento ao público.

Tal conduta está em consonância com o Plano Estratégico Institucional 2016-2021, que tem entre seus indicadores "Aderência da execução ao planejamento orçamentário" e "Perdas orçamentárias". Em 2021 o Tribunal atingiu 77% e 100% da meta para esses indicadores, respectivamente.

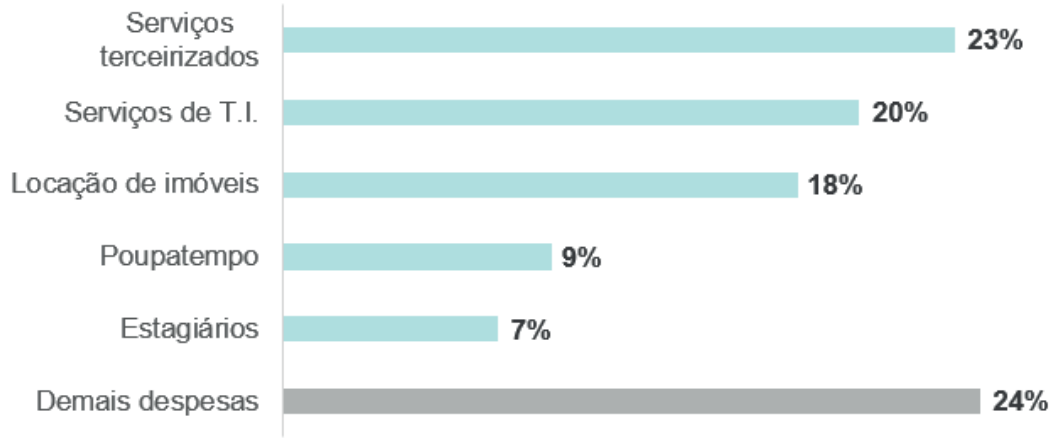
Despesas obrigatórias

Total empenhado: R$ 793,9 milhões



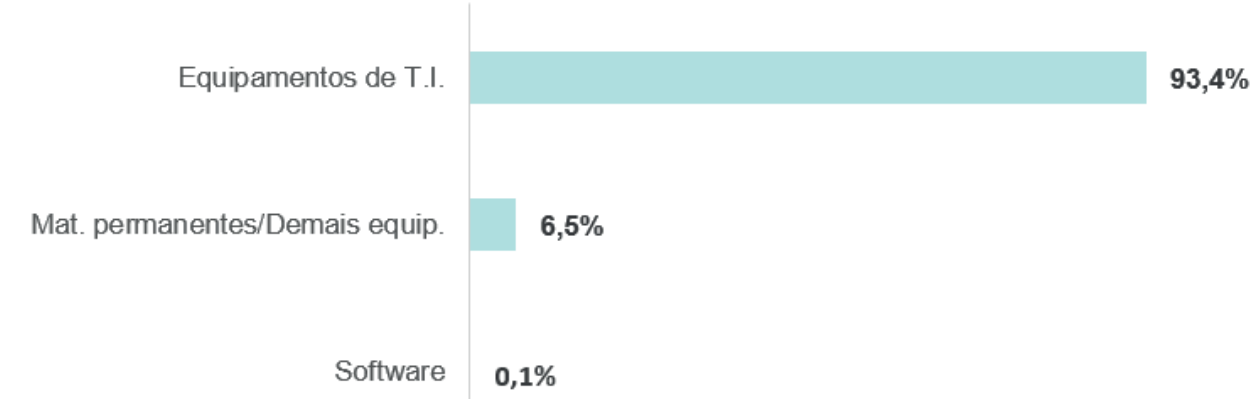
Despesas discricionárias de custeio

Total empenhado: R$ 50,4 milhões



Despesas discricionárias de investimento

Total empenhado: R$ 18,4 milhões



Em R$

	2021				2020				VARIAÇÃO EMPENHADO	VARIAÇÃO RESTOS A PAGAR
	DOTAÇÃO AUTORIZADA (A)	EMPENHADO (B)	PAGO (C)	RESTOS A PAGAR* (D)	DOTAÇÃO AUTORIZADA (E)	EMPENHADO (F)	PAGO (G)	RESTOS A PAGAR* (H)	(%) (B/F)	(%) (D/H)
Desp. obrigatórias	800.348.190	793.891.284	790.832.821	3.058.463	783.005.233	775.788.754	775.124.912	663.842	2%	361%
Custeio	50.366.038	50.360.755	46.911.796	3.448.959	59.104.507	58.994.546	57.913.868	1.080.678	-15%	219%
Investimento	18.404.625	18.404.051	17.389.691	1.014.360	4.422.377	4.369.181	3.317.100	1.052.081	321%	-4%
Total geral	869.118.853	862.656.090	855.134.308	7.521.782	846.532.117	839.152.481	836.355.880	2.796.601	3%	169%

* Os valores referem-se a restos a pagar inscritos, processados e não processados.

Análise comparativa

Despesas obrigatórias

Em R$

DESPESA	2021	2020	VARIAÇÃO
Contribuição patronal	90.777.101,23	87.288.184,11	4%
Benefícios	44.254.630,42	43.241.329,67	2%
Aposentadorias e pensões	179.335.278,57	181.219.267,94	-1%
Servidores ativos	479.524.273,82	464.039.972,54	3%
Total	793.891.284,04	775.788.754,26	2%

Nessa categoria, o incremento líquido dos valores empenhados foi de 2%, justificado, em especial, pelos novos provimentos, destinados à recomposição da força de trabalho do TRE-SP. A redução de 1% das despesas com aposentadorias e pensões é decorrente de falecimentos de aposentados e pensionistas que recebiam proventos elevados.

Despesas discricionárias de custeio

Houve reduções substanciais em contratos de serviços de T.I., serviços terceirizados e estagiários, bem como o adiamento da reforma do anexo III do edifício-sede do TRE-SP, além dos impactos causados pela pandemia da Covid-19, que levaram o Tribunal a manter os servidores em regime de trabalho remoto em percentuais elevados durante o ano de 2021, gerando redução das despesas com materiais de consumo, água, luz, telefone, diárias, passagens aéreas e gastos com os postos de Poupatempo.

Esses fatores resultaram em um decréscimo de 15% nas despesas de custeio, em comparação a 2020.

Despesas discricionárias de investimento

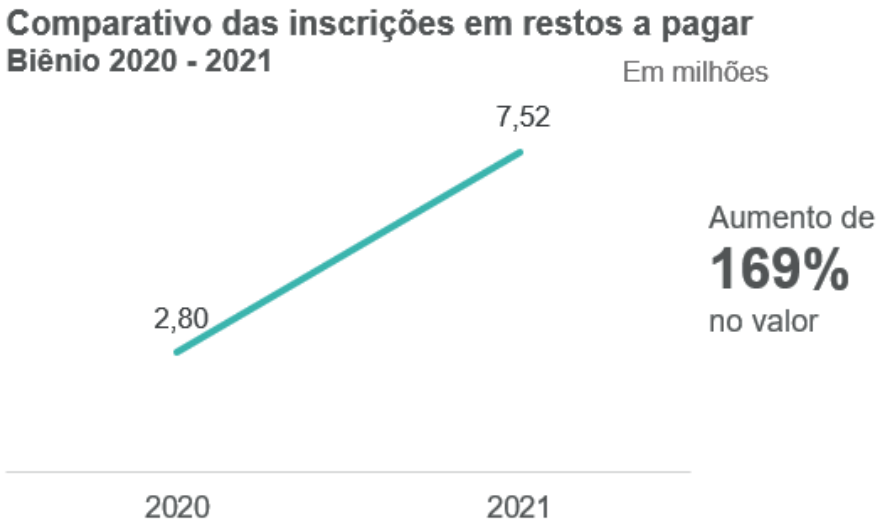
Em 2021 houve um aporte de recursos da ordem de R$ 18 milhões para investimentos, oriundos do remanejamento de sobras na rubrica de custeio, ressaltando que a dotação inicial na LOA 2021 era de apenas R$ 327 mil.

A dotação autorizada de R$ 18,4 milhões possibilitou a compra de microcomputadores, workstations, notebooks, HDs externos, impressoras a laser, webcams, leitores/gravadores de CD/DVD, nobreaks, aparelhos de ar condicionado, cortinas de ar, entre outros.

Essas aquisições são estratégicas para o órgão, pois permitem aperfeiçoar o atendimento aos cidadãos nos cartórios eleitorais e nas unidades da Secretaria, em consonância ao macrodesafio "Melhoria da Infraestrutura e Governança de TIC".

Houve um acréscimo de 321% no volume empenhado em 2021, em comparação a 2020. Essa variação do planejamento orçamentário de investimento é normal, tendo em vista que as estratégias e prioridades de cada ano são diferentes e dependem da disponibilidade de recursos, viabilizada, principalmente, com o aproveitamento de sobras orçamentárias que ocorrem no âmbito da Justiça Eleitoral ao longo do exercício.

Inscrição em restos a pagar



Em 2021 o total inscrito em restos a pagar foi 169% maior em relação a 2020.

O principal motivo foi a inscrição dos recursos para pagamento dos serviços extraordinários prestados pelos servidores durante o recesso de dezembro/2021, materiais de consumo e equipamentos de informática, cujos prazos de entrega ainda não haviam se esgotado até o final do exercício.

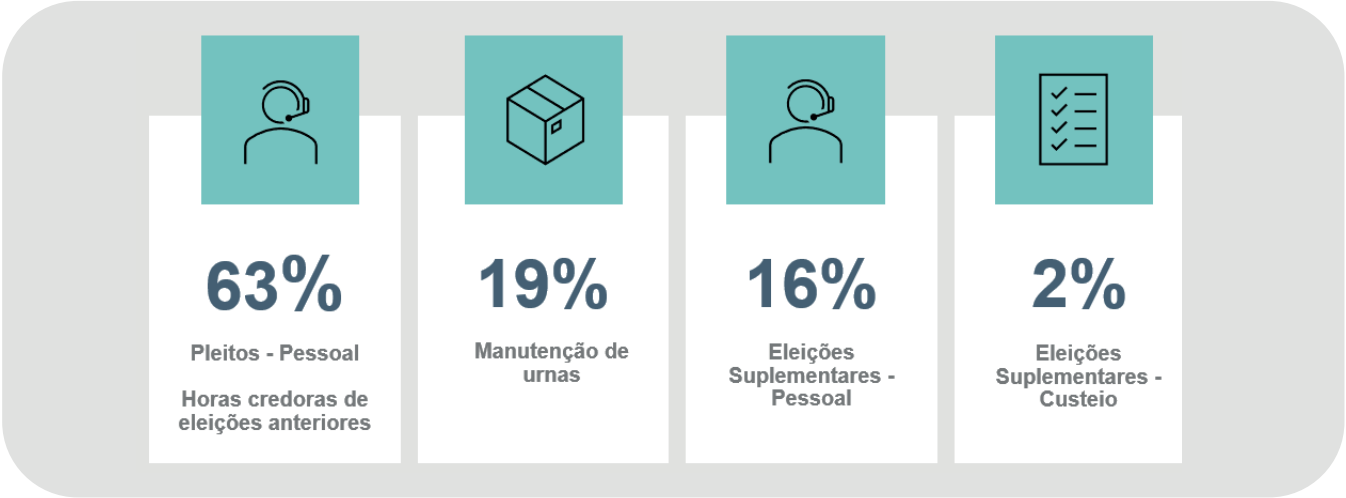
Ainda assim, vale ressaltar que o TRE-SP se dedica a aperfeiçoar constantemente seu planejamento, objetivando a diminuição do volume inscrito em restos a pagar a cada exercício, sobretudo em função das limitações financeiras impostas pela EC nº 95/2016. A principal estratégia adotada é o pagamento das despesas continuadas dentro do próprio exercício, em especial as relativas ao mês de dezembro.

DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS AO TRE-SP

Além do orçamento disponibilizado na LOA 2021, o TRE-SP recebe recursos do Tribunal Superior Eleitoral por meio de provisões destinadas às ações de pleitos eleitorais e biometria.

Uma vez que a coleta de dados biométricos permaneceu suspensa ao longo de 2021 em função das restrições impostas pela pandemia de Covid-19, não houve descentralização para essa ação e os recursos inicialmente previstos para o TRE-SP foram realocados pelo TSE em melhorias na capacidade de batimento e individualização de biometrias.

Em 2021 foram descentralizados créditos no total de R$ 5,1 milhões com as seguintes finalidades:



Do montante descentralizado de R$ 5,1 milhões:

93,3% EMPENHADO · **90,2%** LIQUIDADO · **90,2%** PAGO

Comparativo da execução orçamentária e financeira - Biênio 2020/2021

A execução dos orçamentos descentralizados pelo TSE possui peculiaridades em relação à possibilidade de comparação, pois os gastos não têm, necessariamente, periodicidade anual.

São despesas como: eleições gerais e municipais, que se intercalam a cada 4 anos; cadastramento biométrico (suspenso em razão da pandemia) e manutenção de urnas eletrônicas, que se tornam mais expressivos em anos não eleitorais; eleições suplementares e pagamento de horas credoras, que são despesas circunstanciais.

Essa heterogeneidade é evidenciada no comparativo entre os exercícios de 2020 e 2021 e reflete nas variações da execução, conforme se observa a seguir.

Em R$

		2021				2020				VARIAÇÃO EMPENHADO	VARIAÇÃO RESTOS A PAGAR
		PROVISÃO RECEBIDA (A)	DESPESAS EMPENHADAS (B)	DESPESAS PAGAS (C)	RESTOS A PAGAR* (D)	PROVISÃO RECEBIDA (E)	DESPESAS EMPENHADAS (F)	DESPESAS PAGAS (G)	RESTOS A PAGAR* (H)	(%) (B/F)	(%) (D/H)
Eleições 2020	Pessoal	-	-	-	-	32.550.062	32.550.062	20.080.460	12.469.602	N/A	N/A
	Custeio	-	-	-	-	41.292.731	39.433.197	31.126.356	8.306.841	N/A	N/A
Eleições suplementares	Pessoal	823.387	502.902	376.483	126.418	-	-	-	-	N/A	N/A
	Custeio	122.000	117.434	117.434	-	-	-	-	-	N/A	N/A
Horas credoras	Pessoal	3.162.526	3.147.262	3.118.910	28.352	-	-	-	-	N/A	N/A
Manutenção de urnas	Custeio	953.288	953.288	953.288	-	1.012.393	930.907	756.859	174.048	2%	-100%
Biometria	Custeio	-	-	-	-	239.140	239.140	234.959	4.180	N/A	N/A
Total		5.061.201	4.720.885	4.566.114	154.770	75.094.325	73.153.305	52.198.635	20.954.670	-94%	-99%

* Os valores referem-se a restos a pagar inscritos, processados e não processados.

Análise comparativa

Eleições: em 2021 foram realizadas eleições suplementares nos municípios de Angatuba, Anhembi, Apiaí, Cajati, Campina do Monte Alegre, Guaíra, Itaoca, Mendonça, Mineiros do Tietê, Piacatu, Reginópolis, Salmourão, Santo Antônio do Jardim, São Lourenço da Serra, Trabiju e Vargem. Já em 2020, ocorreram eleições municipais e não houve eleições suplementares no Estado de São Paulo.

Horas credoras: as horas credoras são decorrentes de serviços extraordinários prestados que não puderam ser quitados devido a limitações orçamentárias. O pagamento dessas verbas é de grande relevância, pois evita a ausência de servidores nos postos de trabalho em razão da fruição das horas, considerando-se o cenário de falta de mão de obra decorrente das restrições para o ingresso de novos servidores e do aumento do número de aposentadorias sem reposição.

Em 2021 foram pagas horas credoras relativas às eleições de 2016 e 2018.

Manutenção de urnas: em anos não eleitorais são realizados, em média, três ciclos de atividades relativas à manutenção e conservação das urnas e, em anos eleitorais, em média, dois ciclos, razão pela qual os gastos em anos não eleitorais tendem a ser maiores. No entanto, em função da interrupção da prestação dos serviços no período de agravamento da pandemia de Covid-19, o aumento do total empenhado foi de apenas 2% em relação a 2020.

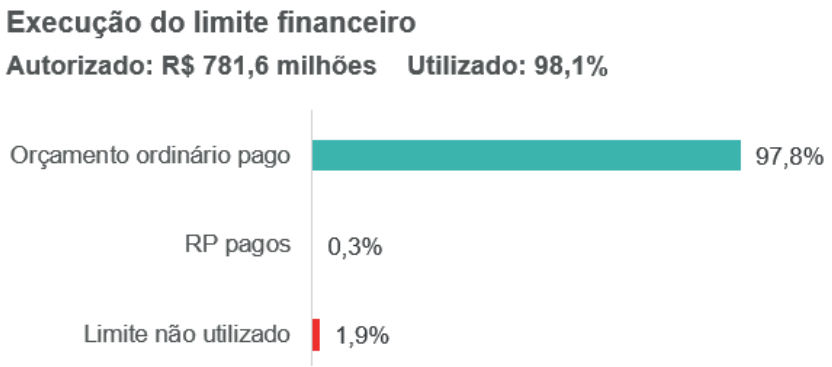
Biometria: em 2021 o cadastramento biométrico permaneceu suspenso em virtude da pandemia, razão pela qual não houve descentralização de crédito para esta ação.

CONTINGENCIAMENTO

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina o contingenciamento de crédito sempre que houver a frustração da arrecadação de receitas previstas na Lei Orçamentária Anual. As avaliações são feitas bimestralmente pelo Ministério da Economia. Em 2021 o TRE-SP não foi alvo de contingenciamento de crédito.

EC Nº 95/2016 - TETO DE GASTOS PÚBLICOS DA UNIÃO

A Emenda Constitucional nº 95/2016 limitou os gastos da União por vinte anos, a partir do exercício de 2017. Desde sua vigência, o limite financeiro individualizado dos órgãos é o valor efetivamente pago em 2016 corrigido anualmente pelo IPCA/IBGE. Para o exercício de 2021, o índice foi de 3,75%, correspondente à variação apurada no período de julho/2019 a junho/2020.



Os recursos financeiros não utilizados foram da ordem de R$ 14,8 milhões, correspondentes a 1,9% do limite autorizado pela portaria TSE nº 823/21, ou seja, 98,1% do limite financeiro foi efetivamente aproveitado. Embora a meta seja a utilização de 100% do limite autorizado, parte da sobra do orçamento ordinário de custeio foi direcionada ao TSE, porém o correspondente limite financeiro não foi recolhido.

Além disso, resultaram na sobra de limite financeiro não utilizado o pagamento de apenas uma parte da instalação da sala-cofre do TRE-SP, inscrita em restos a pagar de 2019, em razão do atraso na entrega dos projetos, e início da execução da obra, bem como o descumprimento contratual ocorrido na aquisição de softwares.

ORÇAMENTO IMPOSITIVO

As Emendas Constitucionais nºs 100 e 102/2019 estabeleceram, a partir do exercício de 2020, que a Administração tem o dever de executar as programações orçamentárias destinadas às despesas discricionárias, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade, adotando, com isso, o orçamento impositivo para essa categoria de gastos.

Assim, da dotação final autorizada destinada para despesas discricionárias de R$ 68.770.663,00, foram executados R$ 68.764.805,99, restando apenas R$ 5.857,01 sem utilização (0,01%), resultantes, basicamente, de ações de capacitação não realizadas, cumprindo, dessa maneira, a determinação constitucional.

IMPACTOS ORÇAMENTÁRIOS DA PANDEMIA DE COVID-19 EM 2021

Desde 2020, o mundo todo vem sofrendo com os efeitos da pandemia de Covid-19, principalmente com os grandes dispêndios de dinheiro público para conter a propagação do vírus, minimizar os estragos com o desaquecimento da economia, além de gerenciar a queda da arrecadação das receitas.

O setor público no Brasil, que já enfrentava dificuldades para se adequar aos limites de gastos impostos pela Emenda Constitucional nº 95/2016 e pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), viu-se em cenário devastador, com a necessidade urgente de direcionar recursos para o enfretamento dessa situação.

No primeiro momento, a salvação foi a implementação de medidas como a declaração do estado de calamidade pública, conforme Decreto Legislativo nº 6/2020, que permitiu romper os limites impostos, sem, contudo, desrespeitar as regras vigentes.

Além disso, aprovou-se a Lei Complementar nº 173/2020 para auxiliar financeiramente

os entes federados no combate à pandemia, bem como permitir o controle dos gastos da União.

Essa prática também evitou o contingenciamento de crédito previsto na LRF, livrando a Administração Pública de comprometer seriamente a sua manutenção e o seu funcionamento.

Com a persistência da pandemia no exercício de 2021, o TRE-SP vivenciou um cenário de redução dos gastos, principalmente por conta da interrupção temporária dos trabalhos presenciais em suas unidades, suspensão e redução de alguns contratos vigentes e, também, economia nas contas públicas, como água, esgoto, energia elétrica e telefonia.

Por outro lado, amargou a não realização de projetos e ampliações que visavam aprimorar a prestação de serviços à população, como o cadastramento biométrico e a reforma de imóvel para abrigar algumas unidades administrativas.

Nessa toada, embora o TRE-SP tenha retornado parcialmente às atividades presenciais, outras demandas que estavam programadas também não puderam ser implementadas, em especial, o deslocamento de servidores para reuniões e treinamentos presenciais.

As principais despesas que sofreram diretamente com os efeitos da pandemia estão relacionadas no quadro a seguir:

REDUÇÃO DE DESPESAS - PANDEMIA Covid-19				
ITEM	VALOR PREVISTO (R$)	VALOR GASTO (R$)	REDUÇÃO (R$)	% REDUÇÃO
POUPATEMPO	9.744.678	4.563.409	5.181.269	53%
ENERGIA ELÉTRICA	3.149.046	2.240.973	908.073	29%
DIÁRIAS	1.016.335	115.839	900.496	89%
PASSAGENS AÉREAS	615.385	110.002	505.383	82%
ÁGUA E ESGOTO	752.556	432.889	319.667	42%
SERVIÇOS DE COPEIRAGEM	456.825	258.995	197.830	43%
TELEFONIA	1.159.446	981.412	178.034	15%
ÁGUA MINERAL	107.782	13.575	94.207	87%
COMBUSTÍVEIS	158.394	67.504	90.890	57%
TOTAL	17.160.447	8.784.599	8.375.848	49%

Por outro lado, em razão do combate à pandemia, foram necessários gastos extras que não estavam previstos no orçamento, conforme destaque a seguir:

DESPESAS EXTRAS - PANDEMIA Covid-19	
ITEM	VALOR (R$)
AQUISIÇÃO DE ESCUDOS DE PROTEÇÃO SALIVAR PARA OS CARTÓRIOS DO ESTADO	168.000
ASSINATURA ANUAL DE USO DO SERVIÇO DE VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM	52.675
FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO FACIAL (FACE SHIELD) PARA OS SERVIDORES DOS CARTÓRIOS	16.380
AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS E SACOS PLÁSTICOS PARA ACONDICIONAMENTO	5.116
TOTAL	242.171

Como os gastos extras foram menores que as despesas reduzidas em razão da pandemia, parte das sobras orçamentárias foram direcionadas ao Tribunal Superior Eleitoral para aproveitamento em outros projetos de interesse da Justiça Eleitoral, como a renovação do parque de urnas eletrônicas para utilização nas eleições de 2022.

PRINCIPAIS DESAFIOS

- Manter o pleno funcionamento de toda a estrutura do TRE-SP num cenário de restrições financeiras;
- Absorver a manutenção da infraestrutura imobiliária dos cartórios eleitorais do interior, que, atualmente, é mantida pelas prefeituras;
- Implementar projetos necessários à melhoria da prestação de serviços públicos à sociedade, no contexto da limitação de gastos imposta pela EC nº 95/2016;
- Aperfeiçoar o alinhamento entre o planejamento e a execução orçamentária.

AÇÕES FUTURAS

- Promover o aprimoramento contínuo da gestão orçamentária e financeira;
- Dar continuidade às ações que visem à racionalização de despesas;
- Disponibilizar informações orçamentárias em painéis BI.

GESTÃO DE PESSOAS

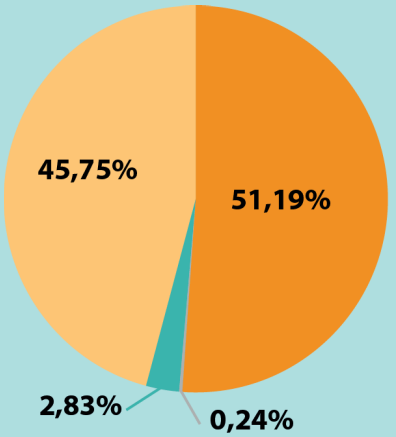
A gestão de pessoas do TRE-SP pauta suas ações e projetos nos princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Outrossim, cumpre as determinações previstas na lei nº 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à gestão de pessoas, além das diretrizes estabelecidas no âmbito do Poder Judiciário e de órgãos de controle.

AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A força de trabalho do TRE-SP é composta por servidores efetivos do quadro de pessoal, cujos cargos são analista e técnico judiciário, e por servidores requisitados de outros órgãos federais, estaduais e municipais.

De maneira geral, a força de trabalho é diversificada com relação à idade, ao gênero e à escolaridade, sendo que a sua maioria possui o ensino superior completo.

SITUAÇÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES

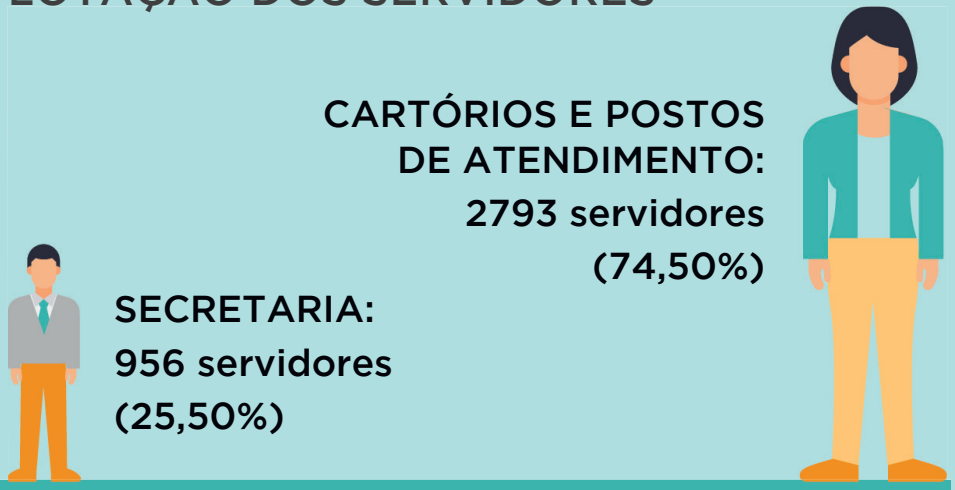


SITUAÇÃO FUNCIONAL

- 1919 servidores efetivos
- 1715 servidores requisitados
- 106 servidores removidos para este TRE
- 9 servidores em exercício provisório

TOTAL: 3749 servidores

LOTAÇÃO DOS SERVIDORES

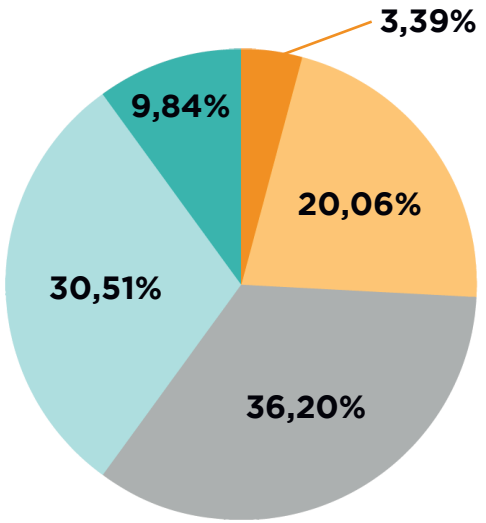


CARTÓRIOS E POSTOS DE ATENDIMENTO:
2793 servidores (74,50%)

SECRETARIA:
956 servidores (25,50%)

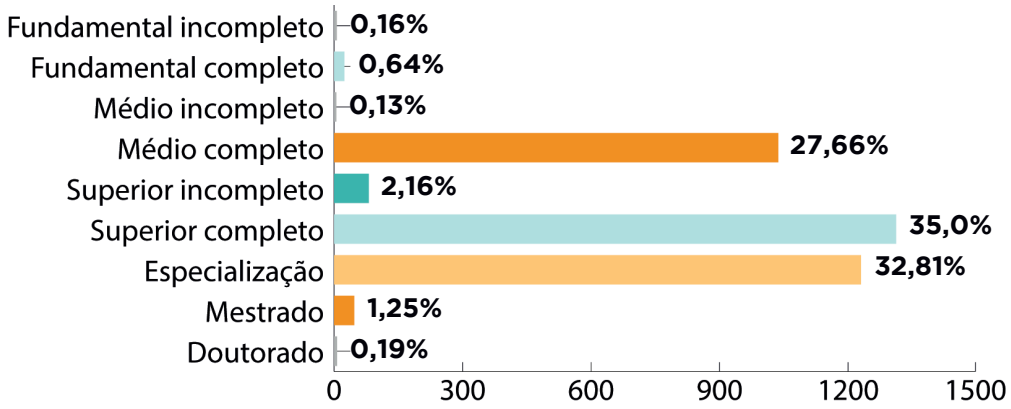
TOTAL: 3749 servidores

SERVIDORES POR FAIXA ETÁRIA



- >= 60 anos: 369 servidores
- 50-59 anos: 1144 servidores
- 40-49 anos: 1357 servidores
- 30-39 anos: 752 servidores
- < 30 anos: 127 servidores

SERVIDORES POR ESCOLARIDADE



SERVIDORES POR RAÇA/ETNIA

Indígena: 2 servidores (0,05%)

Amarela: 54 servidores (1,44%)

Preta: 115 servidores (3,07%)

Parda: 289 servidores (7,71%)

Branca: 1343 servidores (35,82%)

Dados não disponíveis: 1946 servidores (51,91%)

SERVIDORES POR TIPO DE DEFICIÊNCIA

Auditiva: 8 servidores (12,70%)

Cego(a): 1 servidor (1,59%)

Física: 4 servidores (6,35%)

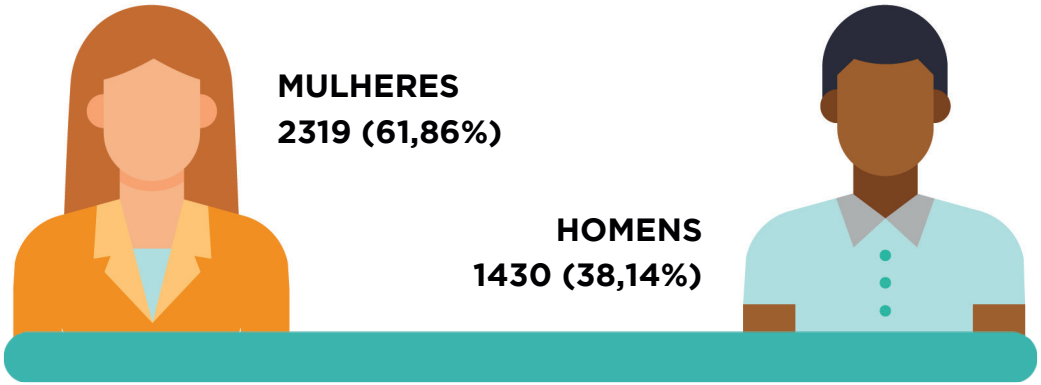
Mental: 1 servidor (1,59%)

Motora: 32 servidores (50,79%)

Visual: 17 servidores (26,98%)

TOTAL: 63 servidores (100%)

SERVIDORES POR GÊNERO



Além disso, no ano de 2021, contamos com **307** estagiários de nível superior, alocados especialmente nos cartórios eleitorais de todo o Estado.

ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

Para o recrutamento de servidores, o Tribunal cumpre o determinado na **Constituição Federal** e na **lei nº 8.112/90**, que estabelecem que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego. Atualmente, o Tribunal possui concurso público em vigência e os provimentos dos cargos são limitados pelas regras estabelecidas na **portaria TSE nº 328 de 19 de maio de 2021**.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Um dos principais desafios da área de gestão de pessoas para 2022 é a criação de um processo de trabalho permanente para **identificação e exclusão de ocupações críticas do Tribunal**. Conforme conceituação do TCU,

"ocupações críticas são as ocupações que combinam duas importantes características: dificuldade de reposição (mantendo-se o mesmo nível de eficiência e eficácia) e influência direta no resultado do negócio da organização".

Isso significa que esse processo de trabalho mitigará os riscos de solução de continuidade na prestação de serviços do TRE-SP à sociedade por falta de servidor capacitado para o desenvolvimento de atividades diretamente relacionadas ao negócio do TRE-SP e contará com a colaboração dos setores da área de gestão de pessoas ligados ao monitoramento da força de trabalho, à gestão por competências e à capacitação de servidores.

Como uma das ações futuras para 2022, teremos também o **dashboard de gestão de pessoas**, um painel elaborado na ferramenta Power BI, com indicações gráficas das principais informações sobre a força de trabalho do Tribunal, como dados estatísticos sobre gênero, escolaridade, lotação, faixa etária, previsão de aposentadoria, banco de horas, etc e seus principais indicadores como absenteísmo, rotatividade e capacitação. Os dados apresentados poderão ser apresentados por unidade administrativa ou compilados por Secretaria e zonas eleitorais para um melhor auxílio na tomada de decisões pela alta administração.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA

AVALIAÇÃO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Normativo

A avaliação de desempenho nesta fase é regulamentada pela Portaria do TRE-SP nº 513/2007 e far-se-á em 4 etapas a serem realizadas ao término do 6º mês (1ª ETAPA), do 12º mês (2ª ETAPA), do 24º mês (3ª ETAPA) e do 32º mês (4ª ETAPA) de efetivo exercício, contados a partir do início do exercício no cargo.

Será considerado aprovado no estágio probatório o servidor que obtiver o mínimo de 70% do valor máximo estabelecido no resultado final, compreendidas as notas da 2ª, 3ª e 4ª etapas.

Resultados

Dos **111** servidores que estiveram em estágio probatório em 2021, **63** estiveram na **1ª ETAPA.** Após 6 meses, esses mesmos servidores ingressaram na **2ª ETAPA.**

Na sequência, **43** servidores estiveram na **3ª ETAPA**. Destaca-se que, desses 43 servidores, **20** passaram para a **4ª ETAPA** ainda em 2021.

Na **4ª ETAPA** ocorre última avaliação de desempenho referente ao estágio probatório. Ela é entregue 4 meses antes do fim desse período, após 32 meses de efetivo exercício, a fim de submeter o resultado final do estágio à homologação da diretoria-geral.

Enfatiza-se que, na **4ª ETAPA,** não ocorre movimentação na carreira.

Por fim, após 36 meses de efetivo exercício, os servidores aprovados no estágio probatório terão a sua estabilidade (**5ª ETAPA**) publicada em Portaria da SGP e também ocorre a movimentação na carreira da classe/padrão A3 para classe/padrão A4.

Em 2021, dos **111** servidores que estiveram em estágio probatório, **5** adquiriram a estabilidade.

Quantitativo de servidores por etapa

ETAPA	TOTAL
1ª e 2ª	63
3ª	23
4ª	20
5ª (estabilidade)	5
TOTAL GERAL	111

MOVIMENTAÇÃO APÓS ESTÁGIO PROBATÓRIO

Normativo

A avaliação de desempenho após o estágio probatório é regulamentada pela Portaria do TRE-SP nº 514/2007 e ocorre a cada interstício de 365 dias de efetivo exercício, exigindo-se 70% da nota máxima para aprovação, ou seja, 98 pontos.

Resultados

Segue o saldo de movimentações relativo ao interstício 2020/2021:

Cargo analista judiciário

Total de Movimentações = **245**

Progressões = **222**

Promoções = **23**

Quantitativo - analista por classe/padrão

Nova classe	Novo padrão	Total
A	5	51
A Total		51
B	6	21
	7	27
	8	26
	9	21
	10	31
B Total		126
C	11	2
	12	58
	13	8
C Total		68
TOTAL GERAL		245

Cargo técnico judiciário

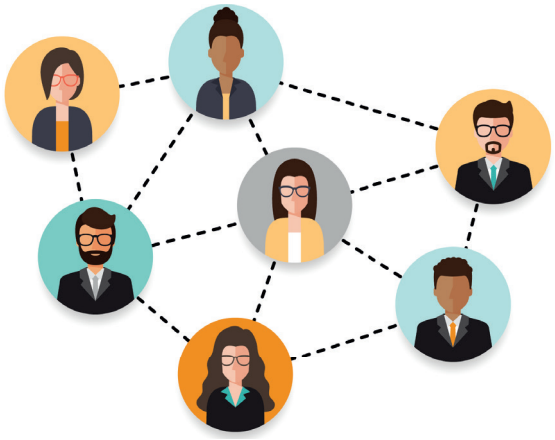
Total de Movimentações = **291**

Progressões = **257**

Promoções = **34**

Quantitativo - técnico por classe/padrão

Nova classe	Novo padrão	Total
A	5	53
A Total		53
B	6	29
	7	67
	8	16
	9	43
	10	30
B Total		185
C	11	5
	12	39
	13	9
C Total		53
TOTAL GERAL		291



Movimentações pendentes

Até a presente data, verificou-se que **6** servidores se encontram com suas **movimentações pendentes**, pelos motivos elencados a seguir:

Não entregaram a avaliação = 5

Processo pendente de decisão = 1

Quantitativo de Movimentações Pendentes- Motivo/Cargo

MOTIVO	TOTAL	CARGO
Atraso na entrega da avaliação	2	Analista
Atraso na entrega da avaliação	3	Técnico
Processo pendente de decisão	1	Analista
TOTAL GERAL	6	

Não movimentados

Ademais, destacam-se **24** servidores que **não foram movimentados** no interstício 2020/2021, bem como o motivo da não movimentação:

Avaliação Insuficiente = 2

Redistribuição = 7

Vacância = 15

Quantitativo de movimentações não realizadas – Motivo

MOTIVO	TOTAL
Avaliação insuficiente	2
Redistribuição	7
Vacância	15
TOTAL GERAL	24

Quantitativo de movimentações não realizadas – Cargo

CARGO	Total
Analista Judiciário	11
Técnico Judiciário	13
TOTAL GERAL	24

ESTRATÉGIA DE CAPACITAÇÃO E NÚMEROS – ANO 2021

O exercício 2021 apresentou uma série de desafios. Assim como no ano anterior, o exercício de 2021 foi cercado de incertezas. Contudo, algumas lições foram aprendidas e permanecemos na busca pela evolução e adaptação à nova realidade imposta, adequando as metodologias de trabalho de ensino e aprendizagem.

Foram necessárias flexibilidade e quebra de paradigmas para a implantação de soluções céleres, visando à concretização de ações que não constavam do planejamento, como, por exemplo, o grande número de eventos e webinários que ocorreram.

A transformação para um mindset digital se fez necessária, colocando a palavra inovação em evidência ao longo de todo o período. A tecnologia passou a ser peça fundamental para a adequação ao cenário instável e imprevisível.

Nesse contexto, pautamos as ações de 2021 considerando:

1. **Gestão do conhecimento**
2. **Adaptação das ações de treinamento contratadas**
3. **Economicidade**
4. **Personalização do conteúdo tanto quanto possível**

Tendo como ponto de partida os pontos norteadores acima salientados, destacam-se abaixo as ações implementadas em 2021:

1

A gestão do conhecimento foi desenvolvida com a aplicação do modelo de necessidades de curto, médio e longo prazo para a capacitação. As necessidades de curto prazo foram atendidas com o Plano de Desenvolvimento Continuado (PDC), organizado com base em competências cartorárias, digitais e comportamentais. As necessidades de médio prazo, aquelas percebidas pelo próprio servidor, foram supridas pelas Trilhas de Aprendizagem, que trabalharam competências alinhadas com a realidade atual, como liderança do futuro, autogestão, inteligência emocional, entre outros. Já os gaps percebidos pela Administração na formação do servidor foram supridos pelo Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG) por meio dos Planos Individuais de Capacitação gerados pela inteligência artificial Sophia.

2

As ações de treinamento contratadas ocorreram de forma 100% remota. Para que os cursos fossem personalizados e adaptados à realidade do TRE-SP, passou-se a realizar reuniões de briefing com as instituições para o alinhamento de expectativas. Tal ação permitiu o compartilhamento dos conteúdos com maior objetividade e personalização.

3

Os cursos e ações a distância se mostraram um modelo mais econômico de contratação, permitindo a disponibilização de formações tão completas quanto as oferecidas pelo formato presencial. Por não necessitar de deslocamento das pessoas, e por não ter a limitação física de espaço, é uma modalidade que rompe barreiras e democratiza a educação. Quando analisamos os números essa percepção fica evidente. Considerando o último ano não eleitoral (2019) percebe-se que foi possível aumentar em 5 vezes o número de servidores capacitados com as ações contratadas, atingindo maior eficiência do gasto público.

4

Abertura do novo ambiente de aprendizagem na internet. Batizado de TREine, uma junção da sigla do Tribunal com a palavra treinamento, o novo espaço para capacitação dos servidores foi disponibilizado não só pela intranet, mas também pela internet. A implementação se deu graças a um esforço conjunto da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento, Seção de Capacitação e sua Assistência de EaD, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação.

Abaixo, alguns números:

Contratações externas	
Ações de capacitação contratadas	63
Servidores capacitados	1600
Economia em descontos	R$134.900

Desenvolvimento de EADs	
Cursos implementados	25
Servidores aprovados	2967

DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

Evolução dos Gastos com Pessoal

	2020	2021	
ATIVO	**608.365.123,85**	**623.716.010,15**	A Variação de valores entre 2020 e 2021 é decorrente do ingresso de novos servidores e aumento no pagamento de terço de férias
APOSENTADO	**147.053.514,26**	**144.639.497,10**	A variação dos valores entre 2020 e 2021 deu-se pela diferença na exclusão de aposentadorias de maior valor e inicio de novas com valor inferior.
PENSIONISTA	**37.461.227,36**	**38.557.774,96**	A variação dos valores entre 2020 e 2021 deu-se em razão da aplicação de reajuste das pensões vinculadas ao RGPS
TOTAL	**792.879.865,47**	**806.913.282,21**	

CUSTO COM DESPESAS DE PESSOAL EM 2021

TIPO/SITUAÇÃO		Vantagens Fixas	Gratificação Natalina	Benefícios	Vantagens Variáveis	Exercícios Anteriores	Serviço Extraordinário	Obrigação Patronal	TOTAL
ATIVO	Efetivo do quadro	338.836.942,60	31.151.476,10	39.724.372,29	48.542.937,18	379.249,23	14.316.728,43	92.578.932,90	565.530.638,73
		59,91%	5,51%	7,02%	8,58%	0,07%	2,53%	16,37%	100%
	Requisitado/ Removido	0,00	209.050,72	642.218,41	2.615.730,46	7.235,45	3.330.009,48	237.486,23	7.041.730,75
		0%	3%	9%	37%	0%	47%	3%	100%
	Autoridade Eleitoral	-	-	-	51.102.362,58	-	-	41.278,09	51.143.640,67
		0%	0%	0%	100%	0%	0%	0%	100%
	TOTAL	338.836.942,60	31.360.526,82	40.366.590,70	102.261.030,22	386.484,68	17.646.737,91	92.857.697,22	623.716.010,15
		54%	5%	6%	16%	0%	3%	15%	100%
APOSENTADO		130.518.935,32	10.811.144,60	2.974.255,45	-	335.161,73	-	-	144.639.497,10
		90,24%	7,47%	2,06%	0%	0,23%	-	-	100%
PENSIONISTA		34.886.566,98	2.895.208,48	578.857,40	-	197.142,10	-	-	38.557.774,96
		90,48%	7,51%	1,50%	0%	0,51%	-	-	100%

Grupos e rubricas relacionadas

Vantagens Fixas	Gratificação Natalina	Benefícios	Vantagens Variáveis	Exercícios Anteriores	Serviço Extraordinário/Horas Credoras	Obrigação Patronal
Vencimentos, GAJ, ATS, VPNI, AQ Títulos, GAS, Proventos de Aposentadoria, Cargo em Comissão e Função Comissionada de Inativos e Pensão Civil.	Adiantamento de Gratificação Natalina e Gratificação Natalina.	Auxílio Alimentação, Auxílio Transporte, Pré-Escola, Assistência à Saúde e Auxílio Natalidade.	Gratificação Eleitoral, Jeton, Cargo em Comissão, Função Comissionada, AQ Treinamento, Terço de Férias, Indenização de Férias, Diárias, Adicional de insalubridade, Abono de Permanência, Substituição, Diárias.	Despesas de exercícios anteriores.	Serviço extraordinário, Adicional Noturno, Horas Credoras, Férias sobre HE de Celetistas.	Obrigação Patronal.

OBS: O Sistema SGRH foi a fonte de dados utilizada para extrair os valores totais das folhas de pagamento de pessoal pagas em 2021, incluindo os de despesas ordinárias e pleitos, relativos a restos a pagar de 2020, e ainda, por não serem processados no Módulo Folha do SGRH, os pagamentos relativos ao benefício Auxílio-funeral não foram considerados neste levantamento.

INICIATIVAS - MACRODESAFIO 5

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS 2021-2026

A aprovação do segundo Plano Estratégico de Pessoas do Tribunal, relativo ao período de 2021 a 2026, deu-se com a publicação da resolução TRE-SP nº 569/2021. Trata-se de um planejamento para a área de Gestão de Pessoas alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional 2021-2026, uma vez que teve como foco principal a busca pelo atingimento do macrodesafio “Aprimoramento da Gestão de Pessoas”, que consiste na adoção de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, com vistas ao favorecimento do desenvolvimento profissional, da capacitação, da relação interpessoal, da saúde e da cooperação, a fim de possibilitar o alcance efetivo dos objetivos estratégicos da organização.

Nesse contexto, busca-se a implantação de programas e ações que promovam uma forma de gerir pessoas como parceiras de seu desenvolvimento, promotoras de mudanças organizacionais e que reflitam melhorias nas entregas da organização, além de contemplar ações relacionadas à valorização dos servidores; à humanização nas relações de trabalho; à promoção da saúde; ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação; e à adequada distribuição da força de trabalho.

DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO

Para o dimensionamento da força de trabalho foi utilizado um sistema informatizado, desenvolvido pela UnB (Universidade de Brasília), adquirido pelo TSE por meio de Termo de Execução Descentralizada celebrado em 2019, com metodologia única aplicada em toda a Justiça Eleitoral.

As etapas iniciais de mapeamento das unidades e implementação do sistema na Secretaria, em fase piloto, ocorreram mediante a orientação da UnB e a partir de 2021 a continuidade do processo foi direcionada pelo TSE, que contemplou a utilização do sistema em fase piloto por algumas zonas eleitorais e culminou com a elaboração de um ciclo completo de dimensionamento por todas as 132 unidades da Secretaria e pelas 393 zonas eleitorais em São Paulo.

Finalizada a inserção dos dados anuais pelas unidades, os dimensionamentos estão sendo enviados para validação e, após o tratamento e análise das informações pelas equipes dos Regionais, para avaliação do cumprimento dos requisitos exigidos para o cálculo, será disponibilizado no sistema o dashboard de cada unidade, contendo indicadores e gráficos que refletem o retrato quantitativo do realizado no período.

Esse resultado é uma estimativa calculada com dados de entregas e informações agregadas de esforço e de pessoal, que indicam necessidades coletivas de movimentação de pessoas.

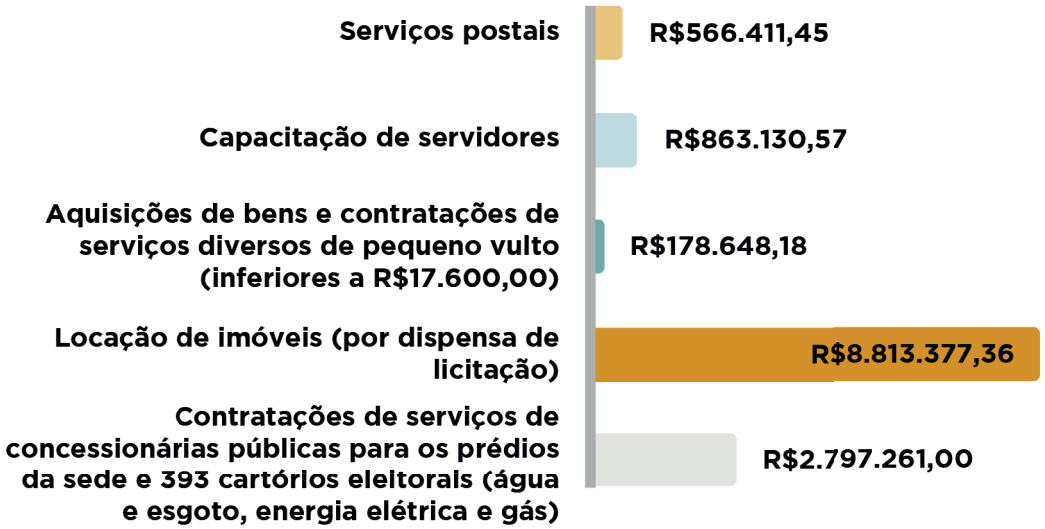
Trata-se de uma ferramenta a ser utilizada em conjunto com outras ferramentas de gestão de pessoas para avaliar a necessidade de movimentação e desenvolvimento individual, mediante análise e interpretação dos diversos indicadores apresentados, bem como de informações sobre o contexto institucional, político, estratégico e cultural.

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

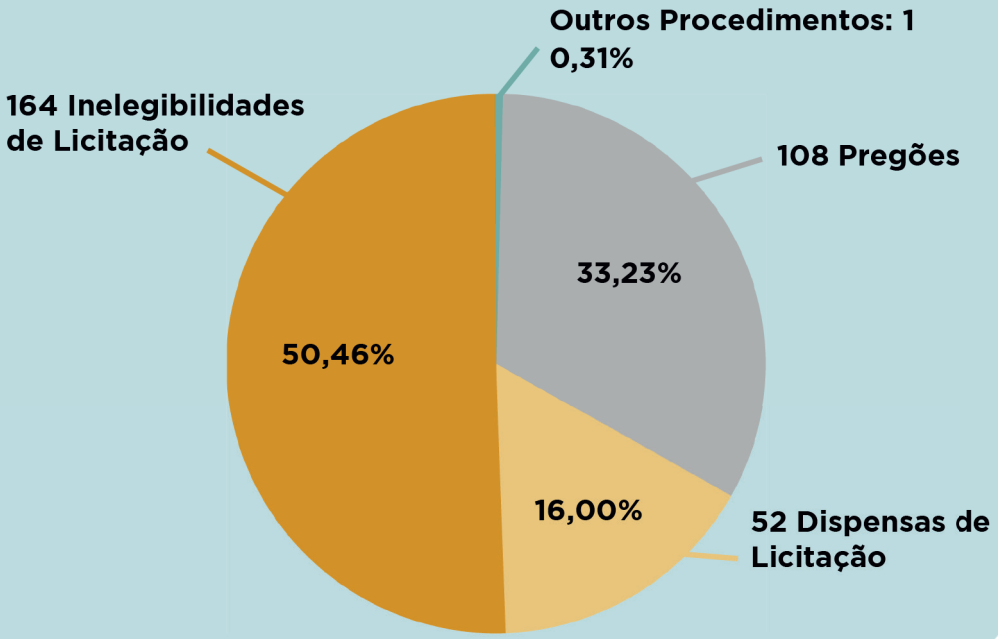
As aquisições de bens e contratações de serviços destinam-se à satisfação das necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo e pautam-se no atendimento dos princípios constitucionais de tutela da Administração Pública (CF/88, art. 37, XXI), na observância da legislação infraconstitucional (Lei n. 8.666/93 - normas gerais para licitações e contratos; Lei n. 10.520/2002 - instituição da modalidade pregão; Lei Complementar n. 123/2006 e suas alterações para o tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas ME/EPP etc) e na aplicação da regulamentação infralegal (Decreto n. 7.892/2013 - sistema de registro de preços; Decreto n. 7.174/2010 - aquisição e contratação de bens e serviços de informática; Decreto n. 3.555/2000 - pregão presencial e Decreto n. 10.024/2019 - pregão na forma eletrônica etc).

As contratações diretas e os procedimentos licitatórios são submetidos à análise de conformidade jurídica e a realização das despesas subordinadas previamente à aprovação pela autoridade competente investida pelo Órgão.

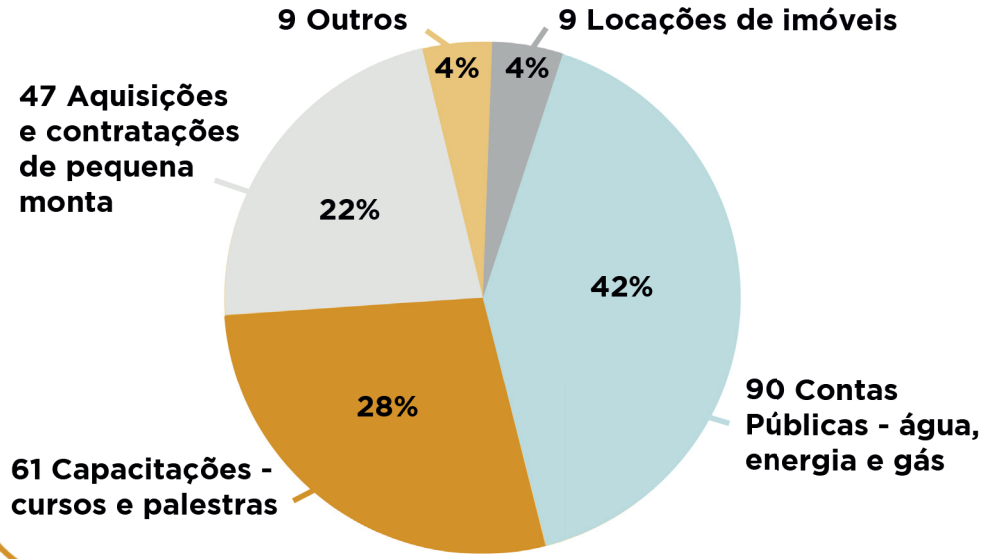
Principais Objetos de Contratações Diretas 2021



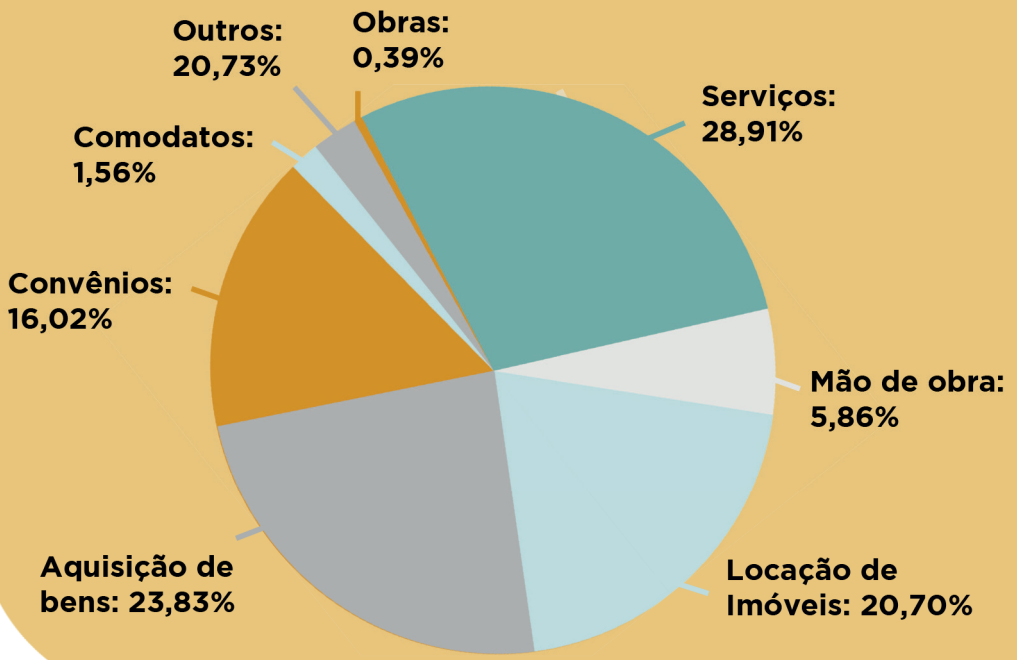
Procedimentos de aquisições e contratações 2021



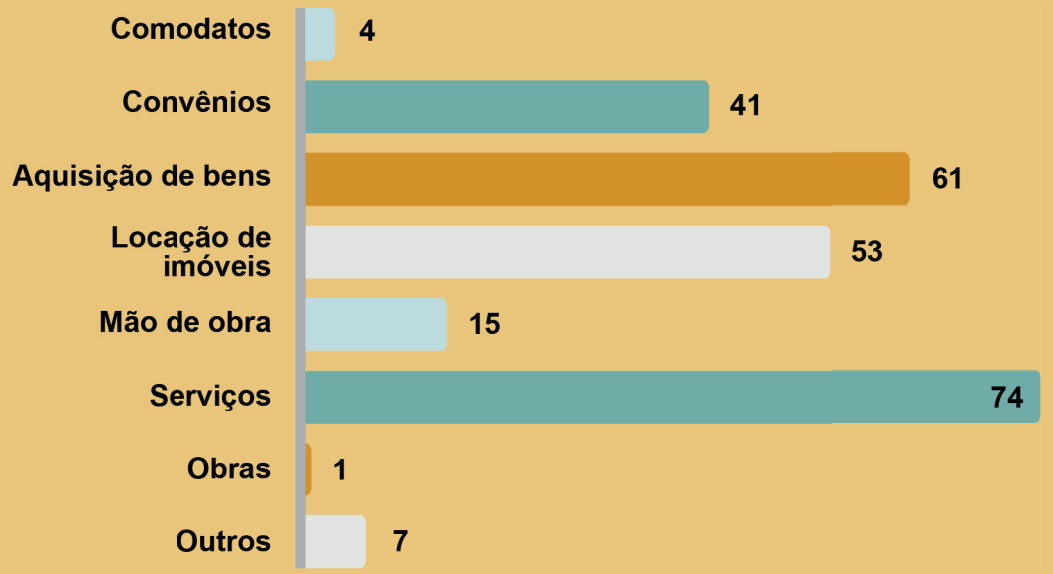
Contratações Diretas 2021 - Dispensa e Inexigibilidade de Licitação



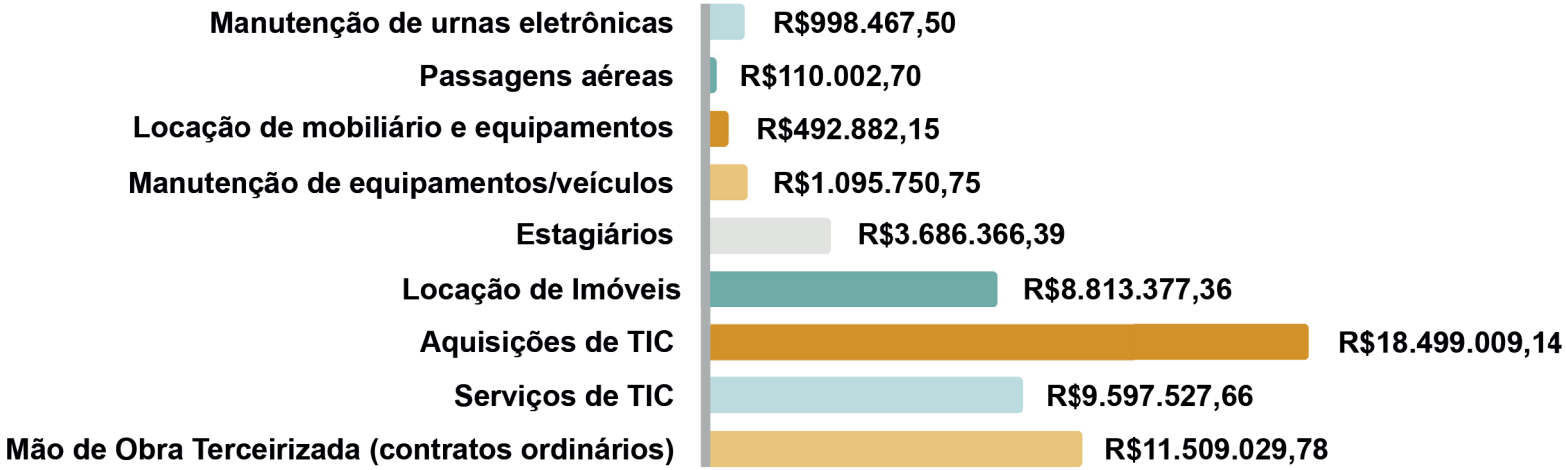
256 Contratos Geridos em 2021



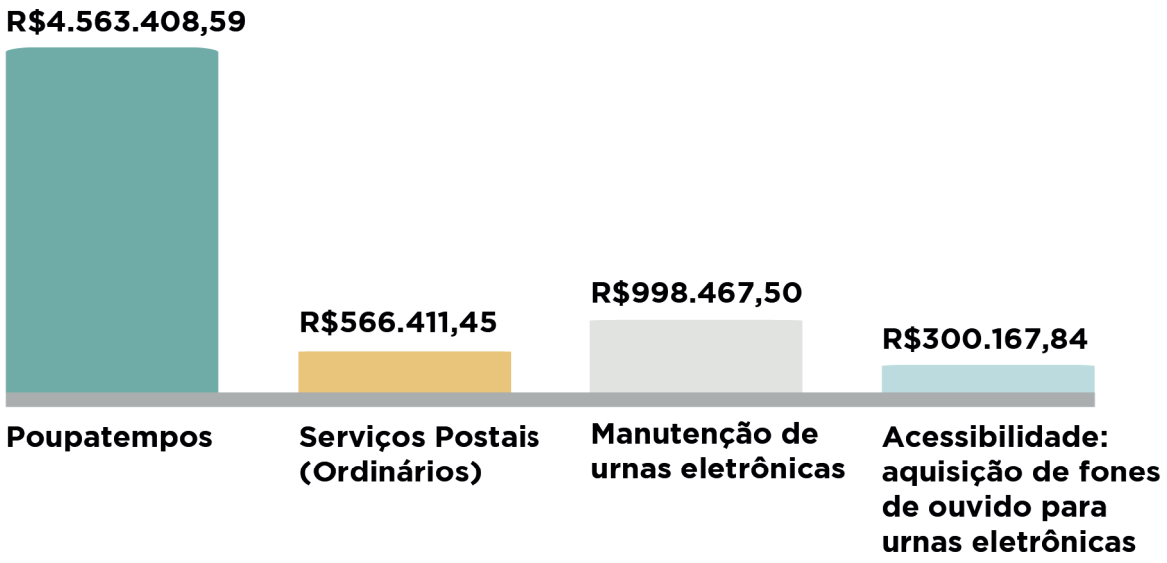
256 Contratos Geridos em 2021



Dispêndios com Aquisições e Contratações em 2021



Contratações mais relevantes para o cidadão 2021



AÇÕES PARA 2022

Aperfeiçoar, racionalizar e normatizar os processos de gestão e execução das aquisições e contratações

Implantar sistemas de informatização para a gestão de licitações e contratações

Avançar na gestão de riscos, nas definições de estudos preliminares, reformular o plano anual de contratações e fortalecer a governança das aquisições e contratações

DESAFIO PARA 2022

Fortalecer a governança das aquisições e contratações, por meio da implementação dos ditames da lei 14.133/2021 e da resolução CNJ 347/2020.

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

CONFORMIDADE LEGAL

A terceirização, preconizada no Decreto nº 9.507 de 21/09/2018, teve sua continuidade nos serviços necessários e essenciais ao funcionamento, manutenção e conservação dos prédios da Secretaria e dos cartórios eleitorais da Capital, conforme tabela a seguir.

ABASTECIMENTO

Água mineral Secretaria e cartórios da capital
Fornecimento parcelado de combustíveis (gasolina comum, etanol hidratado combustível ou álcool etílico hidratado e óleo diesel S-10)

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

INFRAESTRUTURA	SEGURANÇA POR EQUIPAMENTOS	MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA	MEIO AMBIENTE
Coleta de resíduos sólidos	**CFTV – Secretaria**	**Operação de elevadores** *(ascensoristas)*	**Coleta de resíduos sólidos**
Controle sanitário de ambientes – Secretaria e cartórios da capital	**Sistema de catracas - Secretaria**	**Movimentação de materiais e conservação dos imóveis** *(carregadores e jardineiros)*	**Coleta, descontaminação e trituração de lâmpadas**
Serviços de lavanderia	**Monitoramento eletrônico dos cartórios da capital e prédios Anexos**	**Copeiragem**	**Coleta de itens tecnológicos para reprocessamento - papa-pilhas**
Locação de purificadores de água para cartórios eleitorais e postos de atendimento do interior	**Manutenção de extintores – Secretaria e cartórios da capital**	**Garçonaria**	
		Limpeza dos cartórios da capital	
Aquisição de materiais de marcenaria	**Instalação de equipamento de scanner – raio X na Sede I**	**Limpeza dos prédios da Secretaria**	
Aquisição de materiais de serralheria	**Monitoramento dos Itens de Segurança dos cartórios eleitorais do interior**	**Recepção e operação de áudio e vídeo**	
Seguro de veículos	**Encaminhamento de proposta de contratação de serviço de monitoramento eletrônico para os cartórios da grande São Paulo**	**Vigilância dos prédios da Secretaria**	
		Serviço de telefonistas para operar o PABX	
Prestação do serviço de passagem expressa em pedágios e estacionamentos, por meio de tecnologia RFID		**Encaminhamento de proposta de contratação de serviço de limpeza para os cartórios do Interior.**	
		Transporte por aplicativo	
		Serralheria e marcenaria	

MANUTENÇÃO - INFRAESTRUTURA

Manutenção predial com mão de obra por posto de trabalho para atendimento a manutenções por demanda	**Cadastramento da Infraestrutura elétrica dos cartórios eleitorais localizados em imóveis próprios na capital**	**Suporte técnico para TR para aquisição de aparelhos de ar-condicionado para imóveis do interior**	**Contratação de serviço de locação de ar-condicionado – Sede II**
Contratação de serviços de manutenção de gerador	**Contratação de serviços de manutenção de nobreak**	**Contratação de serviços de manutenção de elevadores**	**Elaboração de TR para contratação de serviço de telefonia - VOIP**
Contratação de serviços de reforma de banheiros dos cartórios eleitorais	**TR para contratação de serviços de reformas de banheiros de cartórios eleitorais**	**Realização de obra de acessibilidade na entrada do cartório eleitoral da 351ª zona - Cidade Ademar**	

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL (INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS), AVALIAÇÃO DO SEU CUSTO-BENEFÍCIO E IMPACTO SOBRE OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Prosseguiram ou foram renovadas em 2021 as contratações relacionadas aos serviços essenciais à manutenção da higiene nos ambientes de trabalho, de modo a evitar riscos à saúde dos usuários (autoridades, servidores, colaboradores e público visitante em geral) dos prédios das secretarias e cartórios eleitorais da capital. Ainda, em 2021, foi encaminhada proposta para contratação de serviço de limpeza para os cartórios eleitorais do interior que o solicitaram, com estimativa de início no primeiro trimestre de 2022.

Foram mantidos os procedimentos relacionados à segurança, em sentido lato, das instalações e dos usuários, pela utilização do CFTV, que tem por finalidade garantir a proteção do patrimônio, mediante monitoramento ininterrupto por imagens, e do sistema de catracas eletrônicas de acesso aos prédios da Secretaria. Nas serventias da capital, a proteção continuou sendo efetuada por monitoramento eletrônico. Com o objetivo de expandir o monitoramento eletrônico para os cartórios eleitorais da grande São Paulo, foi encaminhada, em 2021, proposta para contratação dos referidos serviços, com estimativa de início em 2022.

A manutenção dos extintores de incêndio, tanto da Secretaria como dos cartórios da capital, teve sua continuidade, utilizando-se o sistema de registro de preços.

Foi concluída a instalação, na Sede I, do scanner (por raio x), adquirido em 2020, e realizado o treinamento dos servidores indicados para a operação do equipamento. Seu uso, em conjunto com os portais detectores de metais, iniciou-se em outubro de 2021.

A contratação dos serviços de treinamento para formação da brigada de incêndio, antes prevista para 2020, porém adiada para 2021 devido às restrições causadas pela crise sanitária, foi concretizada. Tramita a proposta de atualização do Plano de Emergência contra Incêndio, com previsão de contratação em 2022.

DESFAZIMENTO DE ATIVOS

No caso dos veículos, o leilão foi o caminho encontrado para o desfazimento, pois a entrega do bem usado como parte de pagamento por um novo mostrou-se antieconômica, à medida que os veículos usados se encontravam altamente depreciados no mercado para esse tipo de negociação.

Em 2015, havia 33 veículos da frota na fila para o desfazimento, porém 11 foram doados ao TRT - 2ª Região (PAD 1745/2016).

O **1º leilão** ocorreu em 20/02/2018 com a alienação de nove veículos.

O **2º leilão**, com os 13 veículos restantes e uma ambulância restaurada à configuração original “furgão”, ocorreu em 15/08/2019 (Proc. SEI n.º 0055234-64.2018.6.26.8000), com a alienação de cinco veículos.

Os nove veículos remanescentes aguardavam o próximo leilão, previsto para o 1º semestre de 2020, entretanto, devido à pandemia de Covid-19 e à realização das Eleições, foi adiado para 2022.

O critério de desfazimento é pautado na possibilidade de reposição, no tempo de uso (no mínimo de cinco anos) e pelo fato de se encontrar com quilometragem avançada ou com exigência crescente de manutenção, o que torna os reparos inviáveis ao TRE-SP.

LOCAÇÕES DE IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS

A Administração do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo adotou a locação como solução para a ocupação de imóveis onde são desenvolvidas suas atividades cartorárias, em virtude do elevado custo e da dificuldade de contratação de pessoal para realizar a manutenção preventiva dos prédios próprios.

As locações permitem optar por imóveis adequados, com a possibilidade de negociar com os locadores a assunção de eventuais obras, reformas e manutenções de maior porte, restando ao Regional apenas as manutenções ordinárias e com possibilidade de adicionar ou reduzir o quantitativo de imóveis locados, com base em critérios administrativos ou disponibilidade orçamentária.

O TRE-SP encerrou o ano de 2021 com 44 imóveis locados sendo: dois para sede, dois para depósito de urnas e 40 para instalação de cartórios eleitorais. O custo dessas locações durante o mês de dezembro de 2021 foi de R$ 749.315,26 (setecentos e quarenta e nove mil, trezentos e quinze reais e vinte e seis centavos).

A redução dos gastos com locação de imóveis ocorreu a partir de 2020, quando foram negociadas reduções nos valores locatícios com a substituição do índice utilizado para correção anual dos contratos, do IGPM (FGV) pelo IPCA(IBGE), permitindo o alinhamento orçamentário Emenda Constitucional do Teto de Gastos.

Além dos imóveis locados, o Tribunal ocupa atualmente 19 imóveis próprios da União, cujo valor total estimado no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUNET) é de R$139.625.377,07. Ocupa-se, também, um imóvel cedido pela Prefeitura Municipal de São Paulo mediante permissão de uso do imóvel a título precário e gratuito (decreto nº 22.868/86).

MUDANÇAS E DESMOBILIZAÇÕES RELEVANTES

Durante o ano de 2021 foi continuado o projeto de junção de cartórios eleitorais, que consiste em reunir num mesmo imóvel duas ou mais serventias de acordo com a disponibilidade de espaço físico dos prédios, a fim de reduzir os gastos anuais com as locações de imóveis.

Em prosseguimento a essa iniciativa, no mês de outubro foi concretizada a junção da 328ª Zona Eleitoral. Campo Limpo com a 408ª Zona Eleitoral. Jardim São Luís, permitido a redução de R$ 16.003,62 no custo mensal de locação, com o imóvel da Rua Teresa Mouco de Oliveira, 157 – capital.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Podemos citar como ações futuras, com previsão de início para 2022, a expansão do fornecimento do serviço de limpeza aos cartórios do interior que o solicitaram e, também, a expansão da proteção por monitoramento eletrônico para os cartórios eleitorais da grande São Paulo. Os procedimentos licitatórios necessários para os referidos objetivos foram instaurados no ano de 2021.

Em relação ao serviço de transporte por aplicativo para servidores e prestadores de serviços terceirizados, após sua implantação, nos casos em que há possibilidade da utilização dessa modalidade de serviço, gradualmente houve a expansão de sua utilização entre as unidades da Secretaria, bem como entre os cartórios eleitorais da capital, visando minimizar os gastos com a utilização, manutenção e condução dos veículos da frota.

A utilização desse serviço tem se mostrado discreta em função da pandemia de Covid-19 e da restrição do trabalho presencial, mas nota-se que a utilização, principalmente pelos cartórios, vem aumentando.

No tocante às ações futuras na Sede I, localizada na rua Francisca Miquelina, 123, cabe destacar a continuidade da elaboração de projeto executivo para contratação das obras de adequações civis e elétricas, visando a obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB). A contratação das obras está prevista para ocorrer em 2023.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS – SOLUÇÕES DE TIC

DECLARAÇÃO DO TITULAR DA STI

Com a publicação da resolução nº 370/2021 pelo CNJ, que estabeleceu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) para o período 2021-2026, o desafio de manter o índice de governança no nível de excelência tornou-se maior. Novos objetivos estratégicos, distribuídos em três perspectivas ("Sociedade", "Aprendizado e Crescimento" e "Processos Internos"), foram definidos pela resolução CNJ nº 370/2021, com consequente necessidade de implementação ou de aprimoramento de processos de trabalho para atendimento das novas diretrizes.

As exigências quanto às ações de segurança da informação também foram ampliadas com a publicação da resolução nº 396/2021 do CNJ, que institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ). Planos, processos e protocolos precisaram ser definidos e implementados em curto prazo para atendimento do estabelecido.

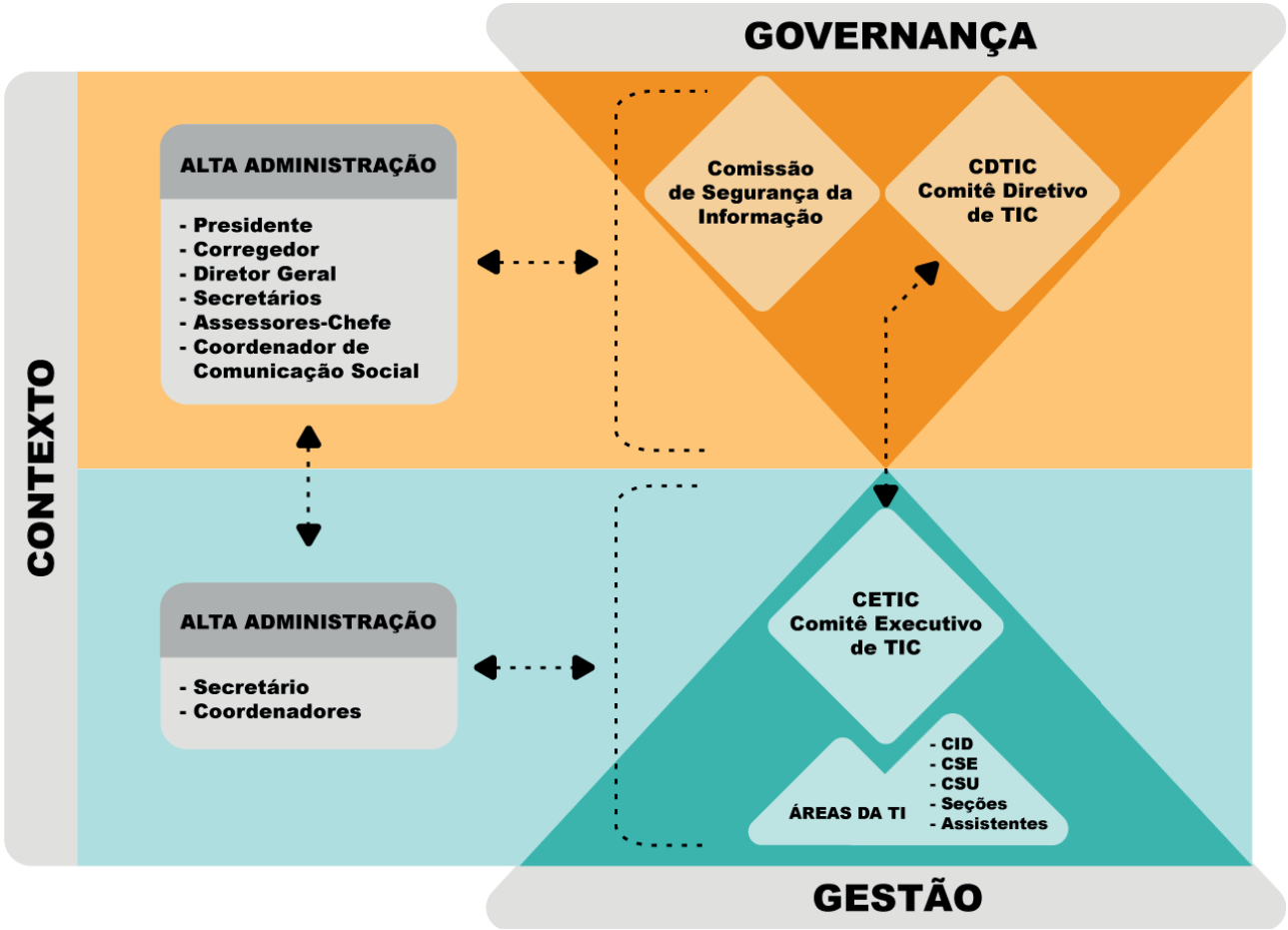
O resultado previsto para o projeto foi alcançado com sucesso. Ressalto o empenho de todos os envolvidos e o esforço para não só alcançar a pontuação necessária, mas também para efetivamente aprimorar a governança de TIC e a segurança da informação no TRE-SP.

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CONFORMIDADE LEGAL

Para assegurar a conformidade legal da gestão de TIC, o TRE-SP aplica um vasto conjunto de regras e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Tribunal de Contas da União e pelo Tribunal Superior Eleitoral, bem como obedece aos procedimentos definidos em seus normativos internos, a exemplo do Plano Diretor de TIC - PDTIC, instituído pela resolução TRE-SP nº 522/2021, nos termos do art. 6º da resolução CNJ nº 370/2021. Este Regional segue, ainda, boas práticas e padrões nacionais e internacionais de Governança de Tecnologia da Informação, de Gestão de Serviços de Tecnologia da Informação e de Segurança da Informação e Proteção de Dados.

MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC DO TRE-SP



O MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC TEM COMO INSTÂNCIAS:

CDTIC

Comitê Diretivo de TIC

Composto por membros da Alta Administração:

- Presidente
- Corregedor Eleitoral
- Diretor-Geral
- Secretário de cada área do Tribunal
- Assessor-Chefe de cada área do Tribunal
- Titular da unidade de Comunicação Social

Atribuições: deliberar sobre políticas, diretrizes e investimentos em tecnologia da informação de comunicação.

CETIC

Comitê Executivo de TIC

Composto por membros da equipe técnica:

- Titular da Secretaria de Tecnologia da Informação
- Titulares das Coordenadorias da Secretaria de Tecnologia da Informação

Atribuições: sugerir ao CDTIC princípios e diretrizes para utilização da TIC no TRE-SP, propor planos técnicos e operacionais, demandas, indicadores operacionais, submeter relatórios de análise de riscos de níveis de serviço, de capacidade, de disponibilidade, planos de ação, dentre outros.

Comissão de Segurança da Informação

- Diretor-Geral: gestor dos trabalhos
- Titular da Secretaria de Tecnologia da Informação: gestor de Segurança da Informação
  - Atribuições: sugerir ao CDTIC princípios e diretrizes para utilização da TIC no TRE-SP, propor planos técnicos e operacionais, demandas, indicadores operacionais, submeter relatórios de análise de riscos de níveis de serviço, de capacidade, de disponibilidade, planos de ação, dentre outros.

Composta pelos titulares:

- Assessor da Presidência
- Assessor da Corregedoria
- Diretor-Geral
- Secretário de cada área do Tribunal
- Assessor-Chefe de cada área do Tribunal
- Coordenador de Comunicação Social

Atribuições: propor estratégias, planos, ações, normas e procedimentos visando a operacionalização da Política de Segurança da Informação

MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TIC

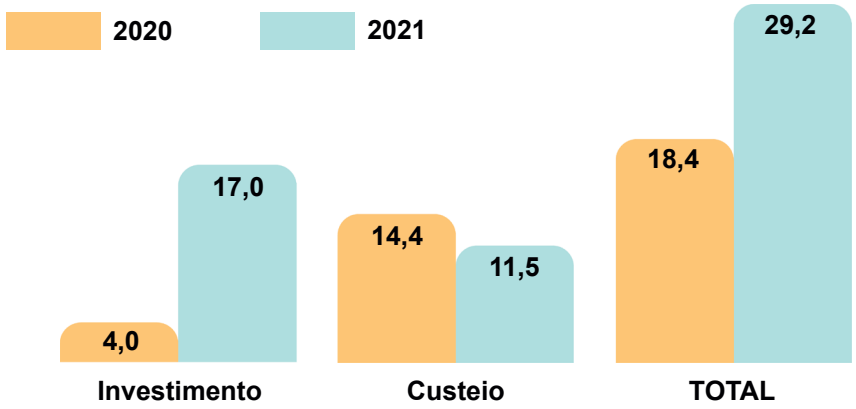
Montante de recursos aplicados em TIC - 2021 (R$ milhões)

Grupo Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas	Valor pago de RP em 2021
Investimento	17,7	17,0	0,2
Custeio	11,5	11,0	0,5
TOTAL	29,2	28,0	0,7

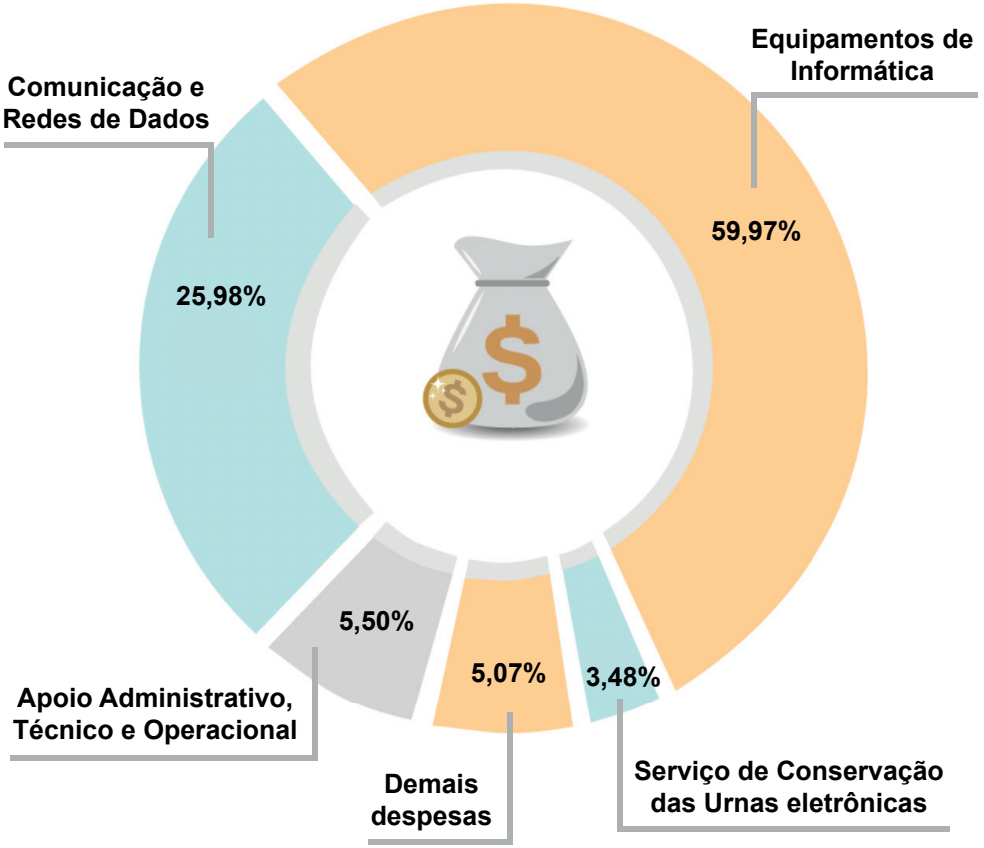
Montante de recursos aplicados em TIC - 2020 (R$ milhões)

Grupo Despesas	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas	Valor pago de RP em 2020
Investimento	4,0	3,1	1,2
Custeio	14,4	13,7	0,3
TOTAL	18,4	16,8	1,5

Valores empenhados (R$ milhões) por tipo de despesa



Gastos de TIC em 2021 por Natureza da Despesa



Contratações mais relevantes de recursos de TIC (R$)

Empresa	Objeto	Processo e Edital (ou Contrato)	Valor Contratual	Despesa paga em 2021
Torino Informática LTDA	Microcomputadores	PEF 105/2020	16.221.150,00	16.109.280,00
Telefônica Brasil S/A (backbone)	Backbone	PEF 114/2020 PEF 77/2014	18.207.890,20 (contrato encerrado)	3.705.612,36 2.394.524,31
	Acesso IP internet	PEF 49/2020	100.000,02	69.210,25
Central IT Tecnologia da Informação LTDA	Prestação de serviços de suporte às equipes de gestão de infraestrutura de Tecnologia da Informação	PEF 21/2018	5.983.233,06	1.583.530,81
Adriana Guedes	Conservação de Urnas eletrônicas	PEF 24/2020	3.390.471,32	998.467,50
Microsens S/A	Serviços de Impressão Departamental	PEF 49/2018	1.218.962,38	228.200,90

PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS NA ÁREA DE TIC POR CADEIA DE VALOR

Cadeia de Valor	Processos da Cadeia de Valor da STI	Principais iniciativas (sistemas e projetos)	Principais resultados obtidos (benefícios e impactos)
Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação	Governança e Gestão de TIC	Elaboração do PDTIC 2021-2022, Projeto Evolução IGOVTIC-JUD, instituição de grupo de trabalho para elaboração do Plano de Transformação Digital, formalização de acordos de Cooperação Técnica, formalização de 21 processos de TIC e instituição das Oficinas de Revisão de Processos.	O TRE-SP manteve o nível de "excelência" no iGovTIC-JUD 2021, com uma pontuação de 83,66 (de um total de 100), atingindo o 3º lugar dentre os Tribunais Eleitorais.
	Desenvolvimento de Sistemas de Informação	Desenvolvimento e implantação de cerca de 8 novos sistemas informatizados internos administrativos e de suporte aos sistemas eleitorais, como o AudiTSE, Coyote, eSocial, INFODIP e VotaOnline e evoluções de 32 sistemas internos existentes.	Auxílio às áreas do TRE-SP para que pudessem atingir seus objetivos estratégicos propostos.
	Suporte operacional	Implantação do Power BI como ferramenta de apoio à gestão da Central de Serviços da TIC.	Permitiu maior controle dos indicadores do processo de gestão da central de serviços de TIC e a rápida tomada de providências para seu cumprimento.
	Infraestrutura Tecnológica e Serviços em nuvem	Liberação da VPN para todos os servidores da Secretaria e dos Cartórios Eleitorais.	Permitiu o aumento da força de trabalho remoto para atendimento à população.
		Projeto Business Intelligence.	Agilidade na obtenção de dados e melhor percepção do cenário do TRE-SP com base nos dados oriundos dos sistemas de gestão processual (PJe e SADP), que levam à adoção de medidas e ações mais adequadas às necessidades correntes e à situação vigente do TRE-SP.
Gestão da Segurança da Informação e Proteção de dados	Segurança da Informação e Proteção de dados	Migração de 100% do parque computacional da Secretaria para o sistema operacional Windows 10.	Garantia do parque computacional atualizado com as tecnologias e patches de segurança mais recentes.
		Implementação de 14 processos internos de Segurança da Informação como o gerenciamento de LOGs, de vulnerabilidades e de incidentes de segurança cibernéticos, protocolos de prevenção de incidentes cibernéticos, de gerenciamento de crises cibernéticas, de investigação de ilícitos cibernéticos, adequações de segurança em cerca de 12 sistemas internos, além da criação do Comitê de Crises Cibernéticas e Núcleo de Segurança da Informação.	O TRE-SP atingiu pontuação máxima em maturidade com relação à Gestão de Riscos, Segurança da Informação e Proteção de Dados no iGovTIC-JUD 2021 apurado pelo Conselho Nacional de Justiça, além de continuar mantendo em zero os incidentes cibernéticos que pudessem causar algum tipo de danos a dados ou serviços essenciais mantidos pelo TRE-SP.
	Disseminação da cultura de Segurança da Informação	Publicação de material informativo no ambiente da intranet sobre segurança da informação; realização da Semana de Segurança da Informação com palestra educativa sobre o tema "Os efeitos da transformação digital e o aumento dos crimes cibernéticos".	Autoridades, servidores e colaboradores do TRE-SP encontram-se mais cientes de suas responsabilidades com relação à Segurança da Informação.

INICIATIVAS - MACRODESAFIO 9

Elaboração do novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação [2021-2022]

A publicação, em janeiro de 2021, da resolução CNJ nº 370/2021, instituindo a nova Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação (ENTIC-JUD) para o período de 2021/2026 para os órgãos do Judiciário, trouxe a necessidade de alinhamento da estratégia e dos planos de TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação) do TRE-SP aos novos desafios propostos. Além do foco em transformação digital e inovações desenvolvidas de modo colaborativo, o normativo propôs também a utilização da metodologia OKR (Objectives and Key Results) para a definição dos indicadores de resultado de TIC. Após meses de reuniões com os gestores e com o Comitê Executivo de TIC, o grupo de trabalho responsável finalmente apresentou a proposta do novo PDTIC 2021-2022 (Plano Diretor de Tecnologias da Informação e Comunicação) ao Comitê Diretivo de TIC, que o aprovou e o encaminhou à corte, instituindo-o por meio da resolução nº 522/2021 de 27/7/21. Foi grande o desafio de elaborar esse novo PDTIC em tempo exíguo, concomitantemente à construção do Planejamento Estratégico do TRE-SP, buscando tanto o alinhamento estratégico ao órgão como à ENTIC-JUD. Contudo, outro grande desafio será atingir os novos objetivos estratégicos propostos em resposta aos anseios dos usuários dos recursos de TIC perante a transformação digital pela qual a sociedade está passando.

Projeto Evolução IGOVTIC-JUD

Em seu artigo 48, a resolução CNJ nº 370/2021 determina a realização de diagnóstico anual para aferição do nível de cumprimento das Diretrizes Estratégicas de Nivelamento especificadas e, consequentemente, da evolução dos viabilizadores da Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Poder Judiciário.

Após a compilação, todos os órgãos recebem um indicador individual, (iGovTIC-JUD) que são divulgados no Painel do iGovTIC-JUD do Poder Judiciário, no qual são apresentados gráficos do resultado geral, média por segmento, média por porte, média por domínio, distribuição dos resultados por nível de maturidade, relatórios detalhados, notas de cada órgão, ranking e visão analítica do resultado. O iGovTIC-JUD também é contabilizado para a obtenção dos selos de qualidade (Prêmio CNJ de Qualidade).

Em 2020 o TRE-SP avançou do nível “satisfatório” para o grau de “excelência”, com 0,91 pontos (num total de 1,00) atingidos, subindo para o 6º lugar dentre os Tribunais Eleitorais.

A publicação, pelo CNJ, da resolução nº 370/2021 - Estratégia de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) para o período 2021-2026 trouxe grande pressão para que o TRE-SP mantivesse o grau de excelência em governança, mesmo com uma nova estratégia, agora focada na transformação digital e nas atividades colaborativas.

Apesar dos desafios, assim como no ano anterior, durante o ano de 2021 houve grande mobilização por parte dos servidores e gestores não somente da Secretaria de Tecnologia da Informação como também de outras áreas, para a implantação de ações e processos propostos pela nova ENTIC-JUD, possibilitando que o TRE-SP mantivesse o nível de “excelência” no iGovTIC-JUD 2021, com uma pontuação de 83,66 (de um total de 100), atingindo o 3º lugar dentre os Tribunais Eleitorais.

Contudo, em 2022, para que o TRE-SP continue no nível de “excelência”, será necessário o atingimento da pontuação mínima de 90,00 (de um total de 100). Esse é o objetivo principal do Projeto Evolução iGovTIC -JUD: acompanhar e fomentar a implementação dos projetos e ações ainda não efetivados completamente e garantir que aqueles já implantados permaneçam operantes.

Instituição de grupo de trabalho para elaboração do Plano de Transformação Digital

Buscando a consecução dos objetivos estabelecidos na Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), seu artigo 15 determina que todos os órgãos elaborem o Plano de Transformação Digital contendo, no mínimo, as ações de transformação digital de serviços, integração de canais digitais, interoperabilidade de sistemas e estratégia de monitoramento, organizado em grupos de entregáveis para implementação em até quatro anos. Para tanto, a portaria TRE-SP nº 112/2021 instituiu grupo de trabalho multidisciplinar, sob coordenação da Secretaria de Tecnologia da Informação.

Formalização de acordos de Cooperação Técnica

Visando conjugar esforços para o desenvolvimento de soluções padronizadas de TIC para o Poder Judiciário, o TRE-SP firmou acordos de cooperação técnica junto ao Tribunal Superior Eleitoral e ao Conselho Nacional de Justiça para auxiliar no desenvolvimento colaborativo de produtos e serviços para a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br) e também no desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do Programa Justiça 4.0.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Comissão de Segurança da Informação

Foi instituída a Comissão de Segurança da Informação, por meio da Portaria nº 42/2018, composta pelos seguintes titulares: o Assessor da Presidência ou servidor indicado pelo presidente; o assessor da Corregedoria ou servidor indicado pelo corregedor; o diretor-geral; o secretário de cada área do Tribunal; o assessor-chefe de cada área do Tribunal e o coordenador de Comunicação Social.

As atribuições da Comissão consistem em propor estratégias, planos, ações, normas e procedimentos visando à operacionalização da Política de Segurança da Informação.

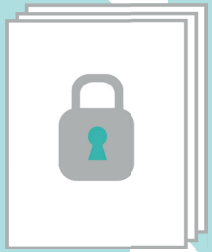
A **gestão dos trabalhos** fica a cargo do **diretor-geral**.

O **titular da Secretaria de Tecnologia da Informação** foi designado **Gestor de Segurança da Informação** por meio da Portaria nº 41/2018 e possui como atribuições propor à Comissão de Segurança da Informação normas, iniciativas e novas tecnologias visando aumentar o nivel de seguranca da informação.

Com a transformação digital, o trabalho, a distância e o grande número de soluções de TIC disponibilizados em rede virtual privada e nuvem, o grande desafio é o aprimoramento dos mecanismos de proteção dos ativos de TIC contra ameaças externas cibernéticas ou ataques maliciosos. Assim, a Resolução TRE-SP nº 565/2021 criou o Núcleo de Segurança Cibernética - diretamente vinculado ao titular da Secretaria de Tecnologia da Informação, com as atribuições de avaliar riscos, vulnerabilidades, apoiar a continuidade do negócio e propor soluções para que as informações permaneçam confiáveis, íntegras e disponíveis.

As **Normas de Segurança da Informação** versam sobre segurança para usuários, seguranca física de instalações, segurança para profissionais de TI, controle de acesso, códigos maliciosos, segurança para instalação de configuração de sistemas operacionais e tratamento de mídias e de cópias de segurança (back-ups).

Essas normas ficam disponíveis no ambiente de rede interno (intranet) e são importante ponto de apoio na operacionalização da Política de Segurança da Informação.



Além do Núcleo de Segurança Cibernética, outras comissões e grupos de trabalho compõem a estrutura para manutenção e melhoramento contítnuo da Segurança da Informação, como a **Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais (ETIR)**, responsável por tratar eventuais incidentes relacionados à segurança da informação, além do **Grupo Técnico de Análise de Riscos de Segurança da Informação**, com o objetivo de avaliar os cenários, elaborar o Plano de Resposta e Recuperação aos Riscos da Segurança da Informação e proteger um dos principais ativos da organização - a informação - bem como a reputação e a imagem do TRE-SP, por meio da implementação e gestão de ações corretivas e preventivas.

Visando prevenir ataques que possam impactar negativamente a continuidade dos trabalhos do TRE-SP e garantir o rastreamento de ilícitos cibernéticos, a Secretaria de Tecnologia da Informação implementou diversos processos internos, como o gerenciamento de LOGs, de vulnerabilidades e de incidentes de segurança cibernéticos, além de ter instituído os protocolos de prevenção de incidentes cibernéticos, de gerenciamento de crises cibernéticas e de investigação de ilícitos cibernéticos.

O trabalho remoto trouxe cenários que poderiam aumentar o risco à segurança digital; contudo, mais uma vez, o TRE-SP tem orgulho em afirmar não ter sofrido nenhum incidente de segurança da informação que tenha impactado a continuidade dos serviços essenciais de TIC. Além disso, a implementação de novos processos e o pleno atendimento aos normativos expedidos pelo Conselho Nacional de Justiça permitiu que o Tribunal continuasse mantendo sua pontuação máxima nos quesitos constantes dos questionários dos órgãos de controle, no tema Segurança da Informação e Proteção de Dados.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS PARA 2022

A resolução CNJ nº 370/2021 instituiu a nova Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação (ENTIC-JUD) dos órgãos do Poder Judiciário para o período de 2021/2026 e trouxe como desafio principal a **transformação digital** como resposta aos anseios da sociedade, com ações a serem implementadas até 2024. Para a TI do TRE-SP, o desafio também será **permanecer no nível de "excelência"** auferido desde 2020, mensurado pelo CNJ por meio do indicador iGovTIC-JUD.

Além disso, aquele órgão publicou a resolução CNJ nº 396/2021, instituindo a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ), que tem como objetivo principal **aprimorar o nível de maturidade em segurança cibernética** nos órgãos do Poder Judiciário, tornando-o mais seguro e inclusivo no ambiente digital, aumentando a resiliência às ameaças cibernéticas, estabelecendo a governança de segurança cibernética, fortalecendo a gestão e coordenação integrada de ações de segurança cibernética nos órgãos do Poder Judiciário e, finalmente, permitindo a manutenção e a continuidade dos serviços, ou o seu restabelecimento em menor tempo possível.

Nesse sentido, entendemos que o grande desafio para a Justiça Eleitoral e o TRE-SP será **estabelecer um sistema de gestão em segurança da informação integrado**, com eficiente sistema de comunicação, gestão colaborativa e baseado em riscos, capaz de responder de forma satisfatória a ameaças cibernéticas.

As Eleições 2022 representam, infelizmente, uma oportunidade a ser explorada por mentes mal-intencionadas por meio de tentativas de invasão nos sistemas eleitorais e, por isso, continuar **garantindo a segurança e lisura de todo o processo eleitoral eletrônico** é o desafio máximo de toda a Justiça Eleitoral.

Para tanto, além de assegurar que os novos processos e procedimentos sejam incorporados à cultura organizacional, com **ações de conscientização contínuas**, pois a segurança da informação depende de todos os envolvidos, também estão previstos **vultosos investimentos** em soluções de segurança cibernética em 2022.

GESTÃO DE CUSTOS

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistemática de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Previsto no §3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), lei complementar nº 101, de 04/05/2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2021, lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, o dispositivo é apresentado no inciso II do art. 17, e parágrafo único do mesmo art. 17.

A inclusão das informações de custos no Relatório Integrado de Gestão ocorre desde a publicação da portaria nº 90/2014 do Tribunal de Contas da União (TCU). A partir de então e até a elaboração do relatório com os dados do exercício financeiro de 2017, foram prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de apuração de custos implementada pela portaria nº 157/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), denominada "Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC)". A partir do relatório relativo ao exercício financeiro de 2018, o TCU passou a solicitar não mais o estágio de desenvolvimento, mas os dados apurados dos custos.

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares da Justiça Eleitoral de estar presente em mais de 2.300 municípios e de possuir quase 3 mil imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade,

no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Dessa forma, além de atender à demanda legal, a sistemática de custos da Justiça Eleitoral busca contribuir para uma melhor alocação dos recursos públicos, dotando os Tribunais Eleitorais de mais uma ferramenta na busca por uma melhoria contínua da qualidade do gasto público. Dado que a falta de informações de qualidade é um dos maiores desafios para os gestores públicos, a sistemática de custos pretende auxiliar no atendimento dessa necessidade, usando as informações do passado para permitir planejar um futuro mais próspero e alinhado com os objetivos estratégicos da instituição.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema informatizado próprio, denominado "Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos (SIGEC)", no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados realizada junto aos Tribunais Eleitorais.

A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais. Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SOF/TSE), unidade setorial da Justiça Eleitoral, e são calculados os valores das atividades desenvolvidas no órgão.

O fluxo do processo ocorre da seguinte maneira:

Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: "itens de custos" e "atividades/serviços".

No eixo dos "itens de custos", procura-se responder à questão "com o quê?", e apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.

*Atualmente são 45 itens de custos

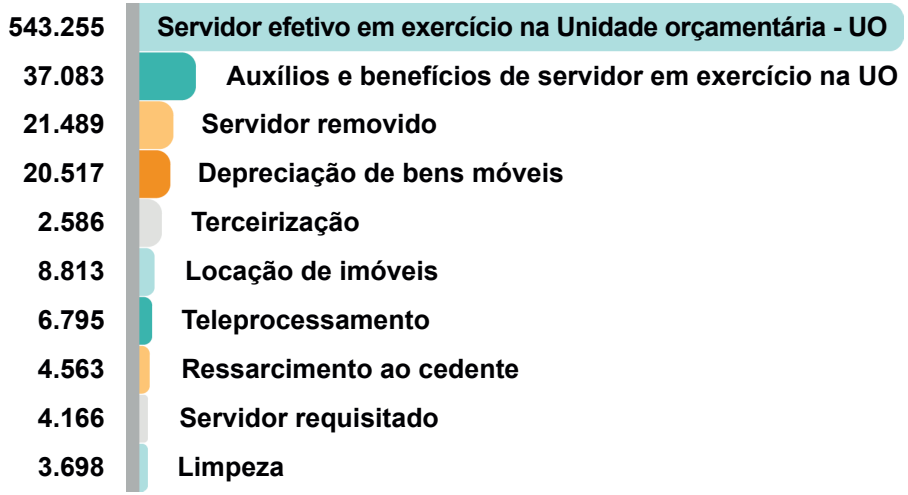
No eixo das “atividades/serviços”, procura-se responder à questão “para quê?”, e apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:

***Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços, pois algumas, como os Plebiscitos, ocorrem apenas esporadicamente.**

Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2021, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 45 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação da Justiça Eleitoral. Entre elas, destaca-se o recorte dos dez maiores itens de custo, o agrupamento dos itens de custo em grandes temas, os custos por atividades/serviços e a classificação dos custos por atendimento ao público e funcionamento da Secretaria.

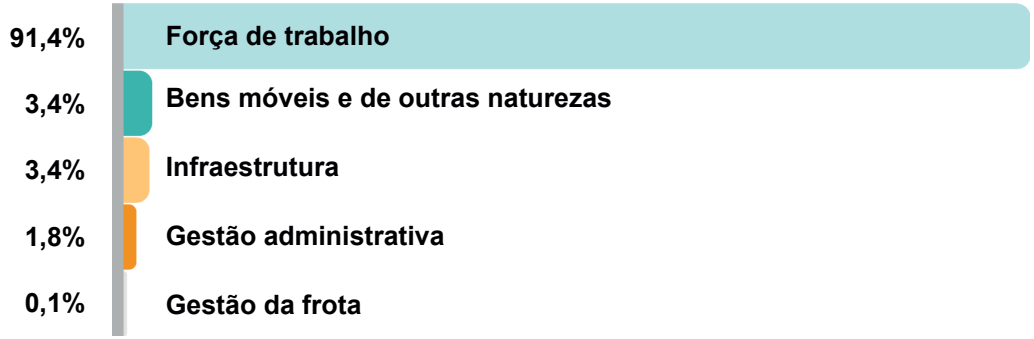
Relativamente aos custos apurados do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo no exercício de 2021, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:

10 maiores itens de custos (em R$ mil)

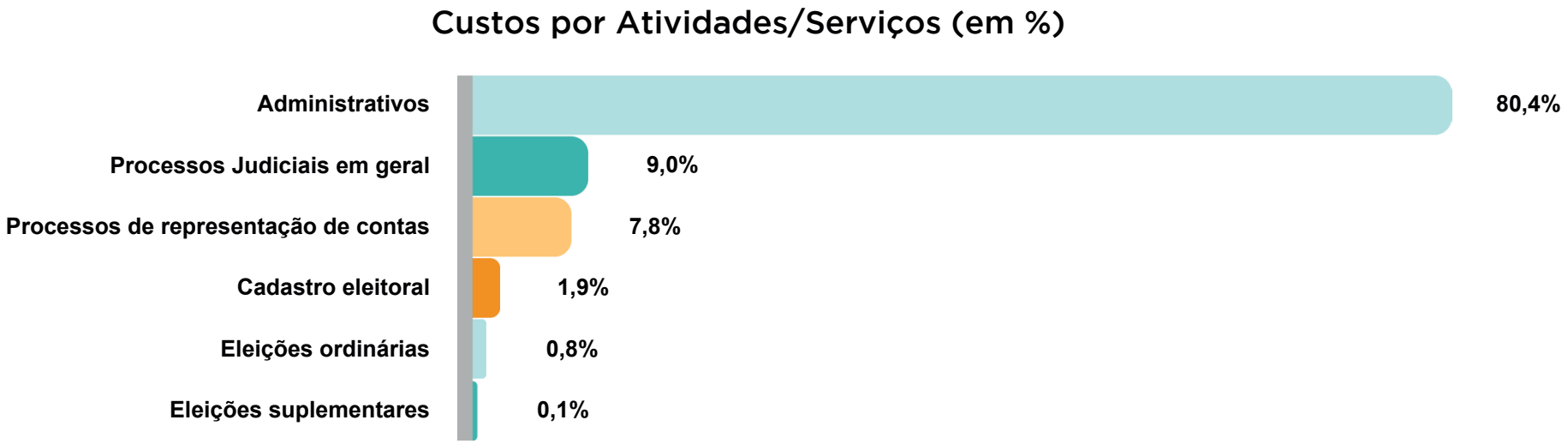


Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:

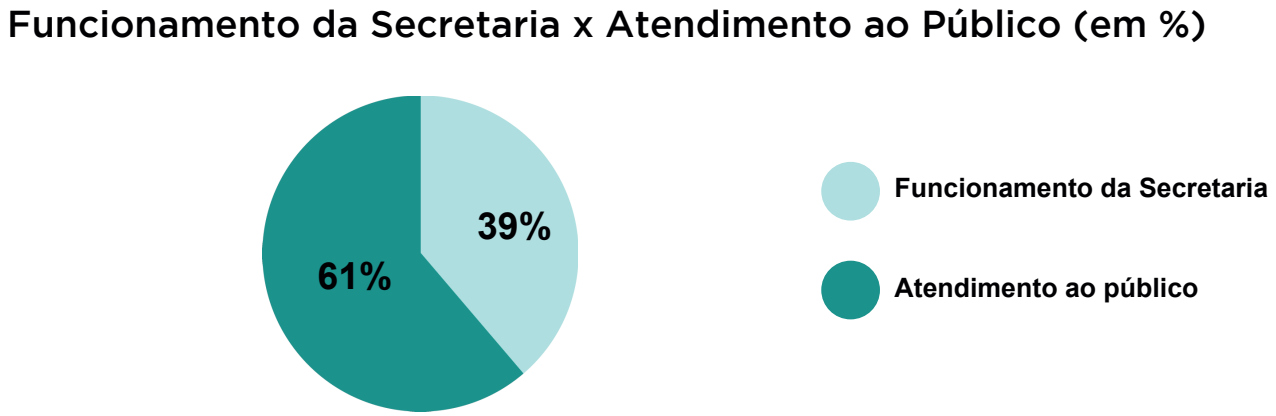
Custos por subgrupos (em %)



Os dados das atividades/serviços estão representados abaixo:



Quanto à distribuição dos custos entre o atendimento ao público e o funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:



Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão em constante aprimoramento e amadurecimento, em que a incorporação de novas técnicas e ferramentas busca contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo manteve firme seu compromisso com a promoção da sustentabilidade, mesmo em um ano marcado pela continuidade da pandemia, pela necessidade de manter o distanciamento social como medida voltada à prevenção da propagação do coronavírus, impondo, por conseguinte, a necessidade de priorizar o trabalho remoto, a disponibilização de serviços eleitorais preponderantemente de forma virtual, bem como a limitação do atendimento ao público de forma presencial.

Por intermédio de ações do **Núcleo Socioambiental**, da **Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável** e das demais unidades e comissões, a Justiça Eleitoral Paulista buscou implementar todas as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça, bem como contribuir para o atingimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, estabelecidos na **Agenda 2030 - um Plano de Ação Global para a promoção da sustentabilidade**.

Nesse contexto, em virtude da soma de esforços dos servidores, o TRE-SP apresentou progressos importantes no que diz respeito à **Logística Sustentável** e implementou ações que abarcaram as quatro dimensões do desenvolvimento sustentável (ambiental, econômica, social e cultural).

NÚMEROS DE DESTAQUE[1]:

Consumo total de papel

2019: 40.593

2021: 6.229

Redução de **84,7%**

Consumo de Energia Elétrica

2019: 4.532.884,3 KWh

2021: 2.678.553,0 KWh

Redução de **40,9%**

Volume total de água consumida

2019: 37.509,0 m^3

2021: 14.440,0 m^3

Redução de **61,5%**

Consumo relativo de álcool e gasolina

2019: 58,6 litros/veículo

2021: 12,4 litros/veículo

Redução de **78,9%**

[1]Números obtidos do Relatório de Acompanhamento e Ações de Engajamento – Exercício 2021, que se encontra disponível em https://www.tre-sp.jus.br/o-tre/conheca-o-tre-sp/nucleo-socioambiental/arquivos-2022/tre-sp-relatorio-de-acompanhamento-do-pls-e-acoes-de-engajamento-6a-versao.

ALGUMAS DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS [2]

INSTITUCIONAL

- Adoção de nova visão de futuro: “ser reconhecido como um tribunal sustentável”
- Instituição da Política de Sustentabilidade do TRE-SP (Resolução TRE-SP n. 562/2021)
- Aprovação do Plano de Logística Sustentável 2021-2026
- Proposta de adesão ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU)

DIVERSIDADE E INCLUSÃO

- Instituição da Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de Todas as Formas de Discriminação
- Realização do Webinário “Semana de Combate a Todas as Formas de Discriminação”
- Disponibilização do Curso - Garantia e respeito à identidade das pessoas transgêneros
- Lançamento da Revista aTREva-se!

ACESSIBILIDADE

- Instituição do Programa de Acessibilidade e Inclusão do TRE-SP
- Realização do Webinário “Setembro acessível: uma conversa sobre a inclusão das pessoas com deficiência”

SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

- Realização do Webinário “Pandemia: Atual Momento”
- Acordo de cooperação com a Prefeitura de Botucatu para vacinação em massa contra a Covid-19

CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

- Realização do Webinário “Semana do Meio Ambiente”
- Disponibilização de cursos temáticos na Plataforma TREine
- Instituição do Laboratório de Inovação

LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

- Adoção de Guia para Contratações Sustentáveis
- Distribuição de Canecas Ecológicas
- Redução do número de copos descartáveis fornecidos
- Diminuição de Livros Impressos

[2] Ações citadas constam no Relatório de Acompanhamento e Ações de Engajamento – Exercício 2021, citado anteriormente.

PRINCIPAIS AVANÇOS EM ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO 2021

Ao longo do ano de 2021, o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo obteve substancial avanço no que tange à temática da acessibilidade e inclusão, por meio das inúmeras ações e projetos desenvolvidos que solidificou, ainda mais, a cultura acessível e inclusiva na Justiça Eleitoral paulista.

Programa de Acessibilidade e Inclusão do TRE-SP

O ano iniciou com a aprovação do Programa de Acessibilidade e Inclusão do TRE-SP, importante documento que tem por objetivo reunir as informações básicas sobre normas técnicas e a legislação vigente, papéis e responsabilidades, bem como apresenta as ações e projetos acessíveis e inclusivos já consolidados e em andamento no âmbito do tribunal.

Núcleo de Acessibilidade e Inclusão - NAI

Outro importante avanço do TRE-SP na matéria foi a efetiva instalação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão - NAI, a fim de assegurar a continuidade das ações de acessibilidade e inclusão no âmbito do TRE-SP.

Ações de sensibilização

No campo das ações de sensibilização, houve a publicação de matérias e notícias sobre acessibilidade e inclusão publicadas na intranet do TRE-SP, de modo a reafirmar o compromisso do tribunal no enfrentamento de quaisquer tipos de barreiras de acessibilidade existentes, bem como mantendo o tema sempre em pauta na rotina dos servidores e servidoras.

Ações de capacitação

Do mesmo modo, visando manter o público interno sempre atualizado sobre as constantes mudanças que norteiam a temática, em 2021, foram realizadas diversas ações de capacitação, podendo-se citar a ação de capacitação na Língua Brasileira de Sinais (Libras), capacitando 46 servidores, a realização do curso “Acessibilidade Digital e Comunicacional” ministrado pelos servidores da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo – SMPED, ação que capacitou 58 servidores, além da disponibilização de vagas do curso para servidores de outros Tribunais Regionais Eleitorais. Ainda, houve a participação de dois membros da CPAI no curso Olhar Inclusivo - Acessibilidade além das Normas.

Ambientação de novos servidores (as)

Visando trazer à reflexão desde o início da carreira, em 2021, o tema da acessibilidade e inclusão passou a ser debatido também na ambientação de 41 servidoras e servidores recém-empossados, por meio da apresentação do NAI no Insere.

PRINCIPAIS AVANÇOS EM ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO 2021

Acessibilidade Comunicacional

No campo da acessibilidade comunicacional, o TRE-SP também evoluiu sistematicamente em seus projetos, podendo-se destacar a contratação de empresa especializada na comunicação às pessoas surdas ou com deficiência auditiva em seus eventos e nas diferentes formas de compartilhamento de informações utilizadas pelo tribunal.

Evento "Setembro Acessível"

Ademais, destaca-se a realização do evento virtual "Setembro Acessível: uma conversa sobre inclusão da pessoa com deficiência" realizado pelo NAI nos dias 28 e 29 de setembro de 2021,com transmissão ao vivo pelos canais do TRE-SP no YouTube, Instagram e Facebook, e que buscou informar, capacitar e conscientizar o público interno e externo sobre a temática da acessibilidade digital e comunicacional, bem como sobre a Agenda 2030 da ONU e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que se relacionam com o tema: ODS 4,8,10 e 16. Ainda, o evento buscou fazer valer o lema "Nada sobre nós sem nós", ao contar com a participação de palestrantes com deficiência no painel de abertura e nas mesas das palestras do segundo dia do evento, garantindo, assim, a representatividade e o protagonismo desse grupo nas ações, projetos e decisões que envolvam o tema da acessibilidade e inclusão.

A ação obteve mais de 3 mil visualizações nos dois dias de evento, sendo avaliado com a Nota 10 pela maioria dos participantes.

Projeto Rybená

Outro projeto que merece destaque relacionado à acessibilidade comunicacional foi a publicação de orientações sobre o uso da ferramenta Rybená, recurso de tecnologia assistiva que permite traduzir textos da Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), podendo auxiliar na comunicação durante o atendimento de pessoas surdas ou com deficiência auditiva.

Ações de planejamento

No campo das ações de planejamento voltadas para as eleições, em 2021 foi publicado o Relatório de Acessibilidade das Eleições 2020 do TRE-SP, que trouxe os resultados da pesquisa aplicada ao eleitorado com deficiência ou com mobilidade reduzida, servidoras e servidores dos cartórios do interior e da capital, mesárias, mesários e apoios logísticos no 1° e 2° turno nas Eleições de 2020. A pesquisa buscou obter informações sobre as dificuldades encontradas e relacionadas à acessibilidade naquele pleito. Os resultados ampliaram o campo de visão sobre as questões de acessibilidade enfrentadas pelo eleitorado com deficiência e, como resultado concreto das ações, pode-se citar o projeto de aquisição de novas unidades de fones de ouvido proposto pela CPAI à Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) para utilização na urna eletrônica nas Eleições de 2022.

Diagnóstico de Acessibilidade do TRE-SP

O projeto do Diagnóstico de Acessibilidade do TRE-SP também teve progressos em 2021 com a apresentação pelas áreas envolvidas na primeira etapa do diagnóstico, que consistiu na Autoavaliação de Acessibilidade, de, no mínimo, dois projetos/ações por ano a serem executados no próximo ciclo do Plano Estratégico Institucional 2021-2026. Foram 6 projetos apresentados, sendo eles: Secretaria de Tecnologia da Informação (STI): 2 projetos; Secretaria de Gestão de Serviços (SGS): 2 projetos; Secretaria Judiciária (SJ): 1 projeto; Assessoria de Planejamento Estratégico e de Eleições (ASSPE): 1 projeto.

CORREGEDORIA REGIONAL

A Corregedoria Regional Eleitoral de São Paulo é a unidade do TRE responsável pela fiscalização da regularidade dos serviços eleitorais e pela orientação das rotinas a serem observadas pelos cartórios eleitorais de todo o Estado.

Ao corregedor compete o exercício cumulativo da Vice-Presidência e da Corregedoria Regional Eleitoral.

MISSÃO

Velar pela regularidade dos serviços eleitorais, assegurando a correta aplicação de princípios e normas.

VISÃO

Ser reconhecido como órgão responsável pela promoção da exceleência na prestação de serviços eleitorais

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Realizar anualmente correições nos cartórios eleitorais
- Realizar inspeções nos cartórios eleitorais
- Orientar, treinar e fiscalizar os atos cartorários
- Processar as reclamações contra juízes, chefes e funcionários dos cartórios eleitorais
- Fiscalizar o Cadastro Eleitoral

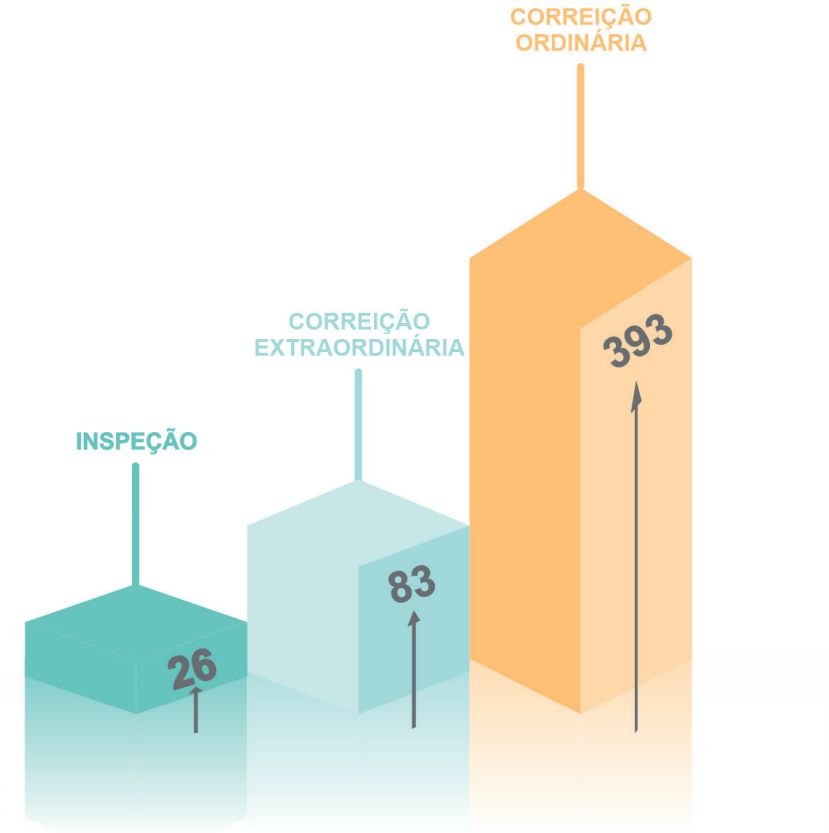
CORREIÇÕES E INSPEÇÕES - 2021

CORREIÇÕES ORDINÁRIAS

A correição ordinária consiste na fiscalização das atividades cartorárias de forma periódica, seguindo-se os critérios estabelecidos pela própria Corregedoria Regional.

INSPEÇÕES

As inspeções são realizadas nos cartórios eleitorais quando previstas no cronograma anual de atividades da Corregedoria ou quando o corregedor tomar conhecimento da ocorrência de irregularidades na prestação dos serviços eleitorais. Podem ser realizadas in loco, com a presença de servidores da Corregedoria nas zonas eleitorais, ou virtualmente, por meio de videoconferência.



INSPEÇÃO VIRTUAL MULTIDISCIPLINAR

A iniciativa ‘’Inspeção Virtual Multidisciplinar’’ foi premiada com o Selo de Boas Práticas CGE/TSE de 2021, sendo uma das seis Corregedorias selecionadas para receber o selo. A condecoração é fruto da criação do Portal de Boas Práticas da Corregedoria-Geral Eleitoral (CGE) e do Selo de Boa Prática CGE/TSE pelo TSE, em abril de 2021, e tem o intuito de ampliar a gestão do conhecimento no âmbito das Corregedorias Regionais Eleitorais, disseminar iniciativas e projetos inovadores, melhorando a gestão e a prestação jurisdicional. Foram ao todo 26 inspeções virtuais multidisciplinares em 2021 por força do impedimento à realização presencial devido à pandemia de Covid-19, acrescentando rapidez e economia de recursos em sua realização.

O caráter multidisciplinar decorre da participação de servidores de outras áreas técnicas do Tribunal, como da Seção de Urnas e da Assistência Social da Coordenadoria de Atenção à Saúde. Foi publicada a resolução TSE nº 23.657/2021 e o provimento CGE 7/2021, prevendo a realização da inspeção presencial, virtual e semipresencial. No ano de 2022 já foi aprovada a realização de dez inspeções presenciais e dez virtuais, utilizando o novo Sistema de Inspeções e Correições da Justiça Eleitoral (Sinco).

IMPLEMENTAÇÃO DO INFODIP NACIONAL

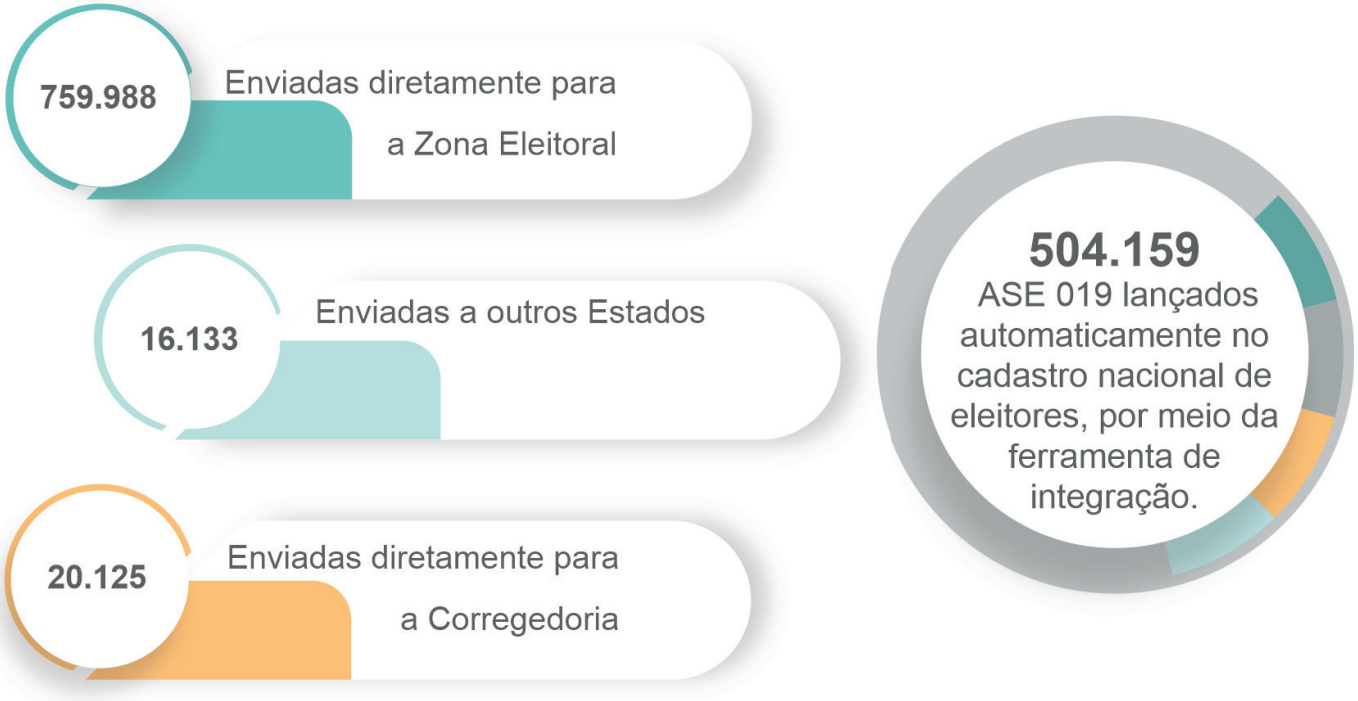
O Infodip - Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos - tem por finalidade facilitar o envio e o processamento de informações referentes a óbitos, a condenações por improbidade administrativa e a outras situações que impactem no gozo dos direitos políticos.

Para os óbitos, a implementação representa a migração de sistema previamente operante no TRE-SP, o CODIPEL, implementado em 2015 em convênio com a Arpen-SP. Com a expedição da portaria conjunta TSE/CNJ nº 1 de 11/03/21, que estabeleceu os marcos nacionais para implementação do Infodip, nos termos da resolução conjunta TSE/CNJ nº 6/2020, a Corregedoria do TRE-SP estruturou projeto para sua implantação (SEI nº 15488-87.2021) e, a partir de sua nacionalização, em 25/10/2021, foi disponibilizado o módulo regional em ambiente de produção, com uso restrito para recebimento das comunicações dos demais Tribunais. Para os cartórios eleitorais foi elaborado minucioso roteiro para uso e tratamento das comunicações, em constante melhoria conforme demandas de suporte dos usuários. Além disso, a Corregedoria tem acompanhado o uso do sistema, de forma a garantir o tratamento das comunicações dentro dos critérios técnicos e normativos.

Nesta etapa inicial de implantação, a Corregedoria tem participado de reuniões semanais com o gestor do projeto no TSE e com os Tribunais do Paraná, Ceará, Santa Catarina e Sergipe, o que tem possibilitado a troca de experiências e a apresentação de sugestões de melhorias para a ferramenta, inclusive com sugestões de criação de relatórios gerenciais que viabilizem a atuação da Corregedoria no monitoramento do tratamento das comunicações e lançamentos efetuados no cadastro nacional. A par dessas atividades, a Corregedoria, em gestão colaborativa com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, vem estudando as melhores possibilidades para a integração dos dados no sistema.

SISTEMA CODIPEL

A auditoria no tratamento das comunicações de óbito recebidas pelo sistema Codipel é realizada mensalmente por meio de relatórios gerados pelo sistema, que se destinam ao acompanhamento da recepção e processamento dos óbitos. O procedimento permite averiguar as comunicações sem andamento, descartadas indevidamente e concluídas sem lançamento de ASE 019, possibilitando a atuação direta nos cartórios responsáveis, visando não somente a correção das falhas, como também a orientação dos usuários no correto uso da ferramenta.



PROJETO DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

A Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabeleceu, para o ano de 2021, a Diretriz Estratégica 1, determinando às corregedorias de todos os segmentos de justiça que identificassem e desenvolvessem um plano de trabalho para o aperfeiçoamento das unidades jurisdicionais com maior dificuldade em atingir as Metas Nacionais 1 e 2 ou com recorrente excesso de prazo de conclusão. Em face desta demanda, neste Regional, a Corregedoria elaborou o Projeto Diretriz Estratégica 1 para verificação periódica do desempenho das zonas eleitorais, observando-se os prazos limites estabelecidos em cronograma fixado pelo CNJ. Foi efetuado o levantamento do acervo processual dos cartórios eleitorais, com primazia dos processos que compõem a medição das Metas Nacionais 1 e 2 e, ainda, daqueles em que é recorrente o excesso de prazo de conclusão para a prática dos atos processuais.

De posse desses dados estatísticos, foi realizada análise conjuntural das unidades com os maiores índices, para seleção de 20 unidades a serem acompanhadas pela Corregedoria, de modo a detectar as causas da morosidade no andamento dos feitos sob custódia e, ainda, entraves ao não cumprimento dos prazos nas conclusões para a prática dos atos processuais.

Foram nomeados tutores dentre servidores da Corregedoria, para acompanhamento e monitoramento do desempenho dos cartórios eleitorais selecionados, de forma a proporcionar uma maior aproximação com os cartórios e melhor entendimento das dificuldades enfrentadas. O projeto consta do processo SEI nº 0016732-51.2021.6.26.8000, com o seguinte cronograma:

PROJETO MIGRAÇÃO DOS PROCESSOS FÍSICOS DE 1º GRAU PARA O SISTEMA DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

Para atendimento do quanto determinado na portaria TSE nº 247/2020, foi expedido o provimento CRE-SP nº 01/2021, que trouxe o regramento para a migração do acervo de processos físicos dos cartórios eleitorais para o PJe (processo judicial eletrônico) e instruções dos procedimentos para a referida tarefa.

Foram elaborados pela Corregedoria roteiro prático e cronograma para a migração (anexo I do provimento supracitado), os quais constam do processo SEI nº 0004125-06.2021.6.26.8000. Todavia, considerando os impactos negativos causados pela pandemia do Covid-19, e considerando análise individual da situação das unidades eleitorais, o cronograma de migração foi prorrogado, por meio do provimento CRE-SP nº 2/2021, prevendo a conclusão do projeto em março de 2022.

Realizou-se, ainda, no decorrer do ano de 2021, o acompanhamento da migração no 1º grau, bem como foram expedidas orientações às zonas eleitorais . Além disso, foi elaborado o plano de conclusão dos trabalhos a ser informado ao Conselho Nacional de Justiça, conforme determinado na resolução CNJ nº 420/2021.

Em 15/12/2021, a Corregedoria do TRE-SP tem registrado um total de:

250
processos tramitando pendentes de migração.

APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

A apuração de ilícitos administrativos tem seu início através de denúncia, representação, realização de correição, entre outros meios. A autoridade competente, que pode ser o juiz eleitoral, o corregedor regional eleitoral, o diretor-geral ou o presidente do TRE, diante do indício de prática de infração, determina a instauração da sindicância ou de processo administrativo disciplinar e designa comissão para apurar o caso.

Os processos administrativos disciplinares e as sindicâncias seguem o rito da lei nº 8.112/1990 e têm o propósito de averiguar dano ao erário, fraudes ou corrupção. Em agosto de 2021, foi autuado um pedido de providências com vista à apuração e acompanhamento de investigações relativas a ilícito administrativo.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU, CONTEMPLANDO AS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES ATENDIDAS E PENDENTES DE CUMPRIMENTO

Secretaria de Administração de Materiais

As recentes decisões ou representações do TCU com reflexos diretos na Coordenadoria de Licitações e Contratos e em suas unidades subordinadas foram relatadas nos processos abaixo mencionados:

Processo: SEI 0040744-66.2020.6.26.8000 (licitação eleições 2020 – transporte de urnas – tríduo)

Processo: SEI 0042113-95.2020.6.26.8000 (requisitados – serviços de limpeza em cartórios – contratações de terceirização para prestação de serviços de limpeza e conservação)

Processo: SEI 0034834-24.2021.6.26.8000 (licitação de café – pregão 62/2020 – processo licitatório SEI 0040289-04.2020.6.26.8000)

Processos conexos:

Representação TCU – pregão 62/2020

Processo principal da licitação SEI 0066434-34.2019.6.26.8000

Processo de apuração de penalidades SEI 0040289-04.2020.6.26.8000

As duas primeiras acima já foram objeto do relatório de gestão 2021 (ano-base 2020), conforme e-mail e texto anexos.

O acórdão 14413/2021 TCU – 2ª Câmara recebido na Secretaria de Administração de Materiais, em setembro de 2021, que ensejou a instauração do SEI 0034834-24.2021.6.26.8000, versa sobre a licitação no pregão eletrônico PEF 62/2020 (destinado ao registro de preços para aquisição de café em grãos e materiais de limpeza, copa e cozinha), cujo processo no TCU foi instaurado por provocação da empresa Bidden Comercial Ltda (licitante participante do pregão acima).

Em apertada síntese, a empresa deduziu a pretensão para o TCU avaliar a legalidade dos atos da pregoeira que conduziu a licitação, em razão da recusa de intenção de recurso no curso da sessão pública do pregão e, também, pela posterior abertura de processo sancionatório, que culminou com a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União por 15 dias (lei n. 10.520/02, art. 7º), pela não apresentação do recurso administrativo no certame, após reconsideração do ato de recusa, decorrente do exercício do princípio da autotutela administrativa.

A conclusão do relatório técnico foi para não ser conhecida a representação. Confira-se:

"(...) 21. Conclui-se, assim, por propor que não seja conhecida a presente representação, haja vista a ausência de interesse público nas questões levantadas e por tratar de interesse particular de terceiro para o qual a jurisdição do TCU não se presta a tutelar. (...)"

E o v. acórdão assim decidiu:

"(...) a) não conhecer a presente documentação como representação, visto não estarem presentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 113, § 1º, da lei 8.666/1993, no art. 237, do Regimento Interno deste Tribunal e/ou no art. 103, § 1º, da resolução - TCU 259/2014;

b) informar ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e à representante a prolação do presente acórdão, destacando que seu conteúdo pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos; e

c) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 235, parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal, e do art. 105 da resolução - TCU 259/2014, alterada pela resolução-TCU 323/2020. (...)"

Desta forma, em razão da natureza do desfecho do v. acórdão, não houve providências a adotar, para além da ciência dos pregoeiros.

Secretaria de Gestão de Pessoas

Processo: SEI 0024330-56.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU 1538/2021 – Plenário

Adequação do valor da pensão civil, de modo que a soma dos proventos de aposentadoria e de pensão civil percebidos sejam limitados ao teto estabelecido pelo art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, em atendimento ao disposto no Tema 359, de repercussão geral, exarado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 602.584.

Processo: SEI 0017635-86.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU 565/2021 – Plenário

Identificação dos aposentados e pensionistas que recebam a vantagem denominada "opção", prevista no art. 193 da lei 8.112/1990, e regularização do pagamento, no prazo de 180 dias, para supressão da parcela, nos casos de concessões inferiores a cinco anos, ou transformação da rubrica em vantagem pessoal nominalmente identificada, quando os atos de concessão tenham sido julgados legais ou considerados tacitamente registrados pelo TCU há mais de cinco anos.

Os prazos estão suspensos em razão do pedido de reexame interposto pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF (Sindjus-DF) no processo TC n. 035.933/2019-4 (processo SEI 0018942-75.2021.6.26.8000), com concessão de efeito suspensivo, com notificação a este Tribunal por meio do ofício TCU/Seproc n. 24.682/2021.

Processo: SEI 0025752-66.2021.6.26.8000 - acórdão TCU 1414/2021 – Plenário

Recadastramento no sistema e-Pessoal dos atos de pessoal do sistema Sisac registrados tacitamente com entrada no TCU há menos de 9,5 anos.

A relação dos atos do sistema Sisac que se encontravam na situação descrita foram devolvidos via módulo indícios do sistema e-Pessoal, e recadastrados no prazo determinado, com exceção daqueles cujos interessados faleceram ou que não estivessem dando azo a pagamentos.

Julgamentos ilegais de aposentadorias e pensões:

Processo SEI 0038010-11.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU nº 17498/2021 - Primeira Câmara

Supressão do pagamento da vantagem denominada "opção", prevista no art. 193 da lei nº 8.112/1990.

Encaminhamento de novo ato de pessoal livre de irregularidades via sistema e-Pessoal.

Processo SEI 0011888-58.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU nº 3032/2021 - Segunda Câmara

Supressão do pagamento da vantagem denominada "opção", prevista no art. 193 da lei nº 8.112/1990.

Destaque das parcelas de quintos incorporadas com amparo em função comissionada exercida entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-os em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 638.115/CE.

Encaminhamento de novo ato de pessoal livre de irregularidades via sistema e-Pessoal.

Processo SEI 0005035-33.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU nº 89/2021 - Primeira Câmara; Processo SEI 0013453-57.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU nº 4075/2021 - Primeira Câmara

Destaque das parcelas de quintos incorporadas com amparo em função comissionada exercida entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-os em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 638.115/CE.

Processo SEI nº 0013448-35.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU nº 4076/2021 - Primeira Câmara;

Processo SEI nº 0014279-83.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU nº 4658/2021 - Segunda Câmara;

Processo SEI nº 0016530-74.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU nº 6299/2021 - Segunda Câmara;

Processo SEI nº 0017877-45.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU nº 7372/2021 - Segunda Câmara;

Processo SEI nº 0019157-51.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU nº 7617/2021 - Segunda Câmara;

Processo SEI nº 0021574-74.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU nº 8130/2021 - Segunda Câmara;

Processo SEI nº 0027420-72.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU nº 10249/2021 - Primeira Câmara;

Processo SEI nº 0027422-42.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU nº 9746/2021 - Segunda Câmara;

Processo SEI nº 0029208-24.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU nº 10658/2021 - Primeira Câmara;

Processo SEI nº 0029883-84.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU nº 10982/2021 - Primeira Câmara;

Processo SEI nº 0030048-34.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU nº 11101/2021 - Primeira Câmara;

Processo SEI nº 0030042-27.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU nº 11171/2021 - Primeira Câmara;

Processo SEI nº 0029827-51.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU nº 11180/2021 - Primeira Câmara;

Processo SEI nº 0031022-71.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU nº 10847/2021 - Segunda Câmara;

Processo SEI nº 0030783-67.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU nº 11296/2021 - Primeira Câmara;

Processo SEI nº 0032013-47.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU nº 10913/2021 - Segunda Câmara;

Processo SEI nº 0031886-12.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU nº 11131/2021 - Segunda Câmara;

Processo SEI nº 0032447-36.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU nº 11524/2021 - Primeira Câmara;

Processo SEI nº 0032454-28.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU nº 11526/2021 - Primeira Câmara;

Processo SEI nº 0033180-02.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU nº 12756/2021 - Primeira Câmara;

Processo SEI nº 0033975-08.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU nº 13341/2021 - Primeira Câmara;

Processo SEI nº 0033968-16.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU nº 13381/2021 - Primeira Câmara;

Processo SEI nº 0034125-86.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU nº 14415/2021 - Segunda Câmara;

Processo SEI nº 0034632-47.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU nº 14432/2021 - Segunda Câmara;

Processo SEI nº 0034849-90.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU nº 14844/2021 - Segunda Câmara;

Processo SEI nº 0037157-02.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU nº 16709/2021 - Segunda Câmara;

Processo SEI nº 0038530-68.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU nº 17747/2021 - Primeira Câmara;

Processo SEI nº 0039003-54.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU nº 17934/2021 - Segunda Câmara;

Processo SEI nº 0041782-79.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU nº 18421/2021 - Segunda Câmara - VPNI – quintos;

Processo SEI nº 0043204-89.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU nº 18395/2021 - Primeira Câmara;

Processo SEI nº 0043207-44.2021.6.26.8000 - Acórdão TCU nº 18425/2021 - Primeira Câmara

Destaque das parcelas de quintos incorporadas com amparo em função comissionada exercida entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-os em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 638.115/CE.

Encaminhamento de novo ato de pessoal livre de irregularidades via sistema e-Pessoal.

Processo SEI nº 0000329-70.2022.6.26.8000, desdobramento da análise dos cargos feita no SEI nº 0017121-36.2021.6.26.8000. Relacionado, também, ao SEI nº 0028557-89.2021.6.26.8000

Acórdão TCU nº 2976/2021 – 08/12/2021: trata das peças 229, 230 e 231 do processo TC 016.801/2020-2 (SEI nº 0028557-89.2021.6.26.8000).

Monitoramento dos Acórdãos nº 199/2011, 1.229/2014 e 2.617/2016, todos do Plenário, prolatados nos autos do TC nº 014.770/2009-9 (os dois primeiros) e do TC nº 014.541/2016-5, que visaram, em síntese, verificar a regularidade dos atos de requisição de pessoal no âmbito dos Tribunais Regionais Eleitorais.

Considerados cumpridos: os subitens 9.2 e 9.3.1. do acórdão nº 2.617/2016 e o subitem 9.1 do acórdão nº 1.229/2014.

Em cumprimento: o subitem 9.1.2 do acórdão nº 199/2011.

Sobre os acórdãos supracitados, em 2021 houve a determinação da cessação de afastamento de 91 servidores cujas atribuições do cargo ocupado no órgão de origem foram consideradas vinculadas a funções de limpeza ou de natureza análoga, conforme os processos SEI nºs .: 0045266-39.2020.6.26.8000, 0020775-31.2021.6.26.8000 e 0032134-75.2021.6.26.8000.

Além disso, foram reanalisadas outras 29 requisições cujas atribuições do cargo ocupado pelos servidores no órgão cedente poderiam ser incompatíveis com aquelas desempenhadas na Justiça Eleitoral, resultando na determinação de cessação de afastamento de 10 requisitados, conforme processos SEI nº 0032811-08.2021.6.26.8000 e nº 0003876-05.2022.6.26.8070.

SEI nº 0001073-02.2021.6.26.8000

Acórdão nº 1345/2020- TCU-Plenário, ofício nº 0447/2021-TCU/Seproc, Processo TC nº 025.106/2019-8.

Limites de vagas das zonas eleitorais e quantitativo de requisitados de 2016 até 2020; tempo de requisição no último dia de 2020, dividido entre órgãos das três esferas públicas (municipal, estadual e federal); número de requisitados na Secretaria em contraposição ao de efetivos; tempo de requisição daqueles lotados na Secretaria e total de efetivos e requisitados de 2016 até 2020.

No processo SEI nº 0005068-23.2021.6.26.8000 que tratou do levantamento do número de vagas atribuídas às zonas eleitorais (eleitorado total X eleitores aptos), e resultando na devolução de servidores requisitados excedentes acima do limite de servidores requisitados autorizados pela resolução TSE nº 23.523/2017 (despachos – doc SEI nºs. 2620865 e 2776738).

Processo SEI nº 0022921-45.2021.6.26.8000, desdobramento do processo SEI nº 0068225-38.2019.6.26.8000 (ofício nº 4710/2019- TCU/Sefip, de 13/9/2019)

Ofício nº 33.314/2021-TCU/Seproc, processo TC nº 001.084/2020-8, acórdão nº 1421/2021-TCU-Plenário, de 16/06/2021.

Encaminhado ao Tribunal de Contas o ofício TRE-SP nº 1.572/2021, que em seu teor ratifica o cumprimento dos prazos das requisições e da obrigatoriedade de cumprimento do estágio probatório pelos servidores requisitados, nos termos da resolução TSE nº 23.523/2017, alterada pela resolução TSE nº 23.643/2021, bem como na análise dos pedidos de requisição, a consideração aos eventuais problemas enfrentados pelos órgãos cedentes. Outrossim, foram prestados esclarecimentos sobre a cessão de servidores, de acordo com o inciso I do art. 93 da lei nº 8.112/1990 c/c o § 1º do art. 3º do decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, assim como a inexistência de cessões que violem o art. 20, § 3º, da lei nº 8.112/1990 c/c art. 16 do decreto nº 9.144/2017 (atual art. 4º do decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021).

APRESENTAÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ 06.302.492/0001-56, com sede no município de São Paulo - SP, é órgão integrante do Poder Judiciário, conforme artigo 92 da Constituição Federal, cujas competências estão definidas nos artigos 29 e 30 do Código Eleitoral (lei nº 4.737, de 15/07/1965) e em seu Regimento Interno.

No exercício de sua missão, este órgão, sob a ótica administrativa, trata do planejamento, execução e apuração das eleições oficiais para preenchimento de cargos públicos eletivos, da fiscalização da propaganda eleitoral, da expedição de diploma para candidatos eleitos, bem como das consultas populares, por exemplo, e, no plano jurisdicional, trata dos pedidos de registro de candidaturas, do julgamento de ações relativas à impugnação de candidaturas, arguições de inelegibilidade, propaganda eleitoral irregular, crimes eleitorais, entre outros.

Estas e outras informações relevantes a respeito do TRE-SP relacionadas com suas funções, estrutura, atividades e outras notícias podem ser encontradas no site https://www.tre-sp.jus.br

As Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, do exercício de 2021, extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a lei 4.320/64, a lei complementar 101/2000 (LRF), as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

A conformidade contábil das demonstrações é realizada de acordo com os procedimentos descritos no manual SIAFI. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI, que é o sistema do Governo Federal em que são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxo de Caixa e Demonstração das Variações Patrimoniais e suas notas explicativas, regidos pela lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor e o Manual SIAFI, relativas ao exercício de 2021, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022.

Abelardo Moreira Cruz

Contador – CRC Nº 182952-O/0

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

Em R$

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE		14.598.692	26.745.861
Caixa e Equivalentes de Caixa	NE 01	2.876.332	15.711.976
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	NE 02	2.792.988	4.003.027
Estoques	NE 03	8.929.371	7.030.857
ATIVO NÃO CIRCULANTE		259.713.671	210.812.592
Imobilizado	NE 04	258.099.816	208.749.754
Bens Móveis		118.051.151	84.002.645
Bens Móveis		201.720.580	166.078.535
(-) Depreciação Acumulada		-83.669.429	-82.075.891
Bens Imóveis		140.048.665	124.747.109
Bens Imóveis		140.333.234	124.993.840
(-) Depreciação Acumulada		-284.569	-246.730
Intangível	NE 05	1.613.855	2.062.838
Softwares		3.983.455	3.977.975
(-) Amortização Acumulada		-2.369.600	-1.915.137
TOTAL DO ATIVO		274.312.364	237.558.453

Fonte: Siafi - NE: Nota explicativa

Em R$

PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE		15.141.447	41.969.214
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	NE 06	13.233.966	41.788.931
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	NE 07	1.850.361	148.868
Demais Obrigações a Curto Prazo		57.120	31.415
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
TOTAL DO PASSIVO		15.141.447	41.969.214
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Resultados Acumulados		259.170.917	195.589.240
Resultado do Exercício		18.360.065	20.841.334
Resultados de Exercícios Anteriores		195.589.240	172.616.319
Ajustes de Exercícios Anteriores	NE 08	45.221.612	2.131.587
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		259.170.917	195.589.240
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		274.312.364	237.558.453

Fonte: Siafi - NE: Nota explicativa

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

Em R$

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO ATIVO		**2021**	**2020**
Ativo Financeiro		2.876.332	15.711.976
Ativo Permanente		271.436.031	221.846.477
TOTAL		274.312.363	237.558.453
ESPECIFICAÇÃO PASSIVO		2021	2020
Passivo Financeiro		10.190.780	26.203.161
Passivo Permanente		13.180.255	41.587.791
TOTAL		23.371.035	67.790.952
SALDO PATRIMONIAL		250.941.328	169.767.501

Quadro de Compensações

ESPECIFICAÇÃO ATIVO	**NE**	**2021**	**2020**
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS		4.428.534	4.285.853
Atos potenciais Ativos- Garantias e Contragarantias	**NE 09**	4.428.534	4.285.853
TOTAL		4.428.534	4.285.853
ESPECIFICAÇÃO PASSIVO		2021	2020
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS	**NE 10**	106.262.957	65.506.624
Garantias e Contragarantias		106.262.957	65.506.624
TOTAL		**106.262.957**	**65.506.624**

Fonte: Siafi – NE: Nota explicativa

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	**SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO**
Recursos Ordinários	-7.573.956
Recursos Vinculados	259.509
TOTAL	-7.314.447

Fonte: Siafi

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Em R$

	NE	**2021**	**2020**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		904.993.746	980.540.806
Transferências e Delegações Recebidas	NE 11	872.318.540	909.308.282
Outras Transferências e Delegações Recebidas	NE 12	1.041.075	18.257.608
Reavaliação de Ativos	NE13	15.176.771	32.738.946
Ganhos com Incorporação e Alienação de Ativos	NE14	2.022.771	2.687.719
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	NE 15	14.434.588	17.548.252
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		886.633.681	959.699.473
Pessoal e Encargos	NE 16	591.709.040	597.903.123
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	NE 16	197.650.264	199.143.751
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	NE 17	71.668.054	137.891.121
Transferências e Delegações Concedidas	NE 18	24.394.254	20.022.863
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		666.660	4.467.362
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		545.409	271.252
RESULTADO PATRIMONIAL PERÍODO = (a-b)		18.360.065	20.841.334

Fonte: Siafi – NE: Nota explicativa

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Em R$

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2021							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		**852.944.919**	**850.714.228**	**849.972.924**	**842.617.277**	**842.310.732**	**1.741.304**
Pessoal e Encargos Sociais		734.282.318	755.362.354	753.286.817	750.099.307	750.099.307	2.075.537
Outras Despesas Correntes		118.662.601	95.351.874	95.686.107	92.517.970	92.211.424	-334.233
DESPESAS DE CAPITAL		**327.712**	**18.404.625**	**18.404.051**	**17.502.332**	**17.389.691**	**574**
Investimentos		327.712	**18.404.625**	**18.404.051**	**17.502.332**	**17.389.691**	**574**
TOTAL	**19**	**853.272.631**	**869.118.853**	**867.376.975**	**860.119.609**	**859.700.422**	**1.741.878**

Fonte: Siafi

NE: Nota explicativa

Em R$

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS						
NE 20	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 2020	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo em 31.12.2021
Restos a Pagar Não Processados	2.364.700	23.657.294	21.786.293	21.344.664	2.272.960	2.404.371
Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados	32.112	117.641	0	96.936	0	52.817
TOTAL	**2.396.812**	**23.774.935**	**21.786.293**	**21.441.600**	**2.272.960**	**2.457.188**

Fonte: Siafi **NE: Nota explicativa**

BALANÇO FINANCEIRO

Em R$

BALANÇO FINANCEIRO			
INGRESSOS	NE 21	2021	2020
Transferências Financeiras Recebidas		872.318.540	909.308.282
Recebimentos extraorçamentários		22.290.608	41.371.509
Total dos Ingressos		**894.609.148**	**950.679.791**
Saldo de Caixa e equivalente de Caixa do Exercício Anterior		15.711.976	1.742.333
Total dos Ingressos e Saldo de Caixa		**910.321.124**	**952.422.124**

DISPÊNDIOS	NE 22	2021	2020
Despesas Orçamentárias		867.376.975	912.305.786
Transferências Financeiras Concedidas		18.603.797	18.166.871
Pagamentos extraorçamentários		21.464.020	6.237.491
Total dos Dispêndios		**907.444.792**	**936.710.148**
Saldo de Caixa e equivalente de Caixa para o Exercício Seguinte		2.876.332	15.711.976
Total dos Dispêndios e Saldo de Caixa		**910.321.124**	**952.422.124**

Fonte: Siafi **NE: Nota explicativa**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Em R$

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
		2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		5.515.449	18.528.458
INGRESSOS	NE 23	886.932.595	926.928.520
Outros Ingressos das Operações		886.932.595	926.928.520
Ingressos Extraorçamentários		48.045	71.067
Transferências Financeiras Recebidas		872.318.539	909.308.282
Arrecadação de Outra Unidade		14.566.011	17.541.823
Demais recebimentos		0	7.349
DESEMBOLSOS	NE 24	881.417.147	908.400.062
Pessoal e Demais Despesas		771.687.502	802.661.934
Judiciário		592.223.745	621.593.539
Previdência Social		179.463.757	181.068.395
Encargos Especiais		-	-
Transferências Concedidas		91.103.427	87.501.981
Intragovernamentais		91.103.427	87.501.981
Outros Desembolsos das Operações		18.626.217	18.236.148
Dispêndios Extraorçamentários		22.420	69.276
Transferências Financeiras Concedidas		18.603.797	18.166.871
Demais pagamentos		0	0
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		18.351.093	4.588.815
DESEMBOLSO	NE 24	18.351.093	4.558.815
Aquisição de Ativo Não Circulante		18.345.613	4.378.015
Outros Desembolsos de Investimentos		5.480	180.800
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		12.835.644	13.969.643
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial		15.711.976	1.742.333
Caixa e Equivalente de Caixa Final		2.876.332	15.711.976

Fonte: Siafi – NE: Nota Explicativa

Os quadros acima – representativos do Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxo de Caixa e Demonstração das Variações Patrimoniais – evidenciam resumidamente os valores extraídos destas demonstrações financeiras, as quais estão apresentadas em sua íntegra no endereço eletrônico https://www.tre-sp.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/demonstracoes-contabeis-2.

NOTAS EXPLICATIVAS

BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, do exercício de 2021, foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a lei 4.320/64, a lei complementar nº 101/2000 (LRF), as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, incluindo as Notas Explicativas, são as seguintes:

- Balanço Patrimonial (BP)
- Balanço Orçamentário (BO)
- Balanço Financeiro (BF)
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Considerando as premissas dos normativos vigentes e do modelo do PCASP, a seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados:

1. MOEDA FUNCIONAL: A moeda funcional utilizada pelo TRE-SP é o Real.
2. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA - Neste Tribunal os valores registrados nesta conta são principalmente os liberados por meio de limite de saque com vinculação destinados aos pagamentos das despesas (pessoal e com manutenção de suas atividades) e relativos aos depósitos de garantia – caução. São mensurados e avaliados pelo valor original e quando aplicável, acrescidos de rendimentos até a data das demonstrações contábeis.
3. CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO - São mensurados e avaliados pelo

valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. Compreende os direitos a receber de curto prazo, tais como: Adiantamentos de férias, de auxílio-alimentação e de auxílio-transporte, pagos antecipadamente, salários e ordenados – pagamento antecipado de salário solicitado pelo servidor quando de suas férias, suprimento de fundos.

4. ESTOQUES - Os estoques representam os bens de consumo necessários à manutenção das atividades do Tribunal. O método para mensuração e avaliação das entradas dos estoques é o valor de aquisição e o das saídas é o custo médio ponderado.

5. IMOBILIZADO - Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades e é segregado em bens móveis e bens imóveis. É reconhecido inicialmente, com base no valor de aquisição, construção ou produção. Os bens ficam sujeitos à depreciação (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação. Nos bens imóveis, os valores das Edificações e dos Terrenos são atualizados anualmente, conforme a variação do custo unitário básico (CUB) e a planta de valores genéricos (PVG) dispostas no art. 4º, inc. I e § 1º da Portaria Conjunta STN/SPU nº 703, de 10/12/2014.

6. INTANGÍVEIS – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. São registradas nesta conta as aquisições de licenças de uso de softwares para compor os equipamentos de informática do TRE-SP. São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção. Estes valores de aquisições sofrem amortizações de acordo com a expectativa do tempo de uso desses softwares.

7. DEPRECIAÇÃO – Bens Móveis - O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis utilizado é o das quotas constantes e a tabela de vida útil e valor residual adotada, por conta contábil, é a indicada no Manual SIAFI - 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. e Fund. Bens Imóveis: O valor da depreciação dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet, utilizando-se para tanto o método da Parábola de Kuentzle (art 7º da portaria conjunta STN/SPU nº 703, de 10/12/2014). O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União utilizado pelos órgãos federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis, e a depreciação é iniciada no momento que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil é definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

8. AMORTIZAÇÃO: Os valores de aquisições (softwares) sofrem amortizações de acordo com a expectativa do tempo de uso e são registrados mensalmente em despesas em contrapartida à conta de amortização acumulada.

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVID. E ASSIST. A PAGAR – Compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como os benefícios aos quais o servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões, encargos a pagar e benefícios assistenciais.

10. REAVALIAÇÃO - Bens Móveis: A reavaliação é efetuada utilizando-se o valor justo ou o valor de mercado para bem semelhante. Bens Imóveis: As reavaliações dos bens imóveis seguem as diretrizes da portaria conjunta STN/SPU nº 703/2014.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: É constituído, basicamente, pelo resultado do exercício e pelos resultados e ajustes de exercícios anteriores.

12. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES: Registram o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

13. RESULTADO PATRIMONIAL: Sua apuração implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). Se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial; caso contrário, será Déficit Patrimonial. São reconhecidos pelo regime de competência. A exceção se refere às transferências recebidas e às transferências concedidas, que seguem o regime de caixa, o que é permitido de acordo com o plano de contas aplicado ao setor público (PCASP).

14. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO: Representa o confronto entre as Receitas Orçamentárias realizadas e as Despesas Orçamentárias empenhadas. O Superávit/ Déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O regime orçamentário adotado é Regime de Arrecadação para as Receitas e Regime de Empenho para as Despesas, de acordo com o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

15. RESULTADO FINANCEIRO: Representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício, podendo ser evidenciada a sua apuração no Balanço Financeiro.

ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS CONTÁBEIS

De acordo com o Manual Siafi código 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, os registros dos aumentos referentes à reavaliação de ativos passaram a ser realizados à conta contábil de Reserva de Reavaliação, constante no Patrimônio Líquido.

Em junho de 2021, a Secretaria do Tesouro Nacional atualizou a Macrofunção Siafi de Reavaliação de Bens Móveis para se adequar às determinações do MCASP 8ª edição.

Segundo o MCASP, para as contas de 2021 em diante, não cabe mais registrar reavaliações de bens móveis nas contas de resultado dos órgãos, mas antes serão registradas como reservas de reavaliação.

Ressalta-se que essa contabilização ainda não foi alterada no Sistema SPIUnet referente às reavaliações de Imóveis de Uso Especial da União.

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 01 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Esta conta é composta, principalmente, pela rubrica Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, em que são demonstrados os recursos recebidos de acordo com o orçamento aprovado e o seu saldo no final do exercício de 2020 e 2021 estão assim distribuídos:

Em R$

Fonte/Vinculação de pagamento	2021	2020
100/310 - PAGAMENTO PESSOAL	361.840	335.116
100/400 - CUSTEIO/INVESTIMENTO - RESUL.PRIM =2	1.997.029	14.300.195
100/510 - FOLHA - CUSTEIO OBRIGATÓRIO - RESUL.PRIM.=1	60.158	278.400
127/400 - CUSTEIO/INVESTIMENTO - RESUL.PRIM = 2	149.839	437.866
151/510 - FOLHA - CUSTEIO OBRIGATÓRIO - RESUL.PRIM.=1	25.123	176.968
169/310 - PAGAMENTO PESSOAL	225.303	148.297
190/990 - PAGAMENTO PESSOAL	160	3.721
Subtotal	2.819.452	15.680.562
Caixa Econômica Federal - Caução	56.880	31.414
Saldo em 31.12.2021	2.876.332	15.711.976

Fonte: Siafi

Os saldos constantes nos finais dos exercícios de 2021 e 2020, respectivamente, os saldos de R$ 2,8 milhões e R$ 15,7 milhões, foram reservados, principalmente, em virtude de despesas orçamentárias inscritas em Restos a Pagar, que ainda não foram pagas em seus respectivos exercícios.

A maior variação verificada em 2020 se deu em decorrência de ser ano eleitoral, razão pela qual um volume maior de despesas é inscrito em restos a pagar se comparado a um ano não eleitoral, no caso 2021.

NOTA 2 - CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Em 31/12/2021 o TRE-SP apresentou o saldo de R$ 2,79 milhões, assim distribuídos:

Contas	2021	2020	AH (%)
Adiantamento de Férias	-	1.289.646	-100,00%
Salários e Ordenados – Pagamento antecipado	357.142	235.502	51,65%
Adiantamento Auxílio-Alimentação	1.884.486	1.857.350	1,46%
Adiantamento Auxílio-Transporte	5.918	7.404	-20,07%
Suprimento de Fundos – Adiantamento	30.000	50.000	-40,00%
Crédito a Receber - Folha de Pagamento	325.668	370.773	-12,17%
Crédito a Receber por Dolo, Má-fé ou Fraude	4.576	4.576	0,00%
Créd Receber por de Desfalque ou Desvio	143.281	134.323	6,67%
Crédito a Receber Decorrentes de Infrações	1.854	1.675	10,69%
Créd; Receber por Cessão de Pessoal – Munic.	40.063	51.778	-22,63%
Total	**2.792.988**	**4.003.027**	**-30,23%**

Fonte: Siafi

Os valores constantes nesta conta compreendem os direitos a receber de curto prazo, tais como: adiantamentos de férias, de auxílio-alimentação e de auxílio-transporte, pagos antecipadamente, salários e ordenados – pagamento antecipado de salário solicitado pelo servidor quando de suas férias, suprimento de fundos.

Os adiantamentos de vale alimentação e de transportes são despesas do exercício de 2022, pagas antecipadamente em 2021 e que serão contabilizadas em contas de resultados em 2022, em cumprimento ao regime contábil da competência.

A redução de 30,23% em relação ao exercício de 2020, foi devido, principalmente, ao valor de R$ 1,3 milhão de adiantamento de férias constante em 2020, reclassificado para a conta Férias a pagar em 2021.

NOTA 03 - ESTOQUES

Em 31/12/2021, o TRE-SP apresentou um saldo de R$ 8,9 milhões, assim distribuídos:

DESCRIÇÃO	2021	2020	AH (%)
Gêneros de alimentação	109.067	237.998	-54,17%
Material de acond. e embalagem	264.520	207.797	27,30%
Material de copa e cozinha	92.917	110.843	-16,17%
Material de expediente	1.557.324	1.332.909	16,84%
Material p/ higienização	568.389	463.249	22,70%
Material de proteção e segurança	643.040	629.557	2,14%
Material de TIC - consumo	3.811.504	2.716.278	40,32%
Material Elétrico	401.337	437.797	-8,33%
Material hospitalar	842.309	264.966	217,89%
Material p/ manut. bens imóveis e imóveis	232.122	215.583	7,67%
Material p/ utilização em gráfica	321.415	329.302	-2,40%
Materiais diversos	85.427	84.578	1,00%
Total	**8.929.371**	**7.030.857**	**27,00%**

Fonte:Siafi

Os bens registrados nesta conta têm a finalidade de utilização nas atividades desta Justiça Eleitoral de São Paulo.

Do valor total de R$ 8,9 milhões, em 2021, R$ 3,8 milhões (42,69%) referem-se a Materiais de Consumo de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC.

Em 2021, houve um aumento de 27% no saldo do Estoque em comparação a 2020, em decorrência, principalmente, das seguintes situações:

- **Material de acondicionamento e embalagem:** Aquisição de caixas plásticas dobráveis e empilháveis, para utilização nas próximas eleições.
- **Material de expediente:** Aquisição de fitas adesivas dupla face e de almofadas para carimbo, para uso nas próximas eleições.
- **Material para higienização:** Em 2021 houve uma regularização de incorporação de álcool em gel, recebido em doação para uso nas eleições de 2020, no valor de R$ 241 mil.
- **Material para processamento de dados:** Recebimento do TSE, de mídias de aplicação e resultado para uso na nova urna eletrônica modelo 2020.
- **Material hospitalar:** Em 2021, houve uma incorporação da sobra de máscaras descartáveis, recebidas em doação para uso nas eleições de 2020, no valor de R$ 632 mil.

NOTA 04 – IMOBILIZADO

O Imobilizado compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades deste Tribunal, e estão divididos em Bens Móveis e Imóveis, com suas respectivas depreciações acumuladas, conforme tabela a seguir:

	2021	2020	AH (%)
Imobilizado	**258.099.816**	**208.749.754**	**23,64%**
Bens Móveis	**118.051.151**	**84.002.645**	**40,53%**
Bens Móveis - Valor bruto	201.720.580	166.078.535	21,46%
(-) Depreciação Acumulada	-83.669.429	-82.075.891	1,94%
Bens Imóveis	**140.048.665**	**124.747.109**	**12,27%**
Bens Imóveis - Valor bruto	140.333.234	124.993.840	12,27%
(-) Depreciação Acumulada	-284.569	-246.730	15,34%

Fonte: Siafi

A tabela a seguir demonstra de forma resumida as variações ocorridas desde o início de 2021 nas contas dos Bens Móveis:

Bens Móveis – Variações	Em R$
SALDO EM 31.12.2020	166.078.535
(+) Entradas (Aquisições, fabricação própria e Transf. Recebidas)	18.295.560
(-) Saídas (Baixas e Transferências)	8.822.534
(+) Atualização dos valores de Urnas eletrônicas	26.002.441
(-) Redução por reavaliação de Urnas eletrônicas	36.823
(+) Bens em trânsito	203.401
(=)SALDO em 31.12.2021	201.720.580

Fonte: Siafi

Em 2021, o saldo inicial dos bens móveis, que era de R$ 166 milhões, no decorrer do exercício sofreu o acréscimo de R$ 18 milhões provenientes, principalmente, de novas entradas de bens de informática e tecnologia da informação (Microcomputadores). Houve decréscimo de R$ 9 milhões ocasionado primordialmente por doações de bens antieconômicos e inservíveis e por transferências de urnas eletrônicas para outros TREs e TSE. Ademais, ocorreu acréscimos de R$ 26 milhões por ajuste de atualização dos valores de urnas eletrônicas (R$ 41 milhões no valor bruto menos R$ 15 milhões na Depreciação Acumulada), perfazendo R$ 202 milhões no final de 2021.

O montante de R$ 1,04 milhão registrado nesta conta refere-se a transferências de urnas eletrônicas recebidas de outros Tribunais Regionais Eleitorais –TREs e do Tribunal Superior Eleitoral - TSE (R$ 606 mil) e de aparelhos telefônicos celulares e bebedouros de água recebidos em comodato (R$ 435 mil).

As transferências de bens a título gratuito (doações) de urnas eletrônicas a outros TREs e ao TSE foram registradas pelos seus valores definidos nos termos de transferências. Os valores destes bens foram atualizados em 2021, nos termos da determinação do Ofício-Circular GABDG nº 110/2021 do TSE, para promover a padronização em toda a Justiça Eleitoral.

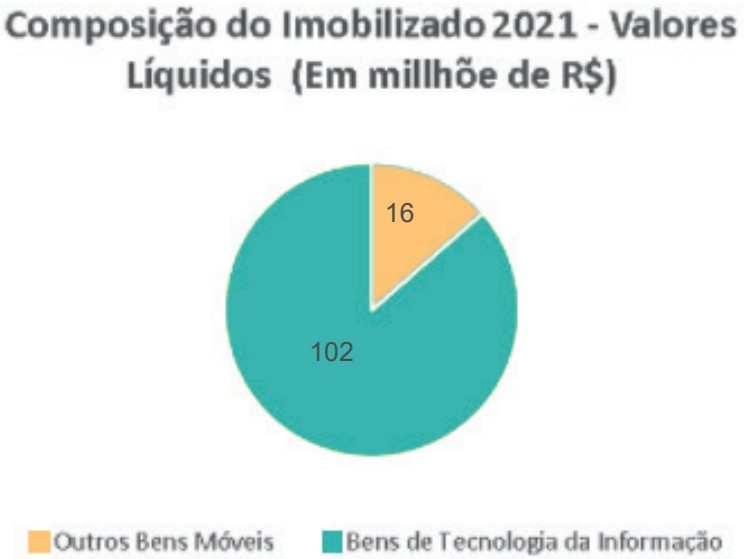
O valor de R$ 203 mil constante na rubrica “Bens em trânsito” refere-se a urnas eletrônicas transferidas em dezembro de 2021 ao TRE-TO, cujo recebimento contábil por este órgão ocorreu apenas em janeiro de 2022.

Bens Móveis por conta contábil **Em R$**

Contas	Valor Bruto 2021	Depreciação acumulada 2021	Valor Líquido 2021	Valor Líquido 2020
Ap. Medic. e Orientação	91.703	40.667	51.036	56.667
Ap. Equi.e Comunicação	1.006.689	329.268	677.421	395.514
Equip./Utens.Médicos, Odonto, Lab e Hosp	379.906	77.034	302.872	322.711
Equip. de Proteção, Seg. Socorro	1.037.762	607.149	430.613	476.973
Máq.e Equip. Industriais	4.442	3.314	1.128	1.410
Máq. e Equip. Energéticos	2.074.380	897.614	1.176.766	947.719
Máquinas e Equip. Gráficos	166.646	95.376	71.270	80.112
Máq. Ferram. Utens. de Oficina	92.259	58.666	33.593	37.067
Equip. peças P/Automóveis	7.778	7.000	778	778
Equip.Hidr.e elétricos	13.013	9.159	3.854	4.405
Máq. Utensílios e Equip. Diversos	1.861.167	655.022	1.206.145	1.267.319
Equip de Tec. Infor e Com./TIC	171.268.649	68.581.655	102.686.994	68.301.256
Apar. e Utensílios Domésticos	1.730.744	936.664	794.080	561.937
Máq. e Utensílios de Escritório	296.414	221.335	75.079	86.286
Mobiliário em Geral	14.371.136	8.110.027	6.261.109	7.214.252
Coleções e Mat. Bibliográficos	449.844	333.937	115.907	140.694
Equip. para Áudio, Vídeo e Foto	563.800	252.991	310.809	244.354
Obras de Arte e Peças Museus	67.405	0	67.405	67.405
Veículos em Geral	74.064	29.508	44.556	48.597
Veíc. Tração Mecânica	4.690.155	1.680.434	3.009.721	3.226.150
Peças não Incorp. a Imóveis	1.269.223	742.609	526.614	521.039
Bens em trânsito	203.401	0	203.401	
Total	**201.720.580**	**83.669.429**	**118.051.151**	**84.002.645**

Fonte Siafi

Dos Bens Móveis, registrados no Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo em 2021, no total do valor líquido de R$ 118 milhões, R$ 102 milhões referem-se a Bens de Informática (incluindo urnas eletrônicas), ou seja, 86% de todos os bens móveis.



Houve um aumento no valor líquido dos bens de R$ 84 milhões em 2020 para R$ 118 milhões em 2021, devido principalmente ao registro de atualização do valor patrimonial das urnas eletrônicas (modelos 2009, 2010, 2011, 2013 e 2015). Este procedimento de atualização foi adotado para corrigir os valores que estavam diferentes e promover a padronização em toda a Justiça Eleitoral.

Essa atualização foi realizada em 2021, nos termos da determinação do Ofício-Circular GABDG nº 110/2021 do TSE, em virtude da identificação de inconsistência no cálculo do valor residual, que provocaram valores subdimensionados em 2020. Os valores ajustados em 2021 foram R$ 41,6 milhões nos valores brutos e R$ 15,6 milhões na Depreciação Acumulada.

BENS MÓVEIS - DEPRECIAÇÃO ACUMULADA

O cálculo da depreciação é realizado automaticamente pelo sistema de patrimônio – ASI-WEB, tendo início a partir da data que o bem está disponível para uso e compreende o decréscimo no benefício de um bem tangível durante o período contábil decorrente de sua utilização, ou se for o caso, obsoletismo ou deterioração.

A tabela a seguir demonstra as variações ocorridas no grupo de contas de depreciação acumulada durante o exercício de 2021.

Bens Móveis – Variações - – Depreciação Acumulada	Em R$
SALDO EM 31.12.2020	82.075.891
(+) Depreciação	20.732.948
(-) Baixas (doações/Irrecuperáveis)	3.570.893
(-) Ajustes para correção e padronização de valores de urnas eletrônicas	15.568.518
(=)SALDO em 31.12.2021	83.669.428

Fonte: Siafi

A tabela de vida útil e valor residual adotada, por conta contábil, para a apuração da depreciação, é a indicada na Macrofunção SIAFI - 020330 – Depreciação e Amortização, com exceção das urnas eletrônicas registradas na conta “Equip de Tecnologia da Informação e Comunicação/TIC”, cuja vida útil é de 10 anos e porcentagem residual de 10%, conforme quadro a seguir:

Tabela de Vida útil – Bens Móveis	% Residua	Vida útil (anos)
Aparelhos de Medic. e Orientação	10	15
Aparelhos, Eq. Comunicação	20	10
Equip./Utensílios Médicos, Odonto, Lab e Hosp	20	15
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10
Máq. e Equip. Industriais	10	20
Máq. e Equip. Energéticos	10	10
Máq. quip. Gráficos	10	15
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10
Equi. Pecas e Acessórios P/Automóveis	10	5
Equip. Hidráulicos e Elétricos	10	10
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10
Equip de Tecnolog da Infor e Comunicação/TIC	10	5
Apar. e Utensílios Domésticos	10	10
Máq. Máq. e Utensílios de Escritório	10	10
Mobiliário em Geral	10	10
Coleções e Mat. Bibliográficos	0	10
Equip. para Áudio, Vídeo e Foto	10	10
Obras de Arte e Peças para Museus	0	0
Veículos em Geral	10	15
Veículos de Tração Mecânica	10	15
Peças não Incorporáveis a Imóveis	10	10

BENS IMÓVEIS

Bens imóveis

Os bens imóveis deste Tribunal, estão registrados conforme tabela a seguir:

Bens Imóveis		Em R$
	2021	2020
Bens de uso Especial Registrados no SPIUNET	**139.625.377**	**124.993.840**
Edifícios	126.120.635	112.206.452
Armazéns/Galpões	13.504.742	12.787.388
Obras em Andamento	**707.857**	**-**
Total de Bens Imóveis	**140.333.234**	**124.993.840**
(-) Depreciação Acumulada	284.569	246.730
Total Bens Móveis – Depreciação Acumulada	**140.048.665**	**124.747.109**

Fonte: Siafi

São 19 imóveis de propriedade da União à disposição do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo. Com exceção de apenas um imóvel com valor de R$ 22,5 milhões, que está passando por reformas para futura utilização, todos os imóveis do TRE-SP estão sendo utilizados no desenvolvimento de suas atividades.

Os imóveis são registrados e gerenciados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), o sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que é registrada no SIAFI pela STN.

Na conta “Obras em Andamento” constam registradas as despesas com benfeitorias de Imóveis de Propriedades da União, para instalação de Sala Cofre, no valor de R$ 707 mil reais, classificadas na conta “Obras em Andamento” e reclassificadas, em 2022, para as contas corretas “Estudos e Projetos” e” Instalações”

A tabela a seguir demonstra as movimentações ocorridas na conta Imóveis em 2021:

Bens imóveis			Em R$
	Edifícios	Armazens/Galpões	Total
Saldo em 2020	**112.206.451**	**12.787.388**	**124.993.839**
Atualização de valores	14.242.015	934.756	15.176.771
Ajuste de atualização	-327.832	-217.402	-545.234
Adição- Implantação da Sala Cofre	707.857		707.857
Soma	**126.828.491**	**13.504.742**	**140.333.234**

O montante de R$ 15,2 milhões de Reavaliação foi registrado na conta de Resultado de Reavaliação de Ativos, por meio do sistema SPIUnet, em 10/12/2021, e refere-se à atualização dos bens imóveis para adequação aos valores de mercado.

DEPRECIAÇÃO BENS IMÓVEIS

Em 2021, foi registrado como despesas de depreciação o montante de R$ 38 mil, perfazendo uma depreciação acumulada de R$ 285 mil. Notadamente a depreciação acumulada representa um valor muito baixo em relação ao valor bruto dos bens.

O valor da depreciação dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet, utilizando-se para tanto o método da Parábola de Kuentzle (art 7º da portaria conjunta STN/SPU nº 703, de 10/12/2014), registrado no Siafi pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Para compreensão da metodologia e critérios adotados na apuração dos valores de depreciação dos bens imóveis, este Tribunal manteve contato, durante o exercício de 2021 com a Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União do Ministério da Economia – SCGPU, no entanto não foi possível realizar qualquer ajuste no valor da depreciação por falta de informação administrativa.

NOTA 05 – INTANGÍVEL - SOFTWARES

O saldo do Ativo Intangível após deduzida a amortização acumulada, em 31/12/2021, totalizava R$ 1,61 milhão, conforme abaixo:

	2021	2020	AH(%)
Intangível	**1.613.855**	**2.062.838**	-21,77%
Softwares	**3.983.455**	**3.977.975**	0,14%
Vida útil definida	3.962.379	3.965.907	-0,09%
Vida útil indefinida	21.076	12.069	74,63%
(-) Amortização Acumulada	-2.369.600	-1.915.137	23,73%

Fonte: Siafi

Em 2021, houve a aquisição de um Software, no valor de R$ 5 mil (Vida Útil Indefinida) e de dois itens da conta de Vida Útil Definida, no valor de R$ 4 mil, foram reclassificados para a de Software de Vida Útil Indefinida.

Cabe destacar que apenas os bens de Vida Útil Definida sofrem amortizações pelo método linear (taxas constantes de amortização).

Com relação aos Softwares desenvolvidos internamente, ainda não há controles e formalização de procedimentos pelo setor competente que propiciem a evidenciação patrimonial desses bens.

Os valores iniciais de 2020 do valor bruto e da Amortização Acumulada dos Softwares de Vida Útil Definida sofreram as seguintes variações em 2021, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Softwares **Em R$**

Descrição	Valor Bruto	Amortização Acumulada
Saldo em 31.12.2020	**3.977.975**	**1.915.137**
(+) Aquisições – Vida Útil Indefinida	5.480	-
(-) Ajuste amortização Exerc. Anteriores	-	-1.819
(+) Despesas com amortização	-	456.282
Saldo em 31.12.2021	3.983.455	2.369.600

Tabela dos bens intangíveis - vida útil **Em R$**

Data Aquisição	Vl. Bruto em 31.12.2021	Amortização Acumulada em 31.12.2021	Vl. Líquido em 31.12.2021	Prazo de vida útil - em meses
20/12/2018	89.950	89.950	-	36
07/08/2019	12.580	9.784	2.796	36
16/04/2012	39.500	38.183	1.317	120
24/02/2012	41.500	40.808	692	120
31/01/2013	585	522	63	120
31/01/2014	19.187	15.190	3.997	120
31/01/2014	2.400	1.900	500	120
31/01/2014	443.000	350.708	92.292	120
16/12/2014	3.096	2.167	929	120
23/12/2014	56.000	39.200	16.800	120
23/12/2014	36.000	25.200	10.800	120
31/08/2015	29.250	18.525	10.725	120
22/12/2014	3.640	2.548	1.092	120
23/09/2015	6.000	3.750	2.250	120
04/01/2016	26.300	15.561	10.739	120
07/01/2016	15.120	8.946	6.174	120
04/01/2016	1.482.500	877.146	605.354	120
04/01/2016	136.000	80.467	55.533	120
02/09/2016	8.000	4.200	3.800	120
19/12/2016	1.165.000	582.500	582.500	120
19/12/2016	71.400	35.700	35.700	120
19/10/2017	4.600	1.917	2.683	120
01/12/2017	29.071	11.628	17.442	120
03/08/2018	10.900	3.634	7.267	120
01/12/2020	172.800	57.600	115.200	36
20/11/2018	50.000	50.000	-	24
23/12/2021	8.000	1.867	6.133	60
SALDO	**3.962.379**	**2.369.600**	**1.592.778**	

NOTA 06- OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIA E ASSISTENCIAIS

ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	AH(%)
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar	13.233.966	41.788.931	-68,33%

Dos R$ 15,1 milhões registrados nesta conta, R$ 13,1 milhões são referentes à constituição de férias e do terço constitucional de férias – Conta Férias a Pagar.

Houve uma significativa redução em relação ao exercício de 2020, em virtude de que o saldo de férias a pagar estava superavaliado em R$ 23 milhões. Este valor foi ajustado na conta de ajustes de exercícios anteriores, em 2021, em cumprimento ao achado de Auditoria nas contas de 2020.

NOTA 07 - FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO

ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	AH(%)
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	**1.850.361**	**148.868**	**1142,96%**

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo compreendem as obrigações junto a fornecedores de bens utilizados nas atividades operacionais deste Tribunal, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, aluguéis, ambas de curto prazo.

Do total do saldo de 2021, R$ 807 mil referem-se a importâncias retidas para eventual apuração de descumprimentos contratuais.

Até 2020, as despesas com prestação de serviços do exercício que ainda não tinham sido liquidadas permaneciam inscritas em Restos a Pagar Não Processados a Liquidar, as quais não geravam contrapartidas com a conta Fornecedores a Pagar.

Já a partir de 2021, tais despesas, cujo fato gerador já ocorrera no exercício, foram inscritas em Restos a Pagar Não Processados em Liquidação, o que gerou contrapartida com Fornecedores a Pagar, justificando o aumento relevante das obrigações a pagar relativas a estas despesas, em conformidade com o regime de competência da despesa.

Na tabela abaixo relacionamos os fornecedores com os saldos em 31.12.2021, mais expressivos:

Em R$

Fornecedores	Valor	Objeto
CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA CIE E	54.000	CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS
CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SP SABESP	25.000	SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO
COMPANHIA PAULISTA DE FORCA E LUZ	25.000	CONTAS DE ENERGIA ELÉTRICA
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SP	110.000	CONTAS DE ENERGIA ELÉTRICA
ESPECIALY TERCEIRIZACAO - EIRELI	205.447	SERVIÇOS DE LIMPEZA
G I EMPRESA DE SEGURANCA EIRELI	26.807	SEGURANÇA, VIGILÂNCIA
LCSTECH COMERCIAL LTDA	70.786	IMPLANTAÇÃO DE AMBIENTE SEGURO TIPO SALA COFRE
MOA MANUTENCAO E OPERACAO LTDA	34.350	COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINACAO DE RESIDUOS SOLIDOS
TELEFONICA BRASIL S.A.	403.644	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS - BACKBONE SECUNDÁRIO
TORINO INFORMATICA LTDA..	111.870	AQUISIÇÃO CONJUNTOS DE MICROCOMPUTADORES DESKTOP
UP IDEIAS SERVICOS ESPEC. E COMUNICACAO EIRELI	370.763	SERVIÇOS TERCEIRIZADOS E ASSISTENTE DE ELEIÇÃO
VENEZA SERVICOS EMPRESARIAIS EIRELI	24.211	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Total	1.461.878	

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O valor do Patrimônio Líquido, em 2020, era de R$ 196 milhões. Em 2021, houve um aumento para R$ 259 milhões em decorrência do resultado positivo de R$ 18 milhões, apurado no Demonstrativo de Variações Patrimoniais – DVP, e de R$ 45 milhões em conta de ajustes de exercícios.

NOTA 08 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

			Em R$
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
Ajustes de Exercícios Anteriores	NE 08	45.221.612	2.131.587

Em 2021, este Tribunal registrou na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores o montante de R$ 45 milhões, decorrentes, principalmente, dos seguintes valores:

Descrição	Valor (em R$)
Ajuste de atualização patrimonial de Urnas eletrônicas para padronização de valores e critérios contábeis entre os órgãos da Justiça Eleitoral.	41.570.959
Ajustes de Férias a Pagar do Saldo em 31.12.2020 – apontada pela Auditoria Interna do TRE-SP	22.918.908
Registros de despesas pertencentes a exercícios anteriores – em sua maioria inscritas em Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em 2020, liquidadas em 2021.	(19.100.636)

NOTA 09 – GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS

O montante de R$ 4,4 milhões refere-se a garantias apresentadas pelos fornecedores para de execuções contratuais.

A tabela seguir demonstra os valores de seguros-garantias mais expressivos:

Descrição	EM R$
Central IT Tecnologia da Informação Ltda.	299.162
Especialy Terceirização - EIRELI	174.020
Inova Tecnologia em Serviços Ltda.	927.436
Liderança Limpeza e Conservação Ltda.	325.125
Telefônica Brasil S/A - Backbone novo	915.394
TOTAL	**2.641.137**

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Em 31/12/2021, o saldo de obrigações contratuais que serão executadas nos próximos exercícios era de R$ 106 milhões, conforme a tabela a seguir de acordo com a natureza das obrigações:

			Em R$
Natureza	**2021**	**2020**	**AH(%)**
Serviços	94.089.842	58.634.068	60,47%
Aluguéis	11.371.011	6.497.502	75,01%
Fornecimento de bens	802.104	375.054	113,86%
Total	**106.262.957**	**65.506.624**	**62,22%**

Fonte: Siafi

As obrigações contratuais relacionadas aos serviços representam a maioria do total das assumidas. A seguir relação dos valores mais significativos:

Em R$

	Saldo 2021	Saldo 2020
CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA CIEE	5.212.171	3.868.270
COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SAO PA	33.115.972	5.665.935
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	8.911.541	1.875.894
G I EMPRESA DE SEGURANCA EIRELI	1.031.622	1.020.497
LCSTECH COMERCIAL LTDA	2.065.668	2.773.525
LICITA ASSESSORIA E SERVICOS LTDA	1.152.238	2.889.037
TELEFONICA BRASIL S.A.	33.439.352	23.592.152
UP IDEIAS SERVICOS ESPECIALIZADOS E COMUNICACAO EIRELI	98.952	8.482.011
TOTAL	85.027.515	50.167.320

A variação ocorrida em relação ao exercício de 2020 decorreu principalmente dos contratos realizados com as empresas Telefônicas (Serviços de Comunicação de Dados - BACKBONE Secundário) e com a Companha de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP (Serviços de Atendimento da Justiça Eleitoral no POUPATEMPO).

NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

NOTA 11 - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

O valor de R$ 872,3 milhões, registrado na conta Transferência e Delegações Recebidas, refere-se a recursos financeiros recebidos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por meio de Sub-Repasse para pagamento de despesas de manutenção das atividades, ou seja, a execução orçamentária do TRE-SP.

A Variação negativa em relação ao exercício de 2020 foi em decorrência de 2021 não ser ano eleitoral. Em ano eleitoral as despesas são maiores para realização das eleições.

NOTA 12 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

O montante de R$ 1,04 milhão registrado nesta conta refere-se a transferências de urnas eletrônicas recebidas de outros Tribunais Regionais Eleitorais e do Tribunal Superior Eleitoral (R$ 606 mil) e de Aparelhos Telefônicos Celulares e Bebedouros de Água recebidos em comodato (R$ 435 mil).

NOTA 13 - REAVALIAÇÃO DE ATIVOS

O montante de R$ 15,2 milhões, registrado na conta de Resultado de Reavaliação de Ativos, refere-se à atualização de bens imóveis - Bens de uso especial da União. Este valor deveria ser registrado na conta de reservas de reavaliação do patrimônio líquido, em conformidade com o item 4.7, do Manual SIAFI 020335 - Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável. No entanto, por questão operacional, isso não foi possível em 2021, uma vez que não havia situação específica no Siafi que permitisse a correta classificação contábil.

NOTA 14 - GANHOS COM INCORPORAÇÃO E ALIENAÇÃO DE ATIVOS

O montante de R$ 2,02 milhões refere-se a:

- R$ 985 mil em incorporação de produtos de almoxarifado (protetor facial máscaras cirúrgicas descartáveis, canetas esferográficas, álcool etílico em gel e em líquido, adesivos de chão e sinalização visual);
- R$ 964 mil - Recebimento de Mídias de Aplicação para as urnas eletrônicas Mod. - U.E. 2020; e
- R$ 73 mil - Recebimento de Memórias de Resultados 128 MB, Flash Card512 MB, para uso nas Urnas eletrônicas.

NOTA 15 - OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

O montante registrado nesta conta refere-se, principalmente, à arrecadação de Multas Administrativas (R$ 10,4 milhões - multas eleitorais), Indenizações e restituições - (R$ 1,4 milhão – em sua maioria, reembolsos de desp. com pessoal) e à de Outras Receitas (R$ 2,4 milhões – valores recolhidos por candidatos e partidos políticos, apurados em processos de prestação de contas eleitorais).

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

NOTA 16 - PESSOAL E ENCARGOS, BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS

Estão registradas nestas contas as variações patrimoniais diminutivas com servidores - pessoal e encargos, aposentadorias e pensões. Em relação ao exercício de 2021, houve uma leve diminuição, mantendo um equilíbrio nas despesas.

NOTA 17 - USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO

Houve uma diminuição em relação a 2020, por 2020 ser um ano eleitoral, em que se verifica um volume maior de gastos para preparação das eleições, em relação ao ano não eleitoral, 2021.

NOTA 18 - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS

As Transferências e Delegações Concedidas representam as variações patrimoniais diminutivas compostas, em sua maioria, por transferências de repasse ao Tesouro Nacional de arrecadação de multas administrativas e de valores apurados em prestação de contas eleitorais e partidárias (R$ 14,7 milhões), bem como desincorporação de ativos por doação ou transferências a outros Regionais.

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O TRE-SP não é agente arrecadador e executa despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos.

Em R$

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2021						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**DESPESAS EMPENHADAS**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS**	**SALDO DA DOTAÇÃO**
DESPESAS CORRENTES	**852.944.919**	**850.714.228**	**848.972.923**	**842.617.277**	**842.310.732**	**1.741.304**
DESPESAS DE CAPITAL	**327.712**	**18.404.625**	**18.404.051**	**17.502.332**	**17.389.691**	**574**
TOTAL	**853.272.631**	**869.118.853**	**867.376.975**	**860.119.609**	**859.700.422**	**1.741.878**

Fonte: Siafi

NOTA 19 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

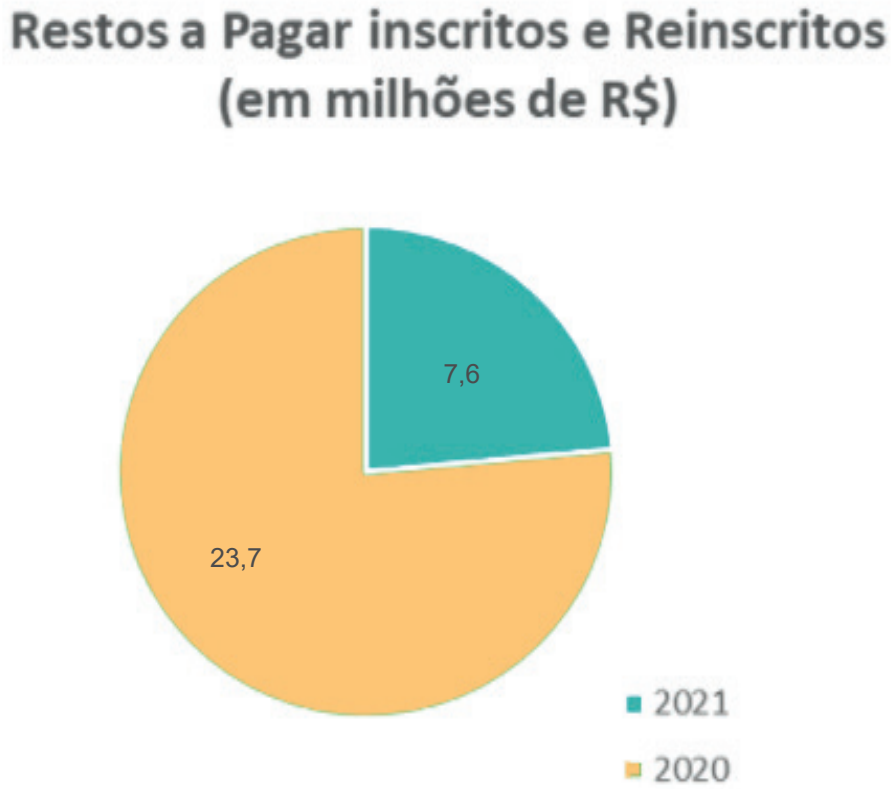
O orçamento próprio deste Tribunal contou com despesas empenhadas no montante de R$ 867,3 milhões liquidadas e pagas R$ 859,7 milhões, e o restante de R$ 7,6 milhões inscrito em Restos a Pagar.

Os recursos financeiros para a execução destas despesas são provenientes de transferências realizadas pelo TSE, por meio de sub-repasses, conforme demonstrado no Balanço Financeiro.

As despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício financeiro são inscritas em Restos a Pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da lei nº 4.320/1964, que os distingue em processados e não processados. Em 2021, foram empenhados R$ 867,3 milhões e pagos R$ 859,7 milhões. Desta forma, foram inscritos R$ 7,6 milhões em Restos a Pagar (R$ 7,2 milhões em Não Processados e R$ 0,4 milhões em liquidados).

Do montante de R$ 7,2 milhões inscritos em Restos a Pagar Não Processados, destaca-se que, neste exercício de 2021, foram inscritos R$ 990 mil, ou seja, R$ 0,99 milhão em Restos a Pagar em Liquidação. Procedimento este adotado para apropriação das despesas pelo regime de competência.

Em comparação ao exercício de 2020, cuja inscrição em Restos a Pagar foi de R$ 23,7 milhões, houve uma diminuição, em 2021, na ordem de R$16 milhões. Essa variação se justifica em razão de 2020 ser ano eleitoral, razão pela qual um volume maior de despesas é inscrito em Restos a Pagar se comparado a um ano não eleitoral, no caso 2021.



NOTA 20 - EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR

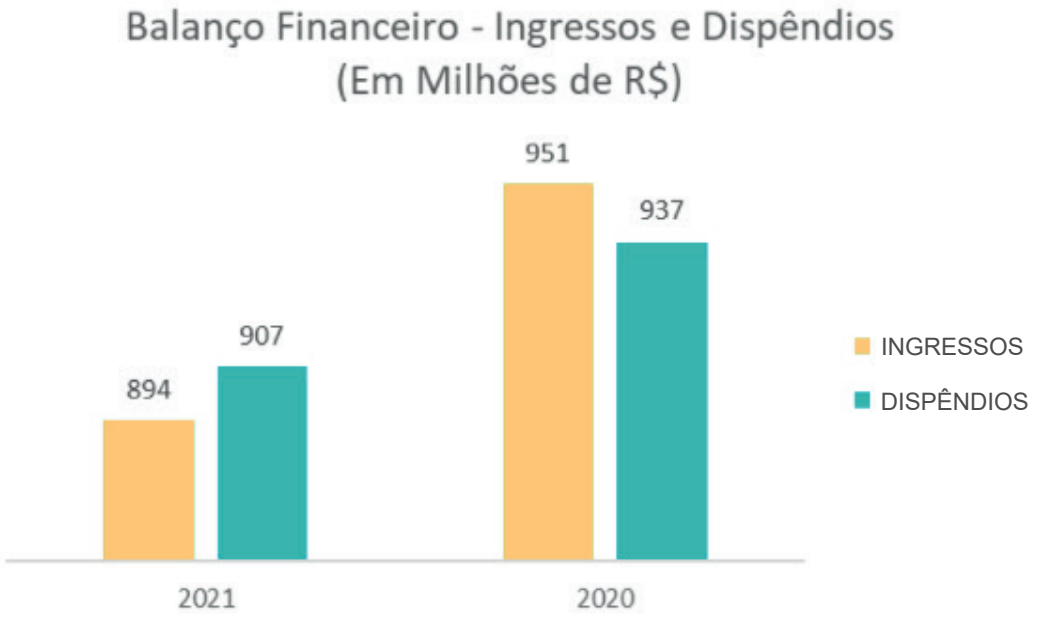
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 2020	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo em 31.12.2021
Restos a Pagar Não Processados	2.364.700	23.657.294	21.786.293	21.344.664	2.272.960	2.404.371
Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados	32.112	117.641	0	96.936	0	52.817
TOTAL	**2.396.812**	**23.774.935**	**21.786.293**	**21.441.600**	**2.272.960**	**2.457.188**

Fonte: Siafi

Do total de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores e de 2020, restou o saldo de R$ 2,4 milhões para execução no exercício de 2022, referente principalmente ao atraso na execução da obra para instalação da Sala-Cofre do TRE-SP.

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.



NOTA 21 - INGRESSOS

O total de ingressos, em 2021, foi de R$ 894 milhões, sendo R$ 859 milhões provenientes de transferências financeiras recebidas, por meio de sub-repasse, R$ 13 milhões para pagamento de Restos a Pagar, R$ 22 milhões de recebimentos extraordinários (correspondentes a R$ 7 milhões para inscrição de restos a pagar em 2021, e R$ 15 milhões referentes a multas administrativas e de valores apurados em prestações de contas eleitorais e partidárias).

NOTA 22 - DISPÊNDIOS

Os dispêndios, em 2021, totalizaram R$ 907 milhões, sendo R$ 867 milhões de despesas orçamentárias, R$ 19 milhões de transferências financeiras concedidas (R$ 15 milhões de repasse ao Tesouro Nacional da arrecadação de multas administrativas, de valores apurados em processos de prestação de contas eleitorais, R$ 4 milhões para remanejamento de recursos entre fontes de recursos) e R$ 21 milhões de extraorçamentários para pagamento de Restos a Pagar.

O Resultado Financeiro do exercício é demonstrado pela diferença entre o somatório dos ingressos (R$ 894 milhões) e dos dispêndios (R$ 907 milhões).

Em 2021, foi apurado saldo negativo de R$ 13 milhões.

A Demonstração do Fluxo de Caixa evidencia a movimentação ocorrida no caixa e seus equivalentes de caixa, demonstrados por meio de ingressos e desembolsos de recursos financeiros.

NOTA 23 - INGRESSOS

Em 2021, houve ingressos de recursos, na ordem de R$ 887 milhões, provenientes de transferências financeiras recebidas por meio de sub-repasses do Tribunal Superior Eleitoral – TSE (R$ 872 milhões) e de arrecadação de multas administrativas e de valores apurados em processos de prestação de contas eleitorais (R$ 15 milhões).

NOTA 24 - DESEMBOLSOS

Ocorreram desembolsos no montante de R$ 900 milhões, sendo R$ 772 milhões relativos ao pagamento de pessoal e demais despesas para manutenção das atividades do Tribunal, de R$ 91 milhões de transferências concedidas de contribuição patronal para a previdência social, de R$15 milhões de repasse ao Tesouro Nacional da arrecadação de multas administrativas e de valores apurados em processos de prestação de contas eleitorais, e para remanejamento de recursos entre fontes de recursos (R$ 4 milhões), e de R$ 18 milhões em investimentos.

Com relação aos ingressos no montante de R$ 887 milhões, R$ 881 milhões foram aplicados nas Atividades de Operações e R$ 19 milhões, nas Atividades de Investimentos, com geração líquida de Caixa e Equivalente de Caixa no montante de R$ 13 milhões negativos, cobertos com o saldo inicial de 2020, de R$ 14 milhões, conforme quadro a seguir:

Em R$

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2021	2020
	(12.835.644)	**13.969.643**
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	15.711.976	1.742.333
Caixa e Equivalente de Caixa Final	2.876.332	15.711.976

Fonte: Siafi

Outras Informações:

As Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo podem ser acessadas em sua íntegra no endereço eletrônico https://www.tre-sp.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/demonstracoes-contabeis-2

TRE-SP